

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 22 | ABRIL 2016



60

Ministério do
Trabalho e Previdência Social



Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 22 | ABRIL 2016



60

Ministério do
Trabalho e Previdência Social

ipea

Governo Federal
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministro Valdir Moysés Simão

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alexandre dos Santos Cunha

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Roberto Dutra Torres Junior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Mathias Jourdain de Alencastro

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Marco Aurélio Costa

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação,
Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

José Aparecido Carlos Ribeiro

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais, Substituto**

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Paulo Kliass

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Maíra Penna Franca

Lauro Ramos

André Gambier Campos

Sandro Pereira Silva

Equipe de Apoio

Luciana Moura Martins Costa

Nadine Melloni Neumann

Bernardo Ostrovski

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2016

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Previdência Social.- v. 1, n. 0, (mar.1996)- .- Brasília: IPEA: MTPS, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).
Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)
ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho e Previdência Social.

CDD 331.1205

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO	7
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	9
NOTAS TÉCNICAS	23
MUDANÇAS NA DEMANDA POR DIFERENTES TIPOS DE ATIVIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE 1985 E 2002 Jadir Soares Junior Bruno Funchal	25
A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO SOB A ÓTICA DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES OCUPACIONAIS Aguinaldo Nogueira Maciente	33
UMA DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES NORMALMENTE DESEMPENHADAS PELOS TRABALHADORES Maurício Cortez Reis	45
POLÍTICA EM FOCO	53
EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS Joana Simões de Melo Costa Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa Guilherme Hirata	55
PERFIL LABORAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NO BRASIL: INSUMOS PARA O PROGRAMA SEGURO DEFESO André Gambier Campos José Valente Chaves	63
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	75
FINANÇAS SOLIDÁRIAS COM BASE EM BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: EXPLORANDO OS DADOS DO DIAGNÓSTICO NO NORDESTE DO BRASIL Leonardo Prates Leal Ariadne Scalfoni Rigo Richard Nogueira Andrade	77
ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EMPREENDIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS Sandro Pereira Silva Leandro Marcondes Carneiro	87
OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO MAPEAMENTO DOS FUNDOS DE 2011-2012 Simaia Santos Barreto	101

É uma enorme satisfação para o corpo editorial do Boletim Mercado de Trabalho (BMT) apresentar o sexagésimo número da publicação que coincide com seu aniversário de 20 anos. Nessas ocasiões é comum fazer um relato realçando aspectos marcantes das edições anteriores. Decidimos, no entanto, fugir do senso comum. Essa decisão justifica-se por, no mínimo, dois motivos. Primeiramente por termos feito um extenso relato retrospectivo na ocasião do número 50, que coincidiu com o aniversário de 15 anos da publicação (recomendamos a leitura aos que passaram a acompanhar recentemente o BMT). Em segundo, e mais importante, a publicação passa por um processo de reformulação importante em diversas dimensões, cujo objetivo é manter o lugar de destaque que o BMT alcançou como publicação informativa para aqueles que acompanham e/ou lidam com o mercado de trabalho brasileiro.

De cara o leitor deve ter notado a nova capa bem como o novo padrão gráfico que estamos inaugurando neste número. No entanto, esse processo de reformulação vai muito além desse fato. A fase inicial desse processo ocorreu em 2013. Na ocasião teve início um esforço de reaproximação com a secretaria de políticas públicas do então Ministério do Trabalho e Emprego, com o intuito de reativar a nossa histórica parceria. Essa parceria foi celebrada oficialmente por meio de acordo técnico entre o Ipea e essa instituição, em outubro de 2014. Um acordo similar celebrado na década de 1990 havia dado origem a esta publicação.

Aproveitando a reaproximação com esse importante ator das políticas de emprego e renda no país, decidimos ainda em 2013 criar uma seção nova. Essa seção, a “política em foco”, também encontra um paralelo nas primeiras edições do BMT, quando publicávamos a seção “opinião dos atores”. Em ambos os casos, a intenção é passar para o leitor informações detalhadas sobre algumas políticas em voga, ditas por atores diretamente envolvidos seja na concepção, seja na condução/implementação dessas políticas.

Em 2015, o processo de reformulação continuou com uma mudança induzida por novidades relativas às fontes de informações disponíveis para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. O texto de análise do mercado de trabalho do BMT 59 marcou o início do uso da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a principal fonte de informação, ocupando o lugar que era reservado à Pesquisa Mensal do Emprego (PME). Com essa nova fonte de informação, passamos a cobrir a totalidade do mercado de trabalho em todas as suas dimensões, em particular a territorial.

Outro processo de mudança em curso em nossas análises reflete uma tendência de não mais limitar-se a indicadores de estoque para compreender o que se passa no mercado de trabalho. Nesse novo contexto, ganham espaço os indicadores que refletem fluxos de

trabalhadores entre diferentes estados. Por exemplo entre ocupados e não ocupados, ou entre ocupados em postos formais e ocupados em postos informais.

O caráter exploratório no uso da Pnad contínua e de indicadores de fluxo dão um tom de transformação em progresso a nossa análise da conjuntura do mercado de trabalho. Tom esse reforçado pelo fato de haver previsão de um conjunto maior de informações da Pnad Contínua a ser disponibilizado a partir de maio. Ou seja, é provável que continuemos tendo novidades em indicadores e em abordagens nos próximos números da publicação.

O debate sobre o comportamento do mercado de trabalho voltou a ter destaque no Brasil, mas infelizmente acompanhado de um tom negativo. Depois de um longo período de trajetória positiva, os principais indicadores do mercado de trabalho passaram a apontar uma deterioração no passado recente. Em quais indicadores essa reversão sobressai-se? Quais setores da economia e/ou que tipo de trabalhadores foram os mais atingidos? Responder a essas perguntas e prover ao leitor informações adicionais é o objetivo do texto da seção *Análise do mercado de trabalho*, que tem como base as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad Contínua/IBGE).¹

Integram também este número as tradicionais seções de *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*. A seção de *Notas técnicas* é composta por três notas, que têm como pano de fundo a possibilidade que se abre de analisar uma dimensão do mercado de trabalho até então desconhecida, e que vem a ser descoberta por meio das tarefas desempenhadas pelos trabalhadores. Essa informação não se encontra disponível nas principais fontes de informação. Porém, os autores das notas mostram métodos para inferir, a partir das informações disponíveis sobre a ocupação do trabalhador, a intensidade de cada tipo de tarefa desempenhada e/ou a habilidade requerida naquele posto de trabalho. A partir daí abre-se, então, um leque de opções para novas análises do mercado de trabalho. As três notas que compõem essa seção dão uma pequena amostra dessas possibilidades.

A primeira nota, de Jadir Soares Junior e Bruno Funchal, mostra que, tal como documentado para outros países, as ocupações associadas a tarefas rotineiras são as que mais perdem espaço no Brasil. Os autores sugerem que esse fato pode ser guiado pela disseminação de computadores e demais equipamentos e processos que tendem a automatizar a produção de bens e serviços. Aguinaldo Nogueira Maciente argumenta, na segunda nota, que esse tipo de metodologia traz de fato informação nova. Em princípio poderia questionar-se se a evolução mostrada em relação ao uso de determinadas tarefas ou habilidades vem simplesmente refletir a evolução do grau de qualificação demandado. Porém, o autor mostra que a evolução do uso de determinadas habilidades associadas a certas tarefas não tem paralelo com a evolução do grau de qualificação, medido pela escolaridade do trabalhador. Por fim, a terceira nota, de autoria de Mauricio Cortez Reis, traz considerações a respeito de como a intensidade das tarefas rebate na distribuição de rendimentos. O autor mostra que certas partes da distribuição concentram determinados tipos de tarefa. Assim, qualquer mudança na composição das tarefas, tal como mostrado na primeira nota, deve afetar a desigualdade salarial.

1. Disponibilizamos, no sítio da publicação, um anexo estatístico em Excel com os indicadores comentados no texto de *Análise do mercado de trabalho*, desagregados por características dos trabalhadores e/ou do posto de trabalho.

A seção de *Política em foco* traz duas contribuições. A primeira, de autoria de Joana Simões de Melo Costa, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Guilherme Hirata, analisa se a Emenda Constitucional (EC) no 72, que amplia os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, traz algum reflexo no funcionamento desse segmento do mercado de trabalho. Os autores sugerem que, por um lado, parece ter havido um aumento da formalização das empregadas domésticas mensalistas, mas, por outro lado, não descartam a hipótese de isso ser fruto de uma substituição de mensalistas informais por diaristas. O segundo artigo, escrito por André Gambier Campos e José Valente Chaves, traça um perfil dos pescadores artesanais no Brasil, público-alvo da modalidade de seguro-desemprego conhecida por seguro defeso. Esse trabalho vem dar sequência a um esforço dos autores em compreender a adequação desse instrumento de política ao seu público-alvo.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três trabalhos que discutem as finanças solidárias, que são experiências coletivas de trabalhadores e lideranças comunitárias que visam suprir a demanda de microcrédito a famílias e pequenos empreendimentos para desenvolver estratégias econômicas ou atender às necessidades financeiras imediatas. O primeiro deles, de autoria de Leonardo Prates Leal, Ariadne Scalfoni Rigo e Richard Nogueira Andrade, discute o papel dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Os autores debatem alguns resultados referentes a uma pesquisa junto a 26 BCDs da região Nordeste, em que abordam questões como articulações e parcerias, órgãos de gestão, mecanismos de controle social, linhas de crédito, circulação de moedas sociais e instrumentos para o alcance da população mais pobre, com vistas a amenizar a situação de exclusão financeira em que se encontram.

O segundo artigo, de Sandro Pereira Silva e Leandro Marcondes Carneiro, aborda distintas dimensões organizativas e operativas dessas iniciativas, dividindo as análises, para fins de comparação, entre os três principais tipos de empreendimentos de finanças solidárias (EFS): bancos comunitários, cooperativas de crédito e fundos rotativos.

Por fim, Simaia Santos Barreto faz um interessante debate sobre a metodologia utilizada nos fundos rotativos solidários (FRS). A partir de dados de uma pesquisa nacional sobre fundos rotativos, a autora enfatizou a relação dos FRS como elementos potencializadores de políticas públicas de desenvolvimento local.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO



1 INTRODUÇÃO

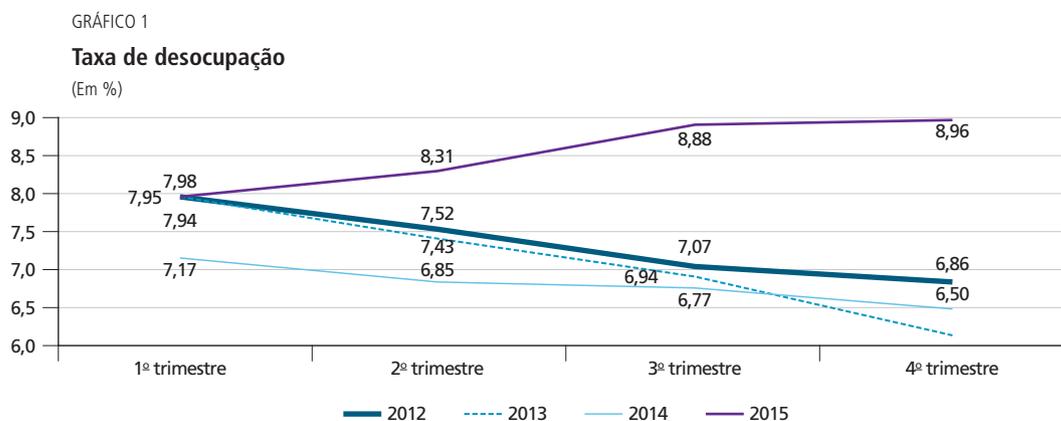
Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama geral do mercado de trabalho brasileiro em 2015 com base, principalmente, nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-C/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho nos últimos anos. Complementarmente serão utilizadas as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS).

A economia brasileira passa por um momento delicado. No ano de 2015, o produto interno bruto (PIB) caiu 3,80% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O PIB *per capita* recuou 4,60% em relação ao ano anterior. Esses números comprovam a tendência de enfraquecimento da atividade que já se observava na segunda metade de 2014. Por sua vez, em relação à inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 10,67% em 2015, contra 6,41% em 2014.¹ Além da queda no nível de atividade e da inflação elevada, a retração dos investimentos é também um fato relevante na medida em que aponta ser improvável uma recuperação rápida na produção de bens, podendo dificultar, portanto, uma retomada no mercado de trabalho. Além disso, o maior peso da restrição fiscal restringe sobremaneira a adoção de políticas governamentais para criar condições mais propícias para essa retomada.

2 TAXA DE ATIVIDADE E DESEMPREGO

O gráfico 1 mostra a trajetória da taxa de desemprego para os anos de 2012 a 2015. Chama atenção o expressivo aumento no ano de 2015. Essa evolução destoava do verificado nos demais anos, quando o desemprego apresentou tendência de queda. O valor médio das taxas de desemprego trimestrais em 2015 foi de 8,50%, enquanto em 2014 foi de 6,80%. Vale destacar que a maior variação da taxa de desemprego ocorreu no primeiro trimestre de 2015, passando de 6,50%, no quarto trimestre de 2014, para 8%, no primeiro trimestre de 2015, um aumento de 1,5 pontos percentuais (p.p.). Nos demais trimestres de 2015 observam-se aumentos sucessivos na taxa de desemprego, de 0,4 p.p., 0,6 p.p. e 0,1 p.p. respectivamente. Essa sucessão de aumentos leva a taxa de desemprego a encerrar o ano em 9,0%, o que representa uma elevação de 2,50 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2014. O que nos parece preocupante é o fato da diferença entre os mesmos trimestres de 2014 e 2015 estar aumentando continuamente, passando de 0,6 p.p. no primeiro trimestre para os 2,5 p.p. já mencionados anteriormente.

1. Acesse <www.ipeadata.gov.br> para obter séries históricas de indicadores macroeconômicos. Uma análise mais detida da evolução desses indicadores é feita no último número da *Carta de Conjuntura* do Ipea.



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Para entender melhor a evolução dessa taxa, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho. Os resultados mais expressivos vêm das desagregações por faixa etária, grandes regiões e faixa de educação. No primeiro caso, o comportamento da faixa mais jovem, composta por indivíduos de 14 a 24 anos, contrasta com o observado para a faixa mais idosa, composta por indivíduos de 60 ou mais anos de idade. Entre os jovens, o desemprego passou de 15,30%, no quarto trimestre de 2014, para 20,90%, no quarto trimestre de 2015, o que corresponde a um aumento de 5,60 p.p., ou de 37,30%. Já entre os mais idosos, o aumento foi bem mais brando, na ordem de 0,40 p.p., com a taxa de desemprego passando de 2,10% para 2,50% nesse mesmo período.² Veremos mais adiante que, em parte, essa heterogeneidade na evolução do desemprego por grupos etários reflete movimentos heterogêneos nas respectivas taxas de participação.

No que diz respeito à desagregação por grandes regiões, há que se destacar o contraste entre o Sudeste e o norte do Brasil. Essas regiões apresentavam taxas de desemprego bem semelhantes no quarto trimestre de 2014, com 6,80% para o Norte e 6,60% para o Sudeste (no trimestre anterior as taxas eram iguais em 6,90%). Por sua vez, no quarto trimestre de 2015, as taxas passam a 8,70% e 9,60%, respectivamente. Isso gera um contraste no crescimento da taxa de desemprego em termos percentuais que vem a ser de 28,7% no Norte contra 45,2% no Sudeste.³ A evolução do desemprego mais desfavorável no Sudeste pode estar relacionada com a composição setorial do emprego haja visto que veremos mais adiante um ajuste muito forte na indústria manufatureira.

Por fim, na desagregação por educação, a evolução que sobressai é a da faixa intermediária (entre fundamental completo e médio incompleto) que registrou um crescimento de 40,40% na taxa de desemprego entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, quando essa taxa passou de 8,70% para 12,20%. Em termos proporcionais, o ajuste do desemprego parece ter recaído mais nesse grupo do que no grupo menos escolarizado (fundamental incompleto), cuja taxa de desemprego aumentou em 38,20% nesse mesmo período, passando de 5,7% para 7,9%.⁴

2. Entre os adultos, a taxa de desemprego variou de 4,80% para 6,70% entre os quartos trimestres de 2014 e 2015.

3. O crescimento em termos percentuais para as demais regiões foram de 26,70% para o Nordeste, 51,30% para o Sul e 39,10% para o Centro-Oeste.

4. O grupo com nível mais alto (médio completo) de educação registra crescimento de 37,60% na taxa de desemprego.

Na comparação de taxas de desemprego para as demais desagregações entre o quarto trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2015, há uma tendência de se registrar um menor crescimento percentual para os grupos com mais altas taxas de desemprego. Por exemplo, as mulheres registram um aumento de 36,90% na taxa de desemprego contra um aumento de 39,20% para os homens. De forma semelhante, é registrado um aumento de 50,0% na taxa de desemprego entre os chefes de família contra 34,0% para os indivíduos que não estão nessa posição.

Em suma, temos um forte aumento na taxa de desemprego em 2015, com intensidade variada entre alguns recortes da população. Os grupos mais atingidos parecem ter sido os jovens, os moradores da região Sudeste e os indivíduos com nível intermediário de educação (que já completou o ensino fundamental, mas ainda não o médio).

O gráfico 2 ilustra a evolução da taxa de participação (ou taxa de atividade) ao longo dos anos de 2012 a 2015. A taxa média de atividade em 2015 (61,30%) ficou relativamente estável em relação a 2014 (61,0%), com um leve aumento de 0,3 p.p. Nota-se, porém, uma tendência de crescimento contínua dessa taxa ao longo do ano de 2015, variando de 60,90%, no quarto trimestre de 2014, para 61,4%, no quarto trimestre de 2015. Assim é justo dizer que houve uma pressão no desemprego vindo pelo lado da oferta de trabalho ao longo do ano de 2015.

A pergunta que surge naturalmente é se os grupos mais afetados pelo aumento no desemprego experimentaram aumentos mais pronunciados também na taxa de participação. De fato isso ocorre nos recortes de faixa etária e grandes regiões, onde o aumento da taxa de participação é mais pronunciado entre os jovens e os moradores da região Sudeste, mas não ocorre para a desagregação por grupos educacionais.

A taxa de participação dos jovens apresentou um aumento de 1,80% entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015. Esse resultado contrasta tanto com uma taxa de participação constante para os mais idosos como com a própria evolução da participação dos jovens nos anos anteriores, quando se verificou queda anuais em torno de 2,50%.⁵ Conforme mencionado, podemos dizer então que o maior aumento na taxa de desemprego dos jovens frente aos mais idosos pode ser creditado a um crescimento na oferta de trabalho relativa desse grupo. O mesmo vale para a região Sudeste, cujo aumento na taxa de participação foi de 1,70% entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015. Por outro lado, o menor crescimento relativo na taxa de desemprego da região Norte não deve ser creditado a um comportamento destoante na oferta de trabalho, haja visto que o crescimento de 1,20% na taxa de participação dessa região não é tão mais baixo que o registrado para o Sudeste, bem como está longe de ser o mais baixo entre todas as regiões. Na verdade, temos regiões que registram queda na taxa de participação, quais sejam, as regiões Centro-Oeste e Nordeste, que exibiram decréscimos de 0,30% e 0,40%, respectivamente.⁶

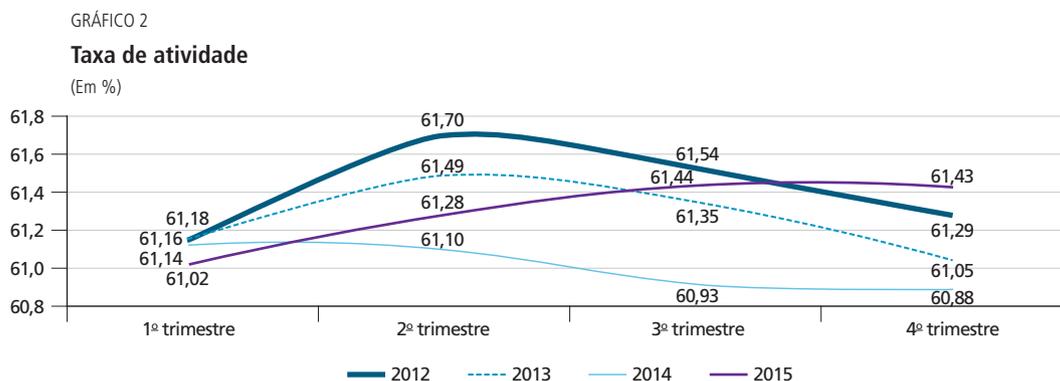
O outro grupo com aumento relativo na taxa de desemprego havia sido aquele com educação intermediária. A taxa de participação desse grupo permanece praticamente inalterada

5. Entre os adultos (25 a 59 anos), observou-se um acréscimo de 0,90% na taxa de participação entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015.

6. A taxa de participação aumenta em 1,40% para a região Sul.

entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, passando de 57,40% para 57,50%. Para os trabalhadores com fundamental incompleto (menos escolarizados), a participação caiu de 46,40% para 46,20% nesse período, o que justifica o menor aumento relativo da taxa de desemprego desse grupo frente ao da faixa intermediária.⁷

Na desagregação por gênero, observamos uma tendência de aumento tanto para as mulheres como para os homens. Entre o quarto trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2015, o aumento registrado para as mulheres, de 50,60% para 51,20%, supera o registrado para os homens cuja taxa de participação foi de 72,20% para 72,60%.



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

No que tange à condição no domicílio, verifica-se uma trajetória ascendente da taxa de participação dos não chefes de domicílio ao longo de 2015. A taxa de participação deste grupo variou de 55,70% no quarto trimestre de 2014, para 56,60% no quarto trimestre de 2015. Entre os chefes de domicílio, a taxa de participação permaneceu estável, tendo registrado o valor de 68,30% no último trimestre de 2015.

Em suma, o aumento na taxa de participação em 2015 parece ter sido puxado por moradores da região Sudeste, por jovens, e por indivíduos que não são chefes do domicílio que habitam. O maior aumento nos dois últimos grupos sugere um fenômeno conhecido na literatura como oferta de trabalho adicional, em que em um ambiente de forte restrição de renda no domicílio, indivíduos que estavam fora do mercado de trabalho resolvem entrar para aliviar essa restrição.

3 OCUPAÇÃO

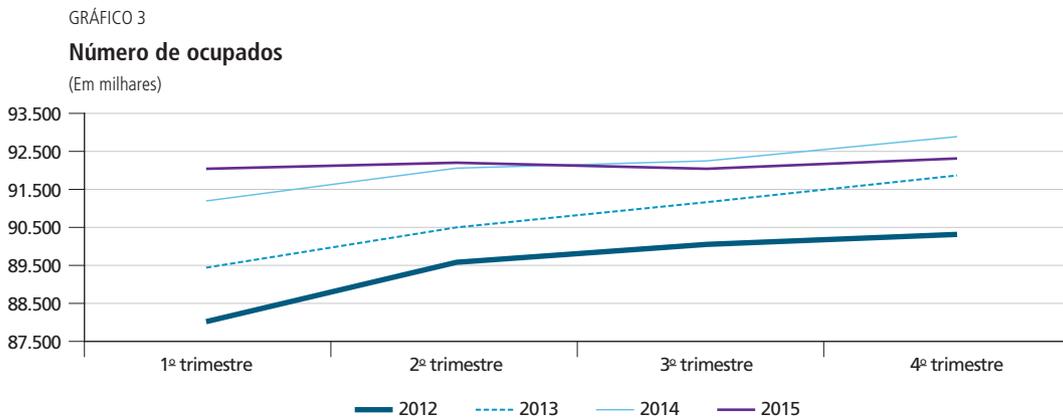
A análise da evolução da população ocupada nos últimos anos pode ser conferida no gráfico 3 a seguir. A trajetória da população ocupada ao longo de 2015, com uma relativa estabilidade do número de ocupados entre o primeiro e o quarto trimestres de 2015, difere do padrão de crescimento presente nesse período para os demais anos. Como resultado desse contraste, a população ocupada contrai em cerca de 600 mil trabalhadores entre o quarto trimestre de 2014 (92,875 milhões) e o mesmo trimestre de 2015 (92,274 milhões). Para se ter uma ideia, essa diferença de ocupados entre quartos trimestres de anos consecutivos apontava um crescimento de cerca de 1,0 e 1,5 milhão de trabalhadores de 2012 a 2013 e 2013 a 2014, respectivamente. Ou seja, tal como

7. Já para os mais escolarizados, a evolução é de 76,60% para 77,0% nesse período.

comentado para o desemprego, está havendo um processo contínuo de deterioração no que diz respeito à ocupação.

A taxa de ocupação, medida pela proporção de ocupados em relação à população em idade de trabalhar (às vezes denotada por pessoas em idade ativa – PIA), confirma essa tendência preocupante ao registrar uma queda de 1 p.p. passando de 56,90% no quarto trimestre de 2014 para 55,90% no mesmo trimestre em 2015.

Logo podemos afirmar que o aumento registrado para o desemprego em 2015 não se deve exclusivamente ao aumento na taxa de participação, mas principalmente a uma trajetória muito preocupante na geração de postos de trabalho.



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

A análise sobre a dinâmica da população ocupada pode ser enriquecida com os dados de fluxos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTEPS). O gráfico 4 a seguir mostra o número de admissões, desligamentos e saldo agregado do emprego por trimestre para os anos de 2012 a 2015. Nele, podemos notar que durante todo o ano de 2015 o número de desligamentos ultrapassou o de admissões, tornando o saldo do emprego negativo. Para se ter uma ideia, em 2012 foram gerados 868 mil empregos celetistas. Em 2013 esse número ficou um pouco abaixo, com a geração de 730 mil empregos formais. Em 2014, o saldo de emprego reduziu significativamente, mas permanece positivo com a criação de 152,7 mil novos postos de emprego. Já em 2015, devido ao agravamento do quadro recessivo, houve destruição de 1,625 milhão de postos de trabalho formal, que é bem próximo ao que havia sido gerado nos três anos anteriores.

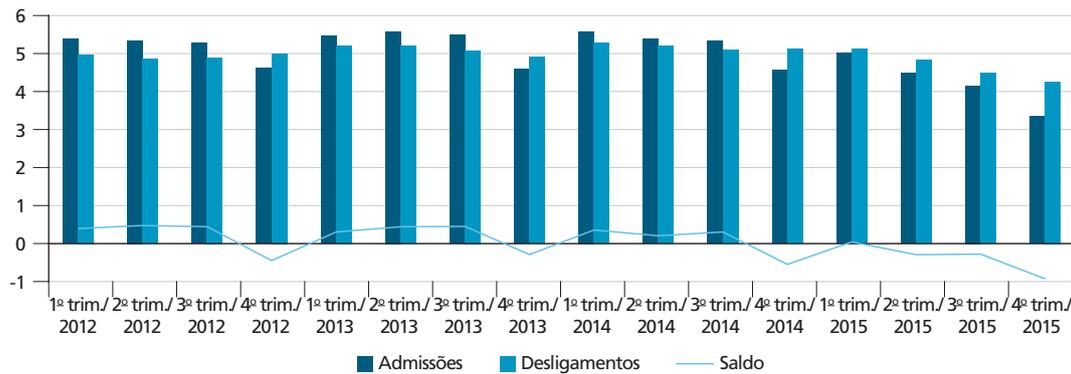
É interessante notar, entretanto, que essa mudança de sinal no padrão dos saldos entre admitidos e desligados deve-se em maior medida a uma diminuição nas contratações do que aumentos nos desligamentos. Na verdade os desligamentos também apresentam trajetória descendente. O gráfico 5 nos mostra que os desligamentos classificados como voluntários (pedidos pelo trabalhador) é o principal responsável pela queda nos desligamentos. Chama atenção a relativa estabilidade dos desligamentos involuntários no atual contexto recessivo.⁸

8. Vale dizer que no dado mensal aparece um aumento desse tipo de desligamento em dezembro. No entanto, ainda nos parece cedo para apontar qualquer tendência nesse sentido, tendo em vista a presença de fatores sazonais no último mês do ano.

GRÁFICO 4

Admissões, desligamentos e saldo trimestral do emprego formal

(Em milhões)



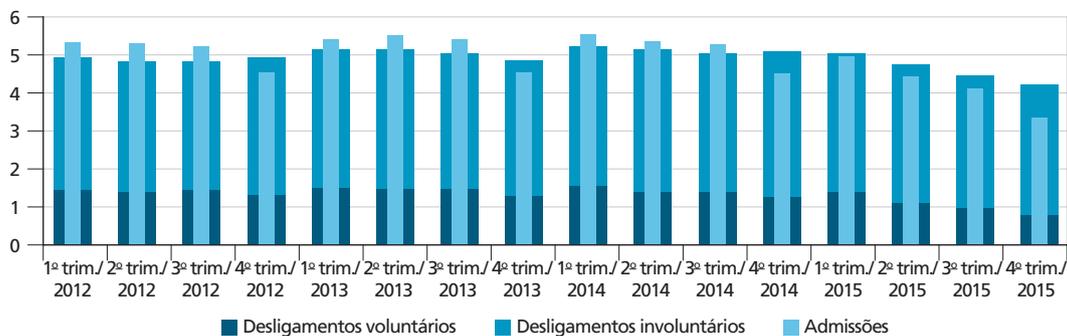
Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 6 apresenta as variações percentuais da população ocupada por setor de atividade entre os trimestres de 2014 e 2015. Nele, nota-se que os setores apresentaram comportamentos bem distintos. A queda está concentrada sobretudo na administração pública,⁹ que apresentou decréscimos na população ocupada em todos os trimestres de 2015, em comparação a 2014. No segundo trimestre, essa queda foi muito expressiva, de 11,50%, a maior durante todo o período observado. O setor de Construção,¹⁰ apresentou quedas sucessivas na população ocupada desde o primeiro trimestre (5,0%), até o terceiro trimestre de 2015, porém, no quarto trimestre, ocorreu uma leve recuperação, com aumento de 2,0% da população ocupada em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O setor industrial apresentou um decréscimo maior de sua população ocupada nos dois últimos trimestres do ano, com perdas de 3,90% e 7,90% no terceiro e no quarto trimestres, respectivamente. Por sua vez, na agricultura, verificaram-se quedas sucessivas na população ocupada, na ordem de 1,50%, em média.

GRÁFICO 5

Admissões, desligamentos voluntários e involuntários do emprego formal

(Em milhões)

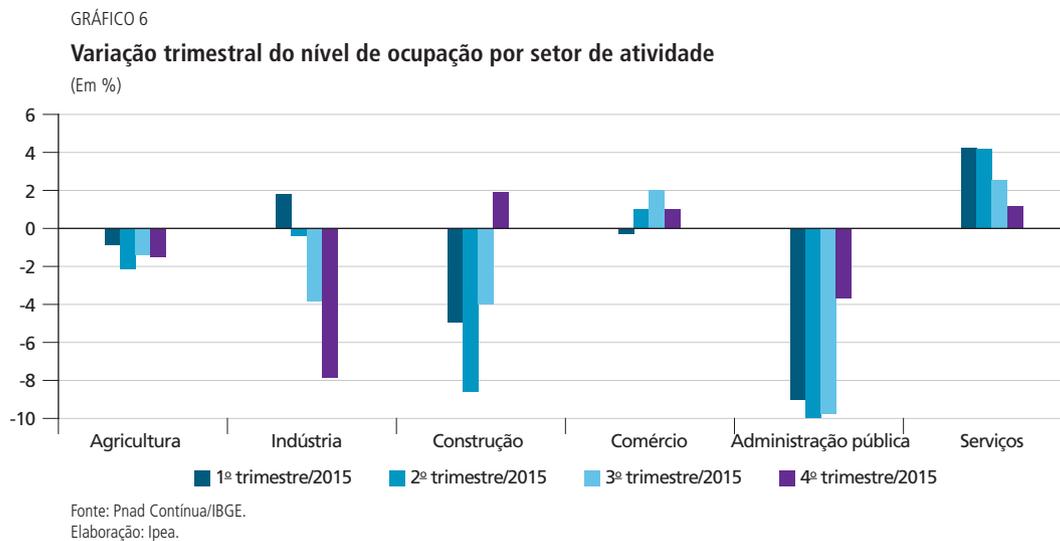


Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

9. Atividades da Administração geral (executivo, legislativo, administração tributária etc., nas três esferas de governo), regulamentação e fiscalização das atividades na área social e da vida econômica do país, atividades de defesa, justiça, relações exteriores etc. e gestão do sistema de seguridade social obrigatória.

10. Este setor compreende a construção de edifícios em geral, obras de infraestrutura e os serviços especializados para construção que fazem parte do processo de construção.

Por outro lado, o setor de Serviços¹¹ destacou-se por apresentar crescimento nos quatro trimestres analisados, 4,20%, no primeiro e no segundo trimestres de 2015, em relação ao mesmo período de 2014 e 1,2%, no último trimestre. Já o setor de Comércio,¹² apesar de registrar uma leve queda de 0,20% no primeiro trimestre, exibiu crescimento nos três trimestres consecutivos de 1,40%, em média.



Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS) apresentam impressões um pouco distintas das verificadas com base na Pnad Contínua.

No gráfico 7, tem-se a análise trimestral do nível de ocupação por setor de atividade em 2015. Chamam atenção as diferenças registradas para o setor de Serviços, que, diferentemente do apresentado na Pnad Contínua, apresentou variações negativas no segundo e no quarto trimestre de 2015, o que sugere um aumento do emprego informal nos serviços. O mesmo pode ser dito para o comércio nos dois primeiros trimestres de 2015, quando se observa queda no saldo de trabalhadores formais medido pelo Caged ao mesmo tempo em que a Pnad Contínua registrou um aumento percentual na população ocupada deste setor no 2º trimestre de 2015. No entanto, a partir do terceiro trimestre, as duas pesquisas apontam para uma variação positiva no número de ocupados do setor.

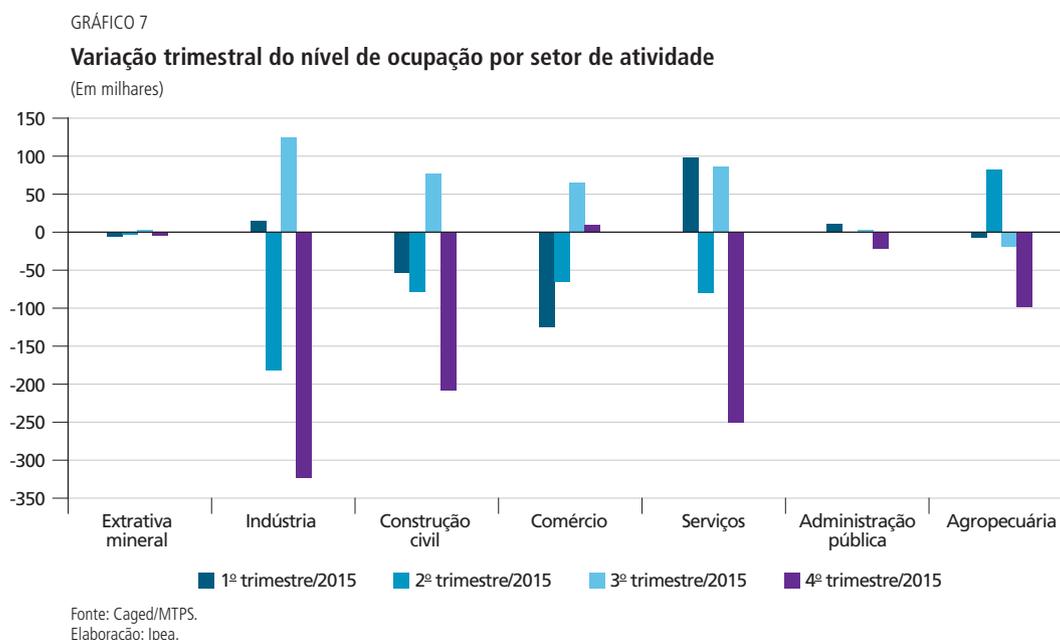
É importante frisar que há diferenças de cobertura dessas duas fontes de informação, com a cobertura do Caged restringindo-se aos trabalhadores empregados em vínculos formais regidos pela CLT. Fora isso, os dados do Caged fornecem o saldo mensal entre admissões e desligamentos dos empregados formais, o que equivale à variação absoluta no número de ocupados. Portanto, a comparação entre os dados da Pnad Contínua e

11. Neste setor estão incluídas as atividades de alojamento e alimentação, educação, saúde e serviços sociais, atividades recreativas e culturais, serviços pessoais e serviços domésticos, atividades de intermediação financeira, seguros e previdência privada, atividades imobiliárias, aluguel de veículos, máquinas e equipamentos, atividades de informática, pesquisa e desenvolvimento, atividades administrativas e organismos internacionais. Inclui também o setor de Transporte: atividades de transporte de passageiros ou mercadorias, atividades de armazenamento e carga e descarga e as atividades de correio, de malote e de entrega.

12. Compreende as atividades de compra e venda de mercadorias e também a manutenção e a reparação de veículos automotores.

do Caged será feita comparando as variações percentuais na população ocupada com variações absolutas no número de empregados formais.

Assim como a Pnad Contínua, os dados do Caged sugerem uma redução dos ocupados na Construção Civil e na Indústria,¹³ justificando classificá-los como setores mais afetados pelo atual quadro recessivo. Na Administração Pública, o Caged registrou decréscimo no saldo de ocupados no segundo e no quarto trimestre de 2015. Como esse setor possui uma baixa participação no total de ocupados (5,7% no 4º trimestre de 2015 segundo a Pnad Contínua), as variações absolutas não são tão expressivas.



4 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

Analisando a evolução da população ocupada por posição na ocupação, verifica-se que os empregadores e os ocupados por conta própria registraram crescimento médio de 6,40% e 4,40%, respectivamente, no ano de 2015 em relação a 2014. Já os trabalhadores sem carteira e com carteira assinada, apresentaram decréscimos anuais de 2,30% e 1,40%, respectivamente.¹⁴

O contraste entre os resultados dos grupos dos trabalhadores protegidos (com carteira e militares ou funcionários públicos) e do grupo dos empregados sem carteira junto com os trabalhadores conta própria e não remunerados moldam a evolução do grau de informalidade. O gráfico 8 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada em 2015 ficou em 44,80%, o que representa um crescimento de 1,60% em relação a 2014. Vale destacar que a taxa de informalidade no quarto trimestre de 2015 encontra-se em um patamar superior às taxas observadas em 2014 e 2013, igualando o nível de 2012, e vem apresentando crescimento desde o 2º trimestre de 2014, quando atingiu seu menor valor (43,90%).

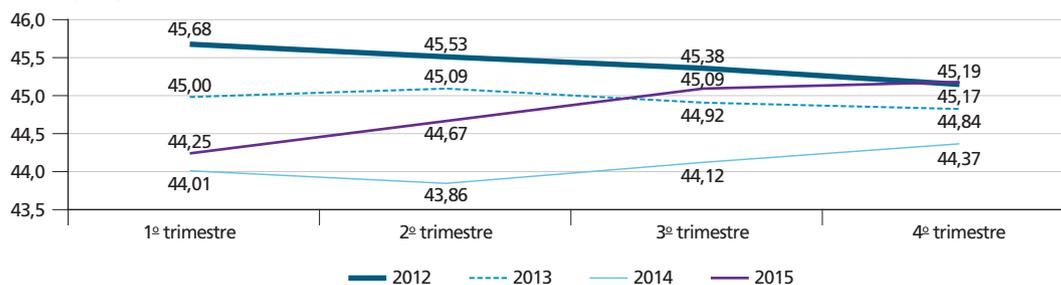
13. Inclui os setores da indústria de transformação e os serviços industriais de utilidade pública.

14. Os Militares/estatutários tiveram crescimento de 0,4% no período analisado.

GRÁFICO 8

Evolução do grau de Informalidade

(Em %)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.

Desagregando a taxa de informalidade por sexo, nota-se um crescimento maior na taxa entre os homens (2,30%) do que entre as mulheres (0,70%), na comparação entre 2015 e 2014. No recorte por grau de instrução, todos os grupos tiveram aumento na taxa de informalidade em 2015, com os mais escolarizados (ensino médio completo) apresentando crescimento de 4,80%, seguido daqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto (2,10%) e, por último, o grupo com apenas o ensino fundamental incompleto (0,80%).

Ou seja, tanto os homens como os mais educados experimentaram maiores aumentos relativos na taxa de informalidade assim como haviam registrado maiores aumentos relativos na taxa de desemprego.

Com relação à taxa de informalidade por faixas de idade, os jovens apresentaram um crescimento de 2,40% na taxa e os adultos (25 a 59 anos) registraram crescimento de 1,70% no mesmo período de análise. Já os mais velhos (60 anos ou mais) apresentaram redução de 1,0% na taxa de informalidade. Ou seja, o contraste entre jovens e mais velhos apontado no desemprego também aparece na informalidade com desvantagem para os jovens em ambos os casos.¹⁵

5 RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

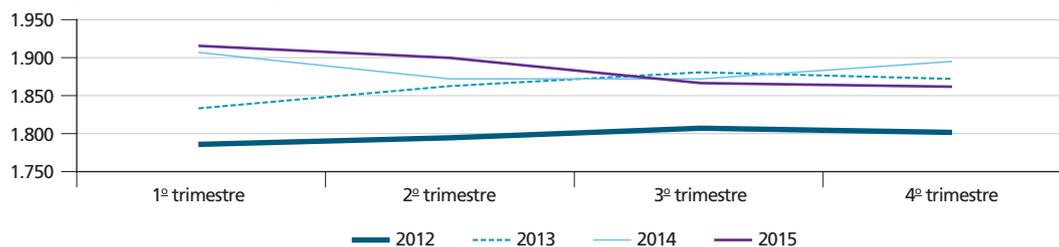
A média do rendimento do trabalho principal apresentou uma redução do 1º ao 4º trimestre de 2015, passando de R\$ 1.915,00 para R\$ 1.863,00 (em R\$ de novembro/2015). Na média anual de 2015, o rendimento médio real habitualmente recebido ficou em R\$ 1.887,00, um valor praticamente igual ao registrado na média de 2014, de R\$ 1.888,00. No entanto, como mostra o gráfico 9, somente nos dois primeiros trimestres de 2015, o rendimento médio real ficou acima do observado no ano anterior. No terceiro trimestre e no quarto trimestre de 2015, ocorrem duas quedas sucessivas, de 1,70% e 0,30%, respectivamente no rendimento médio real. Com isso, o valor dos rendimentos no último trimestre de 2015 tornou-se inferior ao observado no mesmo trimestre em 2014 e até mesmo em 2013.

15. Em todas as regiões observou-se uma elevação na taxa de informalidade na média de 2015 em relação a 2014. Esse aumento foi maior para o Sudeste (2,54%), seguido das regiões Norte (2,11%) e Sul (2,06%). No Centro-Oeste, o aumento da informalidade foi mais suave (1,37%), e no Nordeste o valor médio em 2015 foi praticamente igual ao de 2014, com uma leve alta de 0,23%. Em relação à condição no domicílio, no grupo de chefes de domicílio verificou-se um aumento de 1,46% na taxa de informalidade comparado ao aumento de 1,75% para os não chefes, no mesmo período.

GRÁFICO 9

Rendimento médio real habitual no trabalho principal

(Em R\$ de novembro de 2015)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE.
Elaboração: Ipea.
Obs.: Corrigido pelo IPCA-15.

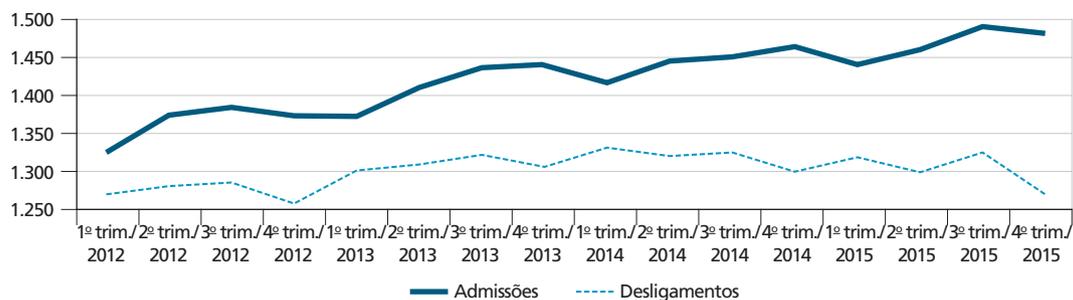
A queda no rendimento médio pode ser explicada por mudanças na composição dos empregados, na medida em que aumente o peso relativo de trabalhadores que tendem a ter menores salários. Por exemplo, uma parte da diminuição registrada na média dos rendimentos pode ser creditada ao aumento da informalidade; uma vez que a remuneração tende a ser mais baixa nesse tipo de posto de trabalho.

De forma complementar, é possível que, mesmo dentro de cada um desses grupos de trabalhadores, a rotatividade contribua para uma redução da remuneração. O gráfico 10 deixa claro que esse é o caso no setor formal, no qual se pode medir pelo Caged o salário de contratação e de desligamento. É nítido que o salário dos contratados é cada vez mais baixo que o salário dos que são desligados, com a diferença tendo chegado a 16,60% no último trimestre de 2015.

GRÁFICO 10

Média trimestral do rendimento de admitidos e desligados

(Em R\$ de novembro de 2015)

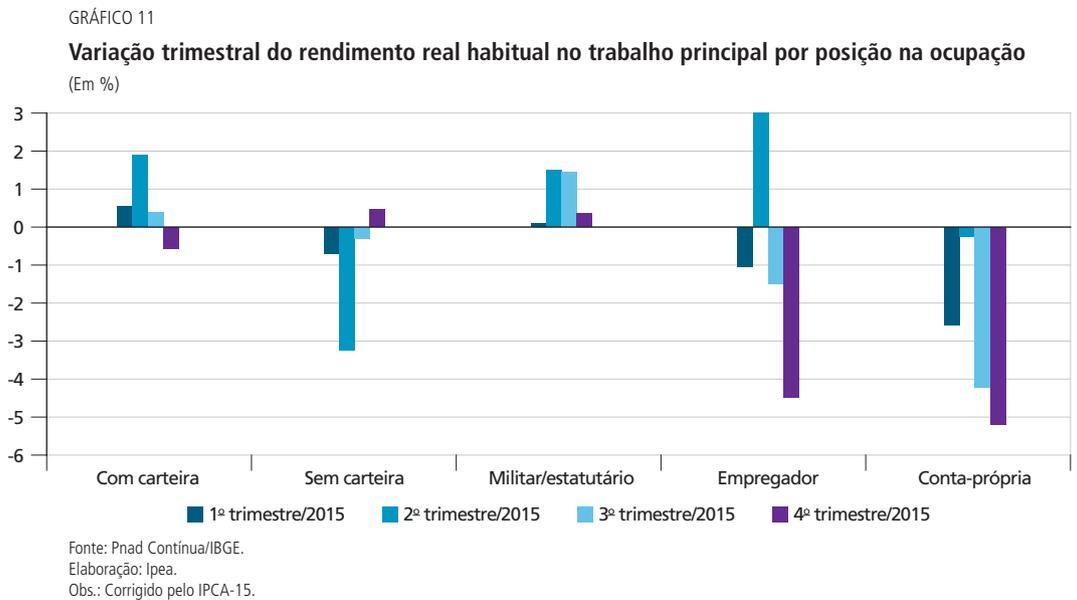


Fonte: Caged/MTPS.
Elaboração: Ipea.

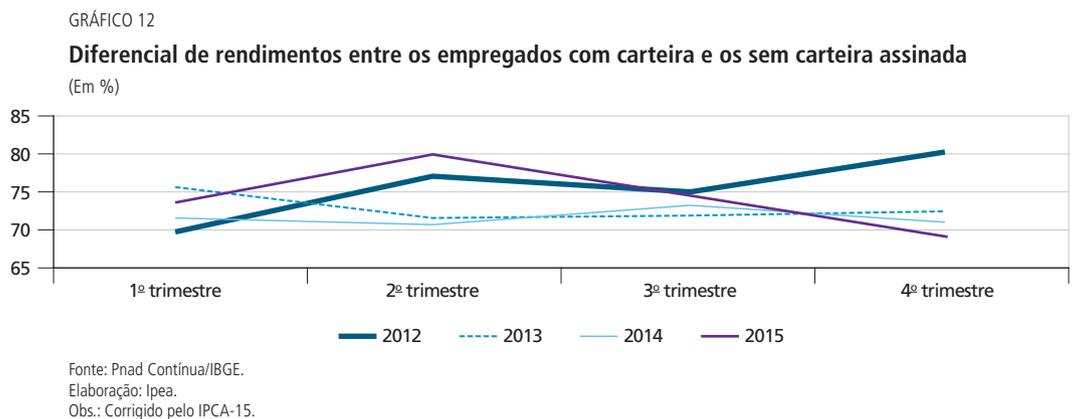
Na desagregação dos rendimentos dos ocupados por nível de instrução, nota-se uma diminuição nos rendimentos dos menos escolarizados (queda de 3,50% para aqueles com ensino fundamental completo e médio incompleto e queda de 2,70% para ocupados com o ensino fundamental incompleto) e estabilidade no rendimento dos ocupados mais escolarizados, com pelo menos o ensino médio completo entre 2014 e 2015. Na repartição por sexo, as mulheres apresentaram crescimento de 1,20% no rendimento médio real, enquanto para os homens houve um declínio de 0,60% no mesmo período.

Em relação à faixa etária, os jovens apresentaram a maior queda no rendimento real em 2015, de 2,30%. Já os adultos registraram uma queda mais suave, de 0,40% e os mais velhos (60 anos ou mais) apresentaram estabilidade em relação à média de 2014.

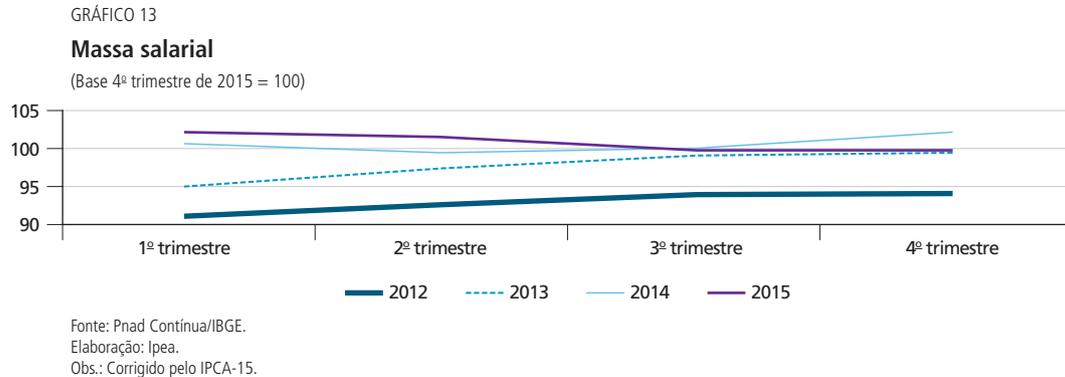
O gráfico 11 exibe a variação trimestral dos rendimentos em cada posição na ocupação ao longo de 2015. Nota-se que o grupo de trabalhadores por conta própria apresentou retração dos rendimentos ao longo de todo o ano, com uma queda salarial de 5,20% no quarto trimestre, a maior do período. Os trabalhadores sem carteira também sofreram perdas salariais, com exceção do quarto trimestre, em que se verifica um leve aumento real de 0,50%, no rendimento médio.



Na outra ponta, os trabalhadores com carteira assinada mantiveram um crescimento real dos rendimentos até o 3º trimestre de 2015, quando então se observa um decréscimo de 0,60%. Como consequência dessa trajetória, o diferencial de salários entre os empregados com e sem carteira aumentou nos dois primeiros trimestres de 2015, aproximando-se do valor máximo da série, de 80,0%, como mostra o gráfico 12.



A combinação de queda no rendimento médio e na taxa de ocupação reflete-se na massa salarial. O gráfico 13 mostra a evolução desse indicador nos últimos anos. A variação da massa salarial foi negativa em 2,0% no quarto trimestre de 2015 em relação ao mesmo período de 2014. Na comparação entre as médias anuais, a massa salarial ficou estável entre 2014 e 2015.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, procuramos analisar os dados da Pnad contínua, com cobertura nacional, para traçar um diagnóstico da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no ano de 2015. Em termos agregados, os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro apontam um quadro preocupante. A taxa de desemprego registrou um crescimento expressivo em 2015, sendo acompanhada de deteriorações também nos rendimentos e na informalidade, ainda que em menor intensidade nesses dois últimos indicadores. Ou seja, do ponto de vista quantitativo, a geração de postos de trabalho diminuiu, bem como a qualidade dos postos tem piorado nos últimos meses, ao menos nas dimensões captadas pelo rendimento e pela informalidade. Mais grave, não parece haver indícios de que o processo esteja perdendo fôlego, de modo a oferecer perspectiva de reversão de tendência no futuro imediato.

Vale notar também o movimento de subida na taxa de participação que aparece de forma mais pronunciada entre os indivíduos que não são chefes de família, entre eles os jovens. Esse último grupo por sinal apresenta sintomas mais marcantes de deterioração no que diz respeito à situação no mercado de trabalho, considerando-se as tendências ascendentes com intensidades destacadas no desemprego e na informalidade.



NOTAS TÉCNICAS

MUDANÇAS NA DEMANDA POR DIFERENTES TIPOS DE ATIVIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE 1985 E 2002

Jadir Soares Junior
Bruno Funchal

A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO SOB A ÓTICA DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES OCUPACIONAIS

Aguinaldo Nogueira Maciente

UMA DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES NORMALMENTE DESEMPENHADAS PELOS TRABALHADORES

Maurício Cortez Reis

MUDANÇAS NA DEMANDA POR DIFERENTES TIPOS DE ATIVIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE 1985 E 2002

Jadir Soares Junior¹
Bruno Funchal²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho mostra mudanças na demanda por diferentes tipos de atividades no mercado de trabalho brasileiro no período 1985-2002, utilizando um modelo baseado em atividades proposto por Autor, Levy and Murnane (2003) e dados oriundos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Tal modelo divide as atividades exercidas pelos trabalhadores em cinco tipos (rotineiras cognitivas, rotineiras manuais, não rotineiras analíticas, não rotineiras interativas e não rotineiras manuais) e propõe que a disseminação dos computadores no mercado de trabalho contribuiu para o aumento na demanda por atividades não rotineiras e a redução na demanda por atividades rotineiras.

Os resultados mostram um aumento na demanda por atividades não rotineiras analíticas e interativas e a redução na demanda por atividades rotineiras manuais, conforme previsto pelo modelo. No entanto, os resultados também mostram um aumento na demanda por atividades rotineiras cognitivas, não explicado por este modelo.

O modelo fundamentado em atividades é apresentado na próxima seção enquanto a metodologia utilizada para mensurar a demanda por atividades é apresentada na seção 3. Resultados são apresentados na seção 4 e uma breve discussão é feita na seção 5.

2 MODELO BASEADO EM ATIVIDADES

A fim de classificar as diferentes atividades exercidas por trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro esta pesquisa usa o modelo baseado em tarefas (ou atividades) proposto por Autor, Levy and Murnane (2003). Tal modelo divide as atividades em dois grupos, rotineiras e não rotineiras, de acordo com a capacidade de tais atividades

1. Estudante no Programa de Doutorado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. Professor na Fucape Business School.

serem automatizadas. De acordo com os autores, computadores³ são máquinas capazes de executar, com rapidez e acurácia, um conjunto de tarefas especificadas deterministicamente por meio de uma sequência lógica e não ambígua, utilizando uma linguagem de programação. Com base na visão dos computadores, Autor, Levy e Murnane (2003) definiram o trabalho como uma sequência de tarefas ou atividades a serem executadas e classificaram as tarefas de acordo com sua capacidade de automatização em cinco tipos: atividades rotineiras cognitivas, rotineiras manuais, não rotineiras analíticas, não rotineiras interativas e não rotineiras manuais.

Atividades rotineiras são aquelas que podem ser automatizadas utilizando-se computadores, ou seja, são tarefas repetitivas que podem ser detalhadamente especificadas sem ambiguidade utilizando-se de um programa de computador. Algumas dessas tarefas rotineiras dependem de capacidade cognitiva, como executar o cálculo do valor de ICMS a ser pago numa nota fiscal. Os sistemas informatizados atuais são capazes de calcular os devidos impostos, registrar todas as informações contábeis e efetuar a atualização do estoque, tudo embutido dentro de uma única operação. Dessa forma, uma série de atividades rotineiras antes executadas por vários profissionais são realizadas automaticamente pelos computadores de forma mais rápida e com menor probabilidade de erros.

Outro tipo de tarefas rotineiras, por outro lado, depende de capacidades motoras e manuais para sua realização. Como exemplo, podemos citar um processo de armazenagem de produtos em um depósito de um distribuidor atacadista. Ao receber um determinado pedido, pacotes precisam ser movidos para um local no depósito. Com a tecnologia atual, tal processo pode ser realizado por um sistema informatizado que determina o melhor local para armazenagem do produto e por um robô, que realiza a movimentação física do produto até o local previamente determinado.

Por sua vez, as atividades não rotineiras são as que não podem ser especificadas precisamente numa sequência lógica de passos (Autor, Levy e Murnane, 2003). Elas podem ter natureza cognitiva ou manual. Entre as cognitivas, as analíticas são as que dependem de capacidade de raciocínio e criatividade como as desempenhadas por um engenheiro ao projetar um novo processo produtivo. Como essa atividade depende da criação de um novo modelo ou conceito, a tecnologia atual não permite sua automação.

Ainda dentro de grupo de atividades não rotineiras cognitivas, as interativas são as que dependem da interação direta com outros agentes, como a persuasão de cliente para comprar um determinado produto ou a coordenação de atividades de trabalhadores subordinados (Autor, Levy e Murnane, 2003). Com relação à persuasão de um cliente, hoje já existem disponíveis uma série de sistemas de compras *on-line*, no qual podemos realizar compras diretamente na internet, sem a intervenção de nenhum agente de vendas. No entanto, o processo de persuasão de um cliente para escolher um determinado

3. Nesta pesquisa, o termo "computadores" é usado para representar uma variedade de máquinas tais como microprocessadores, equipamentos de automação e telecomunicações, softwares (por exemplo Sistemas de Gestão Integrada) e redes de computadores (como a internet), que são utilizados em conjunto com computadores (*hardware*) por trabalhadores no mercado de trabalho.

produto em detrimento a outro depende de vários parâmetros, que vão além do preço, e ainda não pôde ser automatizado utilizando a tecnologia atual.

Outro grupo de atividades, embora dependam de capacidades motoras e manuais, não obedecem a uma regra clara, de maneira que possam ser executadas por computadores, ou seja, são atividades não rotineiras e manuais (Autor, Levy e Murnane, 2003). Tome, por exemplo, o caso de um motorista de ônibus coletivo numa grande cidade. Embora esses profissionais executem principalmente uma atividade manual, a gama de possibilidades e eventualidades que podem ocorrer no trânsito não permitiu, até o momento, que fossem desenvolvidos softwares e robôs capazes de executar essa função sem colocar em risco a vida dos passageiros. Esse tipo de atividade até poderia ser automatizado aplicando-se a tecnologia atual. Note que um robô poderia ser utilizado para transportar determinados objetos de um lugar para o outro, como no exemplo de armazenagem de produtos em um depósito, citado ao descrevermos as atividades rotineiras manuais. No entanto, no caso anterior, os robôs são operados em ambientes controlados e não em um trânsito complexo, a exemplo de uma grande cidade.

O modelo proposto pelos autores acima citados propõe que a disseminação dos computadores no mercado de trabalho propiciou a redução na demanda por atividades rotineiras, substituídas pelos computadores, e o aumento na demanda por atividades não rotineiras.

A seguir, apresentamos a metodologia utilizada para mensurar a demanda por atividades no mercado de trabalho brasileiro e os dados utilizados para tal.

3 DADOS E MÉTODO

Duas fontes de dados foram utilizadas para mensurar as mudanças no mercado brasileiro: *i*) a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), da qual extraíu-se as atividades exercidas por profissionais de diversas ocupações; e *ii*) a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), da qual obteve-se a frequência de trabalhadores em cada ocupação.

Para medirmos as mudanças na demanda por diferentes tipos de atividades, calculamos a proporção demandada por cada tipo de atividade em cada ocupação. Em seguida, combinamos essa proporção com o total de trabalhadores em cada ocupação e então somamos as demandas de todas as ocupações para chegarmos à demanda por cada tipo de atividade no mercado brasileiro.

Primeiramente, listou-se as atividades exercidas pelos trabalhadores em cada ocupação incluída nas CBOs de 1994 e de 2002. Utilizamos o nível de família ocupacional, visto que este é o nível mais desagregado utilizado na Rais. A versão da CBO 1994 possui um total de 354 famílias, codificadas com três algarismos. Por sua vez, a versão de 2002 apresenta uma codificação com quatro algarismos, num total de 602 famílias ocupacionais. Doravante, por simplificação, utilizaremos o termo ocupação para representar as famílias ocupacionais. Nas comparações entre as ocupações da CBO 1994 e 2002, utilizamos a tábua de conversão disponível no sistema do Ministério do Trabalho e Emprego,⁴ sendo que ao todo foram analisadas 321 ocupações.

4. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: 12 maio 2009.

Cada atividade listada foi classificada de acordo com a tipologia proposta por Autor, Levy e Murnane (2003). Nesse processo, utilizamos como referência o quadro 1, que se baseia no padrão elaborado por Spitz-Oener (2006), com objetivo de mantermos a padronização da classificação das atividades independente das ocupações. Ou seja, utilizamos o quadro 1 como referência para garantir que, por exemplo, a atividade “planejar” fosse classificada como não rotineira analítica em todas as ocupações, nas quais esta atividade é exercida. Tomando a ocupação recepcionista como exemplo (quadro 2), das nove atividades listadas na CBO 2002, uma é não rotineira analítica, três são não rotineiras interativas, quatro são rotineiras cognitivas e uma é rotineira manual.

QUADRO 1

Exemplos da correspondência entre atividades da CBO e a classificação proposta por Spitz-Oener (2006)

Referência Spitz-Oener (2006)	Correspondência atividades CBO
<i>Nonroutine analytic</i>	Não rotineira analítica
<i>Reseaching</i>	Pesquisar, realizar pesquisas, investigar
<i>Analyzing</i>	Analisar, examinar, estudar, apreciar
<i>Evaluating and planning</i>	Avaliar, planejar, orçar, prognosticar, diagnosticar, julgar
<i>Nonroutine interactive</i>	Não rotineira interativa
<i>Negotiating</i>	Negociar, conciliar, defender
<i>Coordinating</i>	Coordenar, mobilizar, reger
<i>Teaching or training</i>	Ensinar, treinar, difundir conhecimentos, instruir
<i>Selling</i>	Vender, comercializar
<i>Routine cognitive</i>	Rotineira cognitiva
<i>Calculating</i>	Calcular, efetuar, programar, transformar
<i>Bookeeping</i>	Registrar, cadastrar, protocolar
<i>Measuring</i>	Mensurar, medir, checar, conferir
<i>Routine manual</i>	Rotineira manual
<i>Operating or controlling machines</i>	Operar, distribuir, transportar, beneficiar
<i>Equipping machines</i>	Equipar, montar
<i>Nonroutine manual</i>	Não rotineira manual
<i>Repairing or renovating</i>	Consertar, reformar, reparar
<i>Serving or accommodating</i>	Servir, acomodar, faxinar, limpar, arrumar

Fonte: Spitz-Oener (2006, p. 243).
Elaboração dos autores.

Após a classificação de cada atividade, calculamos a proporção de cada tipo de atividade (k) dentro de cada ocupação (o), p_{ko} . Por exemplo, o índice relativo às tarefas não rotineiras analíticas para cada ocupação é: $p_{na,o} = (\text{número de atividades não rotineiras analíticas})/(\text{número total de atividades na ocupação})$. De forma similar, calculamos os índices $p_{ni,o}$, $p_{rc,o}$, $p_{rm,o}$ e $p_{nm,o}$, respectivamente para tarefas não rotineiras interativas, rotineiras cognitivas, rotineiras manuais e não rotineiras manuais. Seguindo o exemplo da ocupação recepcionista, a proporção de atividades rotineiras cognitivas em 2002 é $p_{rc, recepcionista} = (4/9) = 0.444$.

Em seguida, multiplicamos a proporção de cada atividade em uma ocupação (p_{ko}) pelo número total de trabalhadores nesta ocupação (N_o), obtendo a demanda total no mercado brasileiro por cada tipo de atividade e ocupação $T_{k,o}$. Para tal, multiplicamos as proporções p_{ko} da CBO 2002 pelo total de trabalhadores obtidos na Rais 2002, e multiplicamos as proporções da CBO 1994 pelo total de trabalhadores obtidos na RAIS 1985. Nota-se que a combinação da frequência ocupacional da Rais 1985 com as proporções calculadas por meio da CBO 1994 não é ideal, mas a CBO 1994 é a mais antiga que provê essas informações.⁵ Dando continuidade ao exemplo da ocupação Recepcionista, a demanda total por atividades rotineiras cognitivas nessa ocupação em 2002 é $T_{rc, recepcionista} = p_{ko} \times N_o = 0,444 \times 340.871 = 151.498$.

QUADRO 2

Exemplo das atividades exercidas por trabalhadores da ocupação Recepcionista

CBO 1994		CBO 2002	
Atividades	Tipo	Atividades	Tipo
Prestar informações a visitantes ou clientes	Rotineira cognitiva	Agendar serviços	Rotineira cognitiva
Reservar acomodações	Rotineira cognitiva	Comunicar-se	Rotineira cognitiva
Combinar entrevistas	Rotineira cognitiva	Fechar contas e estadas	Rotineira cognitiva
		Observar normas de segurança	Rotineira cognitiva
		Responder chamadas telefônicas	Rotineira manual
		Planejar atividades	Não rotineira analítica
		Organizar informações	Não rotineira interativa
		Prestar apoio a visitantes	Não rotineira interativa
		Recepcionar clientes	Não rotineira interativa

Fonte: CBO.
Elaboração dos autores.

Somando-se agora as demandas por cada tipo de atividade em todas as ocupações, obtém-se a demanda total por cada tipo de atividade. Por último, calculamos o percentual de cada tipo de atividade no mercado brasileiro. Por exemplo, somando-se as demandas por atividades rotineiras cognitivas $T_{rc,o}$ de todas as 321 ocupações disponíveis em nossa amostra e calculando o percentual de tarefas rotineiro cognitivas no mercado como um todo, chegamos ao percentual rotineiro de tarefas cognitivas demandadas no mercado brasileiro em 2002, $P_{rc} = 38,71\%$. Tal processo foi repetido para os cinco tipos de tarefas em dois períodos de tempo: 1985 e 2002.

4 RESULTADOS

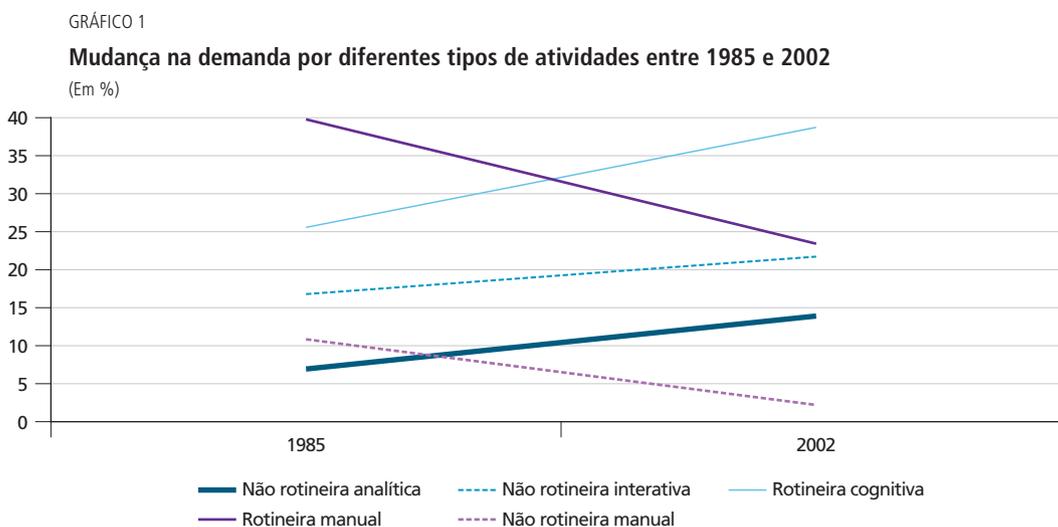
Nesta seção apresentaremos as mudanças na demanda por cada tipo de atividade no mercado de trabalho brasileiro. O gráfico 1 mostra que, em 1985, o tipo de atividade mais demandada era a rotineira manual, que representava 39,8% do total do mercado. Conforme esperado pelo modelo proposto por Autor, Levy, e Murnane (2003), a demanda

5. Este artigo resume um trabalho mais extenso disponível em (Funchal e Soares, 2013). Para cumprir o objetivo do trabalho original, foi necessário utilizar a frequência ocupacional em 1985 (antes da disseminação dos computadores no mercado de trabalho brasileiro). Para mais detalhes, consulte a versão original.

por este tipo de atividade caiu fortemente durante este período e, em 2002, representava 23,40% do mercado brasileiro.

Por sua vez, a demanda por atividades rotineiras cognitivas teve trajetória oposta. Em 1985, essas atividades representavam 25,6% do mercado brasileiro, aumentando para 38,70%, em 2002. Tal mudança tomou a direção inversa ao proposto pelo modelo acima apresentado e pode ser explicada, ao menos em parte, pelo processo de liberação do mercado brasileiro ocorrido entre 1988 e 1995, que reduziu a demanda por emprego em setores mais qualificados (*skilled intensive sectors*), com base em atividades não rotineiras, a favor de empregos em setores menos qualificados (*unskilled intensive sectors*), de acordo com atividades rotineiras (Gonzaga, Menezes-Filho, e Terra, 2006).

Com relação às atividades não rotineiras, o gráfico 1 mostra um aumento de 17% para 22%, na demanda por atividades interativas, e um aumento de 7% para 14%, na demanda por atividades analíticas, no período 1985-2002. Ambos os resultados estão de acordo com o esperado pelo modelo apresentado na seção 2.



Por último, a figura mostra uma forte queda na demanda por atividades não rotineiras manuais, de 11%, em 1985, para 2%, em 2002. O modelo acima não se propõe a explicar mudanças neste tipo de atividade (manuais e que não podem ser automatizadas). No entanto, considerando que este é o tipo de atividade mais básico e que não depende de especialização, essa redução no mercado brasileiro pode estar ligada ao aumento no nível educacional dos trabalhadores estudados, principalmente no grupo que possui apenas o ensino fundamental (Funchal e Soares, 2013, tabela 7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho utilizou o modelo baseado em atividades proposto por Autor, Levy, e Murnane (2003) para mostrar mudanças na demanda por diferentes tipos de atividades (*skills*) no mercado de trabalho brasileiro no período 1985-2002.

Os resultados apresentados no gráfico 1 mostram um aumento na demanda por atividades não rotineiras analíticas e interativas e a redução na demanda por atividades rotineiras manuais, conforme previsto pelo modelo. Os resultados mostram ainda um aumento na demanda por atividades rotineiras cognitivas, fato não explicado pelo modelo acima apresentado.

Embora este trabalho não faça inferências a respeito das causas dessas mudanças (atribuídas à disseminação dos computadores no mercado de trabalho no artigo original), a metodologia de agregação de atividades nos cinco grupos propostos pelos autores tem o potencial de ajudar no entendimento das mudanças na demanda por diferentes habilidades (competências) no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AUTOR, D.; LEVY, F.; MURNANE, R. The skill content of recent technological change: an empirical exploration. **Quarterly Journal of Economics**, v. 118, p. 1279-1333, 2003.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: MTE, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: 1º abr. 2009.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília: MTE, 2008. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br>>. Acesso em: 1º abr. 2009.
- FUNCHAL, B.; SOARES, J. **Understanding demand for skills after technological trade liberalization**. Vitória: Fucape, 2013. (Fucape Working Papers, n. 40). Disponível em: <<http://goo.gl/WqD9ja>>. Acesso em: 1º fev. 2016.
- GONZAGA, G.; MENEZES-FILHO, N.; TERRA, C. Trade liberalization and the evolution of skill earnings differentials in Brazil. **Journal of International Economics**, v. 68, p. 345-367, 2006.
- SPITZ-OENER, A. Technical change, job tasks, and rising educational demands: looking outside the wage structure. **Journal of Labor Economics**, v. 24, n. 2, p. 235-270, 2006.

A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO SOB A ÓTICA DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES OCUPACIONAIS

Aguinaldo Nogueira Maciente¹

1 INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se em publicações anteriores (Maciente, 2012a; b, 2013b, 2014) e busca discutir a análise da composição do emprego no Brasil, normalmente empreendida de acordo com informações demográficas dos trabalhadores ou de informações relativas a sua escolaridade ou ocupação, a partir de um ótica alternativa, que identifica as competências e habilidades dos trabalhadores e os requisitos e as tarefas ocupacionais.

A escolaridade dos trabalhadores nem sempre é uma variável suficiente para medir o nível ou as carências de qualificação da mão de obra. Segundo a Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) (OECD, 2013), apesar de haver uma alta correlação entre os níveis de escolaridade formal e o nível de qualificação para o trabalho da população adulta, essa relação varia dependendo da trajetória de desenvolvimento, da qualidade do sistema educacional e da dinâmica demográfica de um país.

Estudos realizados no últimos anos para avaliar a carência de engenheiros no Brasil no período 2009-2011 (Maciente e Araújo, 2011; Salerno *et al.*, 2014a; 2014b) identificaram que, a despeito de uma disponibilidade aparentemente adequada desses profissionais no período, há indícios de que a baixa atratividade da carreira nas décadas anteriores afetou negativamente a disponibilidade de profissionais mais experientes durante os anos de maior crescimento da demanda.

A escolaridade dos trabalhadores pode não refletir também o nível de qualidade da educação recebida. Caso um país apresente melhora na qualidade média da educação, o mercado de trabalho poderá beneficiar-se, mesmo que a escolaridade média dos trabalhadores esteja constante. Por outro lado, aumentos no nível de escolaridade que não estejam associados a uma melhora na qualidade da educação recebida pelos estudantes podem mascarar deficiências na qualificação da força de trabalho. Maciente *et al.* (2015) mostram que uma grande parcela dos estudantes egressos de cursos de engenharias e

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

licenciaturas não alcança uma colocação no mercado de trabalho compatível com seu nível educacional, o que pode indicar deficiências na qualidade do ensino recebido.

Autores como Ellison, Glaeser e Kerr (2010) utilizam a composição ocupacional das diferentes atividades econômicas para mensurar o grau de similaridade e o eventual compartilhamento de mão de obra especializada por firmas de diferentes setores. Assim, setores de atividade cujo perfil ocupacional dos trabalhadores seja mais semelhante podem ter incentivos para se localizar em uma mesma região, beneficiando-se mutuamente de um mercado de trabalho mais especializado.

Esse tipo de decomposição, baseada na estrutura ocupacional, aproxima-se dos argumentos de Alfred Marshall (1920), segundo os quais o aprendizado intensifica-se quando trabalhadores que executam tarefas similares concentram-se em uma mesma região, bem como da literatura sobre economias de localização (Hoover, 1936; Parr, 2002), segundo a qual empresas que produzem bens similares beneficiam-se da especialização local da mão de obra.

A classificação ocupacional traz, porém, algumas dificuldades conceituais. Por exemplo, trabalhadores representados por códigos ocupacionais diferentes, principalmente em níveis ocupacionais mais detalhados, podem, na prática, desempenhar atividades similares ou que demandem habilidades e conhecimentos comuns. Nesse caso, a própria estrutura ocupacional pode introduzir diferenciações artificiais decorrentes do detalhamento presente na classificação e não de um real grau de diferenciação dos requisitos ocupacionais.

Uma melhor agregação das ocupações pode resultar de um levantamento que identifique, para cada ocupação, a intensidade de utilização de habilidades e competências cognitivas e técnicas. Esse tipo de informação, no entanto, está disponível apenas em alguns países. Os Estados Unidos, por sua longa tradição na catalogação de informações relativas ao mercado de trabalho, possui atualmente um conjunto muito rico de informações ocupacionais, organizado e disponibilizado pelo Occupational Information Network (O*NET),² sob o patrocínio do US Department of Labor, o Departamento de Trabalho do país.

Os dados O*NET substituíram o Dictionary of Occupational Titles (DOT), desenvolvido entre 1938 e 1991, que visava a orientar empregados, empregadores e governos na colocação de trabalhadores, na orientação na carreira, no desenvolvimento de currículos e no levantamento de informações sobre o mercado de trabalho (Boese *et al.*, 2001). Em comparação com o DOT, os dados do O*NET possuem um número menor de ocupações, mas apresentam um maior escopo de habilidades e competências investigadas. Para cada ocupação, é mensurada a utilização de um amplo conjunto de tarefas, habilidades (cognitivas, físicas ou motoras), áreas de conhecimento, experiências laborais e requerimentos legais.

Acemoglu e Autor (2011) utilizam as tarefas laborais mensuradas no DOT e no O*NET para propor um modelo teórico em que os trabalhadores são alocados para desempenhar tarefas de acordo com seu nível de habilidade. Nesse modelo, o progresso

2. Disponível em: <www.onetcenter.org>.

técnico assume a forma da substituição de certas tarefas por máquinas, o que afeta de forma diferenciada a demanda por habilidades no mercado de trabalho.

Feser (2003) utiliza as variáveis O*NET relativas às áreas de conhecimento típicas dos trabalhadores de cada ocupação para agrupar setores de atividade econômica em termos de similaridade tecnológica. Sua metodologia foi também replicada, recentemente, por Renski, Koo e Feser (2007) e por Gabe e Abel (2012). Ingram e Neumann (2006), por outro lado, complementam a literatura de prêmios salariais associados à educação, agrupando um conjunto de habilidades mensuradas pela última versão do DOT em quatro fatores que representariam diferentes dimensões das habilidades básicas dos trabalhadores. A partir dessa métrica, os autores calculam o retorno salarial associado a essas habilidades como elementos adicionais à escolaridade formal dos trabalhadores.

Assim, o uso de habilidades ocupacionais tem encontrado múltiplas aplicações na literatura, tendo o potencial de aprofundar a análise do mercado de trabalho. No Brasil, o estudo da qualificação da mão de obra pode fazer uso de pesquisas e registros administrativos que contêm informações ocupacionais. No caso das pesquisas e censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ocupação dos trabalhadores é registrada por meio da Classificação de Ocupações Domiciliares. Os registros administrativos publicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para o mercado de trabalho formal, tais como a Rais e o Caged, utilizam, por sua vez, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A versão atual da CBO, divulgada em 2002, foi desenvolvida a partir da metodologia de desenvolvimento de currículos Dacum (*developing a curriculum*). Essas informações incluem as atividades tipicamente desempenhadas no exercício da ocupação, bem como os requerimentos educacionais e legais para o exercício profissional. Potencialmente, a metodologia permite identificar características pessoais, tais como habilidades, atitudes e conhecimentos (Norton, 1998).

No entanto, devido aos altos custos e à complexidade de atualização de uma base de dados desse tipo, não foram detalhados para as ocupações da CBO os níveis de utilização de habilidades, conhecimentos e competências presentes no O*NET. As próximas seções detalham os procedimentos, com base em Maciente (2012a; 2012b; 2013b; 2014), utilizados para traduzir para a realidade brasileira as diferentes dimensões da qualificação da mão de obra, que podem ser obtidas a partir dessa base.

2 O MODELO DE CONTEÚDOS OCUPACIONAIS DO O*NET

O modelo de dados do O*NET é composto por seis grupos de informações ocupacionais chamados domínios. Cada domínio representa uma dimensão das habilidades e requerimentos ocupacionais (National Center for O*NET Development, [s.d.]; Tippins e Hilton, 2010). Os dados fornecem informações para 1.110 ocupações compatíveis com a *Standard Occupational Classification* (SOC), classificação adotada pelos Estados Unidos em 2010.

Cerca de 10% das ocupações têm suas informações atualizadas anualmente, com a eventual revisão dos níveis de habilidades e requerimentos mensurados no modelo. A versão atual da base, disponibilizada em fevereiro de 2016, tem 85% das ocupações

totalmente atualizadas, enquanto as demais ainda possuem algumas variáveis derivadas da base DOT. As seguintes variáveis foram utilizadas para o caso brasileiro:

- características do trabalhador: características pessoais que influenciam o desempenho no trabalho e a capacidade de adquirir conhecimentos e habilidades:
 - competências: atributos individuais que influenciam o desempenho no trabalho;
 - interesses: preferências dos trabalhadores, compatíveis com o modelo Riasec de tipos de personalidade e ambientes de trabalho (Holland, 1997);
 - valores do trabalhador: necessidades individuais importantes para a satisfação no trabalho, com base no modelo teórico de Dawis e Lofquist (1984);
 - estilos de trabalho: características que afetam a execução do trabalho.
- requerimentos relativos ao trabalhador: atributos do trabalhador normalmente adquiridos por meio do estudo ou da experiência no trabalho:
 - habilidades básicas: capacidades desenvolvidas que facilitam o aprendizado ou a aquisição de conhecimento;
 - habilidades multifuncionais: capacidades desenvolvidas que facilitam o desempenho em atividades que podem ocorrer em várias ocupações;
 - áreas de conhecimento: conjuntos organizados de princípios e fatos relativos a domínios gerais de conhecimento;
 - educação: experiência educacional requerida para o desempenho do trabalho.
- experiência do trabalhador: requerimentos quanto à experiência anterior de trabalho;
- requerimentos ocupacionais:
 - atividades no trabalho: atividades e comportamentos esperados no trabalho;
 - contexto do trabalho: fatores físicos e sociais que influenciam no trabalho.

3 UMA MÉTRICA PARA HABILIDADES E COMPETÊNCIAS OCUPACIONAIS

A partir das correspondências oficiais entre as classificações nacionais e a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (International Labour Organization, 2014), procedeu-se uma conferência de cada par CBO-SOC, com o auxílio dos sinônimos existentes em cada classificação. Privilegiou-se o menor número possível de relacionamentos, para evitar a diluição de cada ocupação da CBO em um número excessivo de equivalentes na SOC. Uma vez estabelecida uma correspondência, foram obtidas estimativas, para cada CBO, do nível de utilização de cerca de 240 variáveis ocupacionais presentes no modelo O*NET, a partir da nota média das ocupações SOC correspondentes.

Algumas objeções podem ser levantadas em relação à metodologia descrita. A mais direta refere-se à própria validade do exercício de correspondência aqui proposto, pois as competências ocupacionais estimadas para o contexto norte-americano podem não representar os requerimentos demandados pelos postos de trabalho no Brasil. Acredita-se que a utilização das duas classificações em seu nível mais detalhado ajuda a minimizar este problema, pois aumenta a chance de uma melhor correspondência.

Outra limitação importante é a natureza estática das habilidades e das competências medidas pelo O*NET. A atualização constante das informações ocupacionais não permite identificar um padrão de alteração nos requisitos ocupacionais ao longo do tempo. Caso uma determinada habilidade ou competência, como o uso de tecnologia da informação, por exemplo, esteja difundindo-se na economia, não é possível identificar esse crescimento para o mercado de trabalho como um todo, devido ao caráter gradual das atualizações. Desse modo, é importante ressaltar que a análise não pode ser aplicada a um período muito longo do tempo, ou a um período em que a economia sofra alterações tecnológicas ou setoriais significativas.

Assim, os resultados já obtidos devem ser interpretados como uma aproximação, para o contexto brasileiro, das habilidades demandadas pelo mercado de trabalho dos Estados Unidos. Acredita-se que a utilização do modelo O*NET possa servir como base ou inspiração para o desenvolvimento futuro de levantamentos voltados para a realidade brasileira.

Uma vez aceitas, apesar das limitações, as variáveis O*NET como uma descrição aproximada das habilidades e competências demandadas pelos postos de trabalho no Brasil, impõe-se uma questão metodológica adicional. As mais de 240 variáveis ocupacionais disponíveis representam um conjunto bastante amplo de informações, mas muitas delas são bastante correlacionadas em si. Seguindo Feser (2003) e Ingram e Neumann (2006), foi utilizado um procedimento de análise fatorial, que teve por objetivo reduzir este grande conjunto de variáveis a um número menor de constructos, chamados fatores, que representam dimensões mais gerais de habilidades e competências subjacentes ao modelo O*NET.

Utilizou-se, especificamente, o método de Análise Fatorial Exploratória (AFE), utilizado na literatura para construir um modelo de fatores latentes (DeCoster, 1998; Johnson e Wichern, 2002; Thompson, 2004). Os fatores latentes, ou construtos, condensam, em um número menor de variáveis, a maior parte da variância expressa pelo conjunto completo de variáveis O*NET. Diferentes métodos de AFE foram testados, seguindo a sequência decisória proposta na literatura (Fabrigar *et al.*, 1999; Schmitt, 2011; Thompson, 2004).

Optou-se por aplicar a análise de fatores diretamente às ocupações norte-americanas e aplicar seus escores posteriormente nas ocupações brasileiras. Isso permite uma maior comparabilidade futura entre as habilidades ocupacionais demandadas nos mercados de trabalho dos dois países.

Em relação à extração dos fatores, decidiu-se pela análise fatorial comum, que apresentou uma menor matriz de correlação dos resíduos e gerou fatores de fácil interpretação. Quanto à rotação, técnica que objetiva facilitar a interpretação dos construtos, optou-se pelo método Promax, o qual permite que os fatores finais sejam correlacionados. Considerou-se inadequado o uso de métodos que impusessem a ortogonalidade, isto é, a não correlação dos fatores, pois os fatores ocupacionais incluem habilidades mentais, traços de personalidade e atitudes dos trabalhadores. Nesses casos,

como afirmam Fabrigar *et al.* (1999), há bases teóricas e empíricas para a consideração de correlações entre os fatores.

A tabela 1 apresenta os nomes atribuídos aos 24 fatores ocupacionais obtidos com a análise fatorial, bem como a proporção da variância total explicada por cada um deles e a proporção cumulativa. Os fatores abarcam cerca de 83% da variância total presente nas variáveis originais. Os fatores mais importantes em termos da proporção da variância explicada são os fatores que foram chamados de *habilidades cognitivas*, *habilidades de operação e controle* e *conhecimento em ciências da saúde*. Os nomes dos fatores foram escolhidos de acordo com as variáveis originais mais correlacionadas com cada um deles.

TABELA 1

Fatores ocupacionais e proporção da variância explicada

	Fator	Autovalor	Proporção individual	Proporção cumulativa
1	Habilidades cognitivas	70,814	32,9	32,9
2	Habilidades de operação e controle	29,179	13,6	46,5
3	Conhecimento em ciências da saúde	16,951	7,9	54,4
4	Habilidades gerenciais	8,628	4,0	58,4
5	Conhecimento em <i>design</i> e engenharia	7,937	3,7	62,1
6	Habilidades artísticas	5,448	2,5	64,6
7	Habilidades para tarefas rotineiras	4,542	2,1	66,7
8	Habilidades em transportes	3,831	1,8	68,5
9	Habilidades físicas e motoras	3,685	1,7	70,2
10	Habilidades de vendas	3,454	1,6	71,8
11	Conhecimento em ciências sociais	2,949	1,4	73,2
12	Conhecimento em ciências naturais	2,776	1,3	74,5
13	Habilidades para gestão de conflitos	2,299	1,1	75,6
14	Habilidades para o trabalho em equipe	2,047	1,0	76,5
15	Conhecimento em educação	2,000	0,9	77,5
16	Atitudes de independência	1,749	0,8	78,3
17	Conhecimento em tecnologia da informação	1,644	0,8	79,0
18	Habilidades visuais e perceptivas	1,499	0,7	79,7
19	Experiência no trabalho	1,391	0,6	80,4
20	Habilidades em instalação e manutenção	1,307	0,6	81,0
21	Habilidades de aferição	1,261	0,6	81,6
22	Conhecimento em matemática	1,084	0,5	82,1
23	Atitudes de iniciativa e esforço	1,075	0,5	82,6
24	Habilidades secretariais	1,030	0,5	83,1

Elaboração do autor.

O fator *habilidades cognitivas*, por exemplo, representa um conjunto mais geral de habilidades e competências, incluindo variáveis ligadas ao raciocínio lógico, à capacidade de aprendizado e ao domínio da língua escrita. A lista completa de variáveis e de suas correlações com os fatores pode ser obtida junto ao autor. O fator *habilidades de operação*

e controle inclui habilidades ligadas à operação de máquinas e equipamentos, ao controle de processos, à inspeção e reparação de máquinas, bem como à destreza manual. O fator *conhecimento em ciências da saúde* abarca as áreas de conhecimento da medicina e da psicologia, além de habilidades ligadas à terapia e à aptidão para servir e cuidar de pessoas.

Habilidades gerenciais incluem a habilidade de coordenar e administrar pessoas e recursos, além das áreas de conhecimento em economia, administração e contabilidade. O fator *conhecimento em design e engenharia* inclui as áreas de conhecimento ligadas à engenharia e à construção, além de habilidades ligadas ao *design*, ao desenho técnico, à visualização e à física. As *habilidades artísticas* incluem habilidades ligadas à inovação, à criatividade e às belas artes.

As *habilidades em automação* incluem a acurácia, a operação de tarefas repetitivas, a atenção a detalhes e aptidão para um trabalho mais convencional, com menor conteúdo criativo. As *habilidades em transportes* incluem a capacidade de orientação espacial, a visão noturna e periférica, a sensibilidade à luz e a habilidade para a operação de veículos.

As *habilidades físicas e motoras* incluem a coordenação corporal, a força física, o equilíbrio e a familiaridade com o uso de equipamentos de segurança. Esse fator é o menos relacionado com as *habilidades cognitivas*, pois está ligado a ocupações intelectualmente menos demandantes. O fator *habilidades de vendas* reúne as habilidades em vendas e *marketing*, a capacidade de influenciar e o atendimento ao público externo e a aptidão para ambientes de maior competição.

Conhecimento em ciências sociais abrange conhecimento em ciências sociais e humanas (história, geografia, sociologia, antropologia, filosofia etc.) e em línguas estrangeiras. Por sua vez, o *conhecimento em ciências naturais* abarca a química, a biologia e, secundariamente, a física. As *habilidades para a gestão de conflitos* englobam a capacidade de lidar com conflitos e com pessoas violentas ou em situação de estresse, além de conhecimentos na área de segurança pública.

Habilidades para o trabalho em equipe agrupam a aptidão para o trabalho em grupo, a capacidade de coordenar de equipes de trabalho e de conduzir discussões face a face, bem como a responsabilidade com a segurança de outros e com a obtenção de resultados. Já as *habilidades em educação* incluem a habilidade de falar em público e conhecimentos e habilidades em educação e treinamento.

Atitudes de independência incluem a liberdade e uma maior frequência na tomada de decisões, a capacidade de estruturar o trabalho, bem como a atenção para o impacto das decisões nos resultados e em outras pessoas. O fator *habilidades em tecnologia da informação* envolve as áreas de conhecimento em telecomunicações, computação e eletrônica e também em comunicações e mídia.

As *habilidades visuais e perceptivas* incluem a visão a distância, a rapidez de percepção e a discriminação de cores. O fator *experiência no trabalho*, por seu turno, está relacionado ao grau de treinamento e experiência prática do trabalhador. As *habilidades em instalação e manutenção* incluem habilidades para o reparo, a manutenção e a instalação de equipamentos.

Habilidades de aferição abrangem o acompanhamento de processos, materiais e ambientes, a capacidade de quantificar produtos, eventos e informação e de avaliar a qualidade de objetos e serviços. As *habilidades matemáticas* incluem a facilidade para lidar com números e o domínio da área de conhecimento e do raciocínio matemáticos.

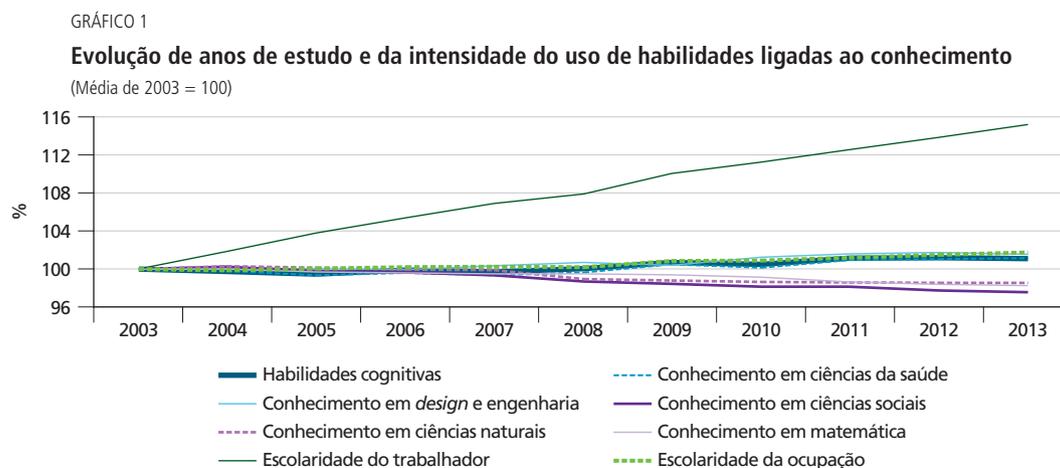
Atitudes de iniciativa e esforço englobam a capacidade de tomar iniciativas, o esforço à persistência e à confiabilidade. Por fim, as *habilidades secretariais* incluem o desempenho de atividades de cunho administrativo e burocrático.

Os escores, baseados no método de regressão (DiStefano, Zhu e Mindrila, 2009), representam a “nota” de cada ocupação em cada um dos fatores, ou grupos de habilidades. A partir deles é possível, por exemplo, estimar o perfil de especialização em diferentes habilidades laborais para diferentes regiões de um país, ou para diferentes setores de atividade (Maciente, 2013a; 2014).

Com relação a estudos sobre inovação e produtividade, é possível investigar, por exemplo, se as práticas das empresas, no que se refere ao uso de determinadas qualificações, estão associadas a melhores resultados tecnológicos e econômicos. Assim, espera-se que os resultados da presente pesquisa auxiliem na compreensão de novos fenômenos ligados à qualificação da mão de obra no Brasil.

Os resultados gerais indicam que o Brasil possui mão de obra empregada em ocupações que utilizam mais intensivamente habilidades secretariais, isto é, ligadas a atividades administrativas, às habilidades físicas e motoras e para a gestão de conflitos, ao conhecimento em matemática, e às habilidades em transportes e em trabalho em equipe.

É possível também comparar a evolução da utilização recente de habilidades com a evolução da escolaridade média dos trabalhadores formais e com a escolaridade mínima exigida pela ocupação que desempenham. O gráfico 1 faz essa comparação para as habilidades ligadas ao domínio cognitivo, que apresentam uma maior aderência com áreas específicas do conhecimento.



Fonte: Rais/MTPS.
Elaboração do autor.

O número médio de anos de estudo, estimado a partir das categorias de escolaridade dos trabalhadores na Rais, ponderadas pelo número de horas trabalhadas no ano, cresceu 15% entre 2003 e 2013. A qualificação das ocupações desempenhadas pelos trabalhadores, no entanto, não tem crescido no mesmo ritmo. A escolaridade mínima exigida pelas ocupações do mercado formal, ponderada pelas horas trabalhadas no ano, cresceu apenas 2% no período. Esse baixo crescimento reflete-se também no perfil de habilidades cognitivas e áreas de conhecimento utilizadas pela média das ocupações.

Enquanto áreas como ciências da saúde e *design* e engenharia tiveram sua demanda média expandida, aproximadamente no mesmo ritmo da escolaridade mínima média das ocupações, áreas de conhecimento como ciências naturais, matemática e ciências sociais tiveram sua demanda média reduzida. Os resultados parecem mostrar uma estagnação da qualidade do emprego formal na década, apesar dos avanços em termos de escolaridade da força de trabalho.

Esses resultados ressaltam que uma análise da qualificação dos trabalhadores a partir de sua qualificação formal, isto é, seus anos de estudo, traz conclusões bastante distintas das obtidas da composição ocupacional da mão de obra. Ademais, a decomposição a partir das habilidades, competências e áreas de conhecimento demandadas traz em seu bojo nuances ainda mais diferenciadas.

A metodologia proposta neste e em estudos anteriores pretende abrir novas perspectivas para a investigação de fenômenos regionais, setoriais e demográficos sobre a composição da demanda por trabalho qualificado, identificando políticas de ensino e qualificação mais específicas para as necessidades identificadas.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; AUTOR, D. Skills, tasks and technologies: implications for employment and earnings. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). **Handbook of labor economics**. [s.l.]: Elsevier, 2011. v. 4, part Bp, p. 1043-1171.
- BOESE, R. *et al.* **Summary of O*NET 4.0 content model and database**. Raleigh: National Center for O* NET Development, 2001.
- DAWIS, R. V.; LOFQUIST, L. H. **A psychological theory of work adjustment: an individual-differences model and its applications**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- DECOSTER, J. **Overview of factor analysis**. [s.l.]: [s.n.], 1998.
- DISTEFANO, C.; ZHU, M.; MINDRILA, D. Understanding and using factor scores: considerations for the applied researcher. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 14, n. 20, p. 1-11, 2009.
- ELLISON, G.; GLAESER, E. L.; KERR, W. R. What causes industry agglomeration? Evidence from coagglomeration patterns. **American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 1195-1213, 2010.
- FABRIGAR, L. R. *et al.* Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. **Psychological Methods**, v. 4, n. 3, p. 272-299, 1999.
- FESER, E. J. What regions do rather than make: a proposed set of knowledge-based occupation clusters. **Urban Studies**, v. 40, n. 10, p. 1937-1958, 2003.

- GABE, T. M.; ABEL, J. R. Specialized knowledge and the geographic concentration of occupations. **Journal of Economic Geography**, v. 12, n. 2, p. 435-453, 2012.
- HOLLAND, J. L. **Making vocational choices: a theory of vocational personalities and work environments**. [s.l.]: Psychological Assessment Resources, 1997.
- HOOVER, E. M. The measurement of industrial localization. **The Review of Economic Statistics**, v. 18, n. 4, p. 162-171, 1936.
- INGRAM, B. F.; NEUMANN, G. R. The returns to skill. **Labour Economics**, v. 13, n. 1, p. 35-59, 2006.
- JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 2002.
- MACIENTE, A. N. A mensuração das competências cognitivas e técnicas das ocupações brasileiras. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 23, p. 17-26, dez. 2012a.
- _____. Uma análise setorial e regional das competências laborais no Brasil. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 23, p. 27-36, dez. 2012b.
- _____. **The determinants of agglomeration in Brazil: input-output, labor and knowledge externalities**. Urbana, IL: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2013a.
- _____. **The determinants of agglomeration in Brazil: input-output, labor and knowledge externalities**. Illinois: University of Illinois at Urbana-Champaign, 2013b.
- _____. Competências e habilidades ocupacionais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, M. P. P. *et al.* (Eds.). **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho: coletânea de artigos**. Brasília: Ipea; ABDI, 2014. v. 2.
- _____. A inserção de recém-graduados em engenharias, medicina e licenciaturas no mercado de trabalho formal, segundo dados do Enade e da Rais. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 38, p. 7-22, abr. 2015.
- MACIENTE, A. N.; ARAÚJO, T. C. Requerimento técnico por engenheiros no Brasil até 2020. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, n. 12, p. 43-54, fev. 2011.
- MARSHALL, A. **Principles of economics**. [s.l.]: Library of Economics and Liberty, 1920. Disponível em: <<http://goo.gl/OAnwAq>>. Acesso em: 26 set. 2011.
- NATIONAL CENTER FOR O*NET DEVELOPMENT. **The O*NET® Content Model**. [s.l.]: [s.d.]. Disponível em: <<http://goo.gl/mwA5D>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- NORTON, R. E. Quality instruction for the high performance workplace: Dacum. *In*: IVETA CONFERENCE PROCEEDINGS, 1998, Ankara. **Annals...** Ankara: Iveta, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/5vD80a>>. Acesso em: 1º jan. 2013
- OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Skills Outlook 2013: first results from the survey of adult skills**. Paris: OCED Publishing, 2013.
- PARR, J. B. Agglomeration economies: ambiguities and confusions. **Environment and Planning A**, v. 34, n. 4, p. 717-731, 2002.
- RENSKI, H.; KOO, J.; FESER, E. J. Differences in labor versus value chain industry clusters: an empirical investigation. **Growth and Change**, v. 38, n. 3, p. 364-395, 2007.

SALERNO, M. S. *et al.* Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil. *In: OLIVEIRA, M. et al. (Orgs.). Coletânea da rede de pesquisa “Formação e Mercado de Trabalho”*. Brasília: ABDI; Ipea, 2014a. v. 4, p. 135-160.

_____. Escassez de engenheiros no Brasil? Uma proposta de sistematização do debate. *Novos Estudos Cebrap*, n. 98, p. 43-67, mar. 2014b.

SCHMITT, T. A. Current methodological considerations in exploratory and confirmatory factor analysis. *Journal of Psychoeducational Assessment*, v. 29, n. 4, p. 304-321, 2011.

THOMPSON, B. **Exploratory and confirmatory factor analysis: understanding concepts and applications**. Washington: American Psychological Association, 2004.

TIPPINS, N. T.; HILTON, M. L. **A database for a changing economy: review of the Occupational Information Network (O*NET)**. [s.l.]: The National Academies Press, 2010.

UMA DESCRIÇÃO DAS OCUPAÇÕES NO BRASIL A PARTIR DE INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES NORMALMENTE DESEMPENHADAS PELOS TRABALHADORES

Mauricio Cortez Reis¹

1 INTRODUÇÃO

Diversos estudos recentes têm analisado o mercado de trabalho por meio de uma abordagem que procura distinguir o nível de qualificação do trabalhador e as tarefas desempenhadas por esse trabalhador no seu emprego. Nessa abordagem, o trabalhador aplica a sua qualificação, adquirida na escola, por exemplo, a diversas tarefas, que, por sua vez, resultam em um determinado nível de produção.²

Esse tipo de abordagem baseada nas tarefas permite análises mais aprofundadas de fatos recentes observados nos países desenvolvidos, para os quais a abordagem tradicional fundamentada na oferta e na demanda de qualificação tem se mostrado limitada (Autor, 2013). O processo de polarização do emprego, o comportamento da desigualdade de rendimentos do trabalho e os impactos do progresso tecnológico e da oferta de qualificação sobre a demanda por trabalho são alguns desses fatos. Ao considerar que os trabalhadores têm diferentes vantagens comparativas no desempenho das tarefas, a atribuição da qualificação às tarefas torna-se endógena em relação às condições tecnológicas e de demanda e oferta, o que amplia a capacidade de análise dos temas mencionados acima (Acemoglu e Autor, 2011).³

A análise do mercado de trabalho com base nas tarefas, no entanto, requer informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores nos seus respectivos empregos, o que tem limitado as aplicações para o Brasil, assim como para países em desenvolvimento de forma geral. Nos Estados Unidos, por exemplo, as características de cada ocupação são descritas detalhadamente por meio de uma série de variáveis, desenvolvidas pelo

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Ver Acemoglu and Autor (2011) e Autor (2013) para resumos sobre essa literatura.

3. Exemplos de aplicações para o mercado de trabalho nos Estados Unidos e na Europa usando esse tipo de abordagem podem ser encontrados em Autor, Levy, and Murnane (2003); Autor, Katz, and Kearney (2006); Goos and Manning (2007); Spitz-Oener (2006); e Firpo, Fortin and Lemieux (2011).

Dictionary of Occupational Titles (DOT) e o Occupational Information Network (O*NET). Essas características incluem uma série de indicadores para o grau de exigência em diferentes tipos de tarefas. As tarefas desenvolvidas em cada ocupação também podem ser medidas usando informações fornecidas pelos próprios trabalhadores, como nos casos da German Qualification and Career Survey, conduzida pelo Federal Institute for Vocational Education and Training (BiBB) e pelo Institute for Employment (IAB) na Alemanha e da Princeton Data Improvement Initiative (PDII) nos Estados Unidos.

Uma alternativa para classificar as ocupações no Brasil de acordo com as características das tarefas é usar as informações fornecidas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO, 2010) – que descreve as atividades normalmente desenvolvidas pelos trabalhadores em cada ocupação. Essa nota tem como objetivo apresentar medidas construídas com base na CBO 2010 para caracterizar as ocupações no Brasil.⁴ As informações da CBO 2010 são apresentadas na seção 2, que também mostra como as ocupações podem ser caracterizadas de acordo com esses dados. A seção 3 descreve como as variáveis construídas com a CBO 2010 podem ser combinadas com os dados individuais do censo de 2010. A seção 4 procura ilustrar a relação entre o tipo de tarefa que caracteriza a ocupação e os rendimentos no mercado de trabalho brasileiro. As conclusões dessa nota estão na seção 6.

2 CARACTERIZANDO AS OCUPAÇÕES A PARTIR DA CBO

Na CBO 2010, são apresentadas descrições de 607 ocupações, definidas usando uma desagregação com quatro dígitos. A descrição de cada ocupação na CBO é feita por um grupo de oito a doze especialistas na área, em oficina de trabalho (ou painel) com duração de três dias, e inclui, por exemplo, as atividades normalmente exercidas pelos trabalhadores nessa ocupação. Para cada ocupação são atribuídas entre quatro e quatorze atividades (a média é 7,8). O quadro abaixo mostra exemplos das atividades em duas ocupações (auxiliar de contabilidade e operador de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão).

QUADRO 1

Exemplos de atividades na CBO

Ocupação – auxiliares de contabilidade	Ocupação – operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão
a) organizar documentos;	a) preparar máquina para corte de papel;
b) registrar atos e fatos contábeis;	b) operar máquina;
c) calcular impostos;	c) preparar máquina de corte, colagem e dobragem;
d) preparar documentações;	d) preparar impressora;
e) elaborar demonstrações financeiras;	e) preparar máquina para corte e vinco;
f) executar rotinas de faturamento.	f) limpar máquinas.

Fonte: CBO 2010.

4. Outra possibilidade seria imputar as medidas disponíveis para os países desenvolvidos nas ocupações correspondentes no Brasil. Por um lado, essa abordagem tem a vantagem de permitir aproveitar a riqueza de informações disponibilizadas para esses países. Além disso, evita-se certo grau de arbitrariedade na atribuição das características a cada atividade mencionada na CBO 2010. Por outro lado, esse método supõe que as tarefas atribuídas a cada ocupação no Brasil sejam similares as da ocupação equivalente nos Estados Unidos ou na Europa. Diferenças tecnológicas ou no próprio nível educacional da força de trabalho, por exemplo, podem fazer com que as atividades desempenhadas em uma mesma ocupação sejam muito diferentes entre dois países.

Cada atividade em cada uma das ocupações na CBO 2010 é então agrupada em uma das dezoito categorias apresentadas no quadro 2. Essa classificação baseia-se nos dezenove tipos de tarefas reportadas por Gathmann e Schoenberg (2010) para a Alemanha.⁵ Deve-se mencionar que essa atribuição do tipo de tarefa a cada atividade associada com o desempenho da ocupação está sujeita a um determinado grau de arbitrariedade.

QUADRO 2

Classificação dos grupos de atividades

1	Pesquisar, analisar, avaliar, desenvolver
2	Desenhar, planejar, esboçar, projetar, formular
3	Executar leis, interpretar leis/regras,
4	Negociar, coordenar, fazer lobby, organizar, gerenciar
5	Ensinar
6	Vender, comprar, aconselhar clientes, fazer propaganda
7	Entretenimento, apresentação
8	Cálculo, contabilidade, controlar recursos financeiros
9	Corrigir texto, corrigir dados, programar, registrar informações, organizar documentos
10	Medições, controle de qualidade, executar ensaios
11	Operar, controlar e preparar máquinas e equipamentos
12	Reparar, renovar e reconstruir máquinas
13	Cultivar
14	Instalar máquinas, extrair, moldar materiais, cozinhar, construir
15	Serviços de limpeza
16	Embalar produtos, carregar, entregar.
17	Servir, acomodar, auxiliar, tratar/cuidar de outros
18	Segurança

Elaboração do autor.

Para exemplificar como cada atividade referente a uma determinada ocupação é classificada, o quadro 3 mostra essa associação para as ocupações reportadas no quadro 1. No caso dos auxiliares de contabilidade, quatro das seis tarefas são associadas a tarefas de registrar informações e organizar documentos, enquanto as duas tarefas restantes relacionam-se com cálculo e contabilidade. Já no caso dos operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel e papelão, cinco das seis tarefas referem-se a operar e preparar máquinas e equipamento, enquanto uma tarefa é associada a serviços de limpeza. Procedimento semelhante ao exemplificado no quadro 3 pode ser aplicado a cada atividade em cada uma das 607 ocupações na CBO 2010. Dessa maneira, cada ocupação por ser representada como uma combinação de diferentes tipos de tarefas.

Seguindo as descrições de Autor *et al.* (2003), Autor *et al.* (2008) e Fedorets *et al.* (2014), as tarefas no quadro 2 são agregadas em três categorias distintas:

5. A diferença no número de categorias se deve ao fato de "Cuidar/tratar de outros" ser classificada na mesma categoria de "Servir, acomodar, auxiliar" no quadro 2, enquanto para Gathmann e Schoenberg (2010) essas duas atividades fazem parte de grupos diferentes de tarefas. A justificativa para a agregação é o pequeno número de tarefas classificadas como "Cuidar/tratar de outros" na CBO 2010.

i) não rotineiras cognitivas; *ii)* rotineiras; e *iii)* manuais não rotineiras. No primeiro grupo, de tarefas não rotineiras cognitivas, são incluídas as atividades de 1 até 7 no quadro 2. Esse tipo de tarefa pode ser caracterizado, por exemplo, pelo uso da criatividade e da capacidade de analisar e resolver problemas, assim como de negociação, coordenação e administração de pessoal. As atividades 8-11, 13 e 16 no quadro 2 são classificadas como rotineiras. As atividades rotineiras que podem ser caracterizadas por processos de produção repetitivos ou por atividades de monitoramento envolvem tanto tarefas burocráticas no escritório quanto operações com máquinas em uma fábrica. Como tarefas manuais não rotineiras, são classificadas as atividades 12, 14, 15, 17 e 18. Essas tarefas exigem a utilização da capacidade física com algum tipo de percepção ou adaptação a diferentes situações. Serviços de limpeza e de reparação são exemplos de atividades manuais não rotineiras. É importante ressaltar que também há arbitrariedade na agregação das tarefas do quadro 2 nessas três categorias.

QUADRO 3

Classificando as atividades na CBO

Ocupação	Tipo de atividade
Auxiliares de contabilidade	
a) organizar documentos;	9
b) registrar atos e fatos contábeis;	9
c) calcular impostos;	8
d) preparar documentações;	9
e) elaborar demonstrações financeiras;	8
f) executar rotinas de faturamento.	9
Operadores de máquinas na fabricação de produtos de papel de papelão	
a) preparar máquina para corte de papel	11
b) operar máquina	11
c) preparar máquina de corte, colagem e dobragem	11
d) preparar impressora	11
e) preparar máquina para corte e vinco	11
f) limpar máquinas	15

Elaboração do autor.

A importância relativa de cada tipo de atividade (com dezoito ou com um número menor de categorias) em cada ocupação pode ser computada usando a equação (1). Nesse caso, para a atividade j na ocupação k , temos:

$$Tarefa_{jk} = \frac{\text{número de atividades atribuídas à categoria } j \text{ na ocupação } k}{\text{Número total de atividades na ocupação } k}, \quad (1)$$

3 IMPUTANDO AS INFORMAÇÕES DA CBO AOS DADOS INDIVIDUAIS DO CENSO 2010

As características das ocupações na CBO 2010 podem ser combinadas com informações de pesquisas domiciliares. Com isso, as variáveis disponíveis para cada indivíduo ocupado em

uma pesquisa domiciliar, como escolaridade, idade, gênero, rendimentos e muitas outras, podem ser associadas com a composição dos tipos de atividades normalmente realizadas na ocupação desse mesmo indivíduo.

No censo 2010, coletado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as ocupações são definidas de acordo com a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) com quatro dígitos. Essa classificação, contendo 428 ocupações,⁶ é bastante parecida com a CBO 2010. Dessa forma, cada ocupação no censo pode ser associada com uma ou mais ocupações correspondentes na CBO 2010. Nos casos em que uma ocupação no censo 2010 está associada com duas ou mais ocupações na CBO 2010, a equação (1) pode ser calculada usando todas as ocupações correspondentes.

Para ilustrar alguns aspectos do mercado de trabalho usando essa abordagem baseada nas tarefas desempenhadas pelos trabalhadores, são apresentadas algumas evidências relacionando os rendimentos do trabalho principal, obtidos do censo 2010, com as características das tarefas nas ocupações, computadas usando a CBO 2010. Para isso, é selecionada uma amostra no censo de 2010, formada por indivíduos com idade entre 24 e 65 anos e ocupados na semana de referência da pesquisa.

4 RENDIMENTOS DO TRABALHO E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS

O gráfico 1 mostra as médias das medidas de intensidade na ocupação de cada um dos três tipos de tarefas por décimo da distribuição dos rendimentos do trabalho. A medida de tarefas não manuais cognitivas aumenta nitidamente com os rendimentos, principalmente a partir do 60º percentil. Para os indivíduos no topo da distribuição, tarefas desse tipo representam 60% do total de tarefas, enquanto para aqueles no primeiro décimo a participação dessas tarefas diminui para menos de 20%.

No caso da intensidade das atividades rotineiras, o gráfico 1 mostra uma queda acentuada no início da distribuição, seguida de uma redução mais lenta entre o 4º e o 7º décimos. A participação das atividades rotineiras no total de tarefas passa a diminuir mais rapidamente com os rendimentos na parte mais alta da distribuição. A porcentagem do total de tarefas consideradas rotineiras passa de 45%, no primeiro décimo, para 20%, no décimo mais elevado.

O gráfico 1 também mostra que a medida de intensidade das atividades manuais não rotineiras aumenta ligeiramente e depois diminui, também de forma suave, na primeira metade da distribuição, registrando valores um pouco maiores do que 40%. A partir da mediana, a participação das tarefas manuais não rotineiras diminui continuamente com o aumento dos rendimentos. No décimo mais alto da distribuição, menos de 20% das tarefas exercidas nas ocupações são classificadas como manuais não rotineiras.

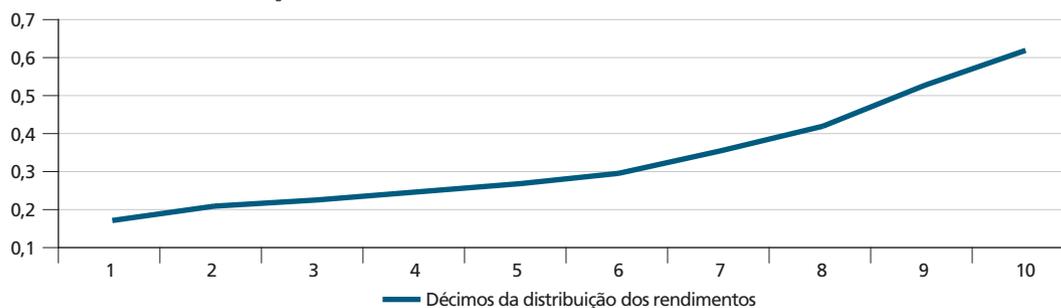
O gráfico 1 revela diferenças acentuadas na maneira como cada um dos tipos de atividades desenvolvidas na ocupação variam ao longo da distribuição. Os resultados indicam, portanto, que informações sobre o tipo de atividade desenvolvida na ocupação pode ser importante para ajudar a entender a elevada desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho no Brasil.

6. Excluindo os militares.

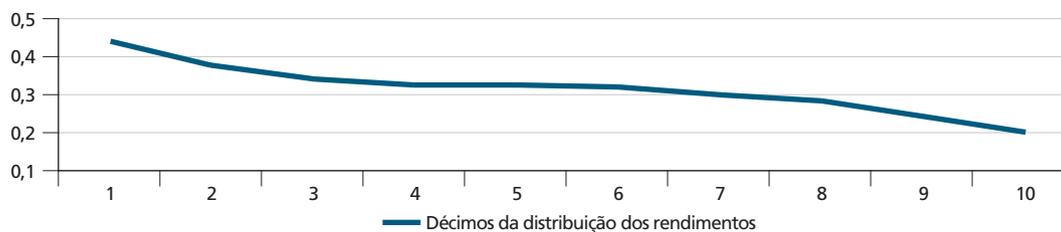
GRÁFICO 1

Medidas de intensidade das tarefas por décimos da distribuição de rendimentos do trabalho por hora

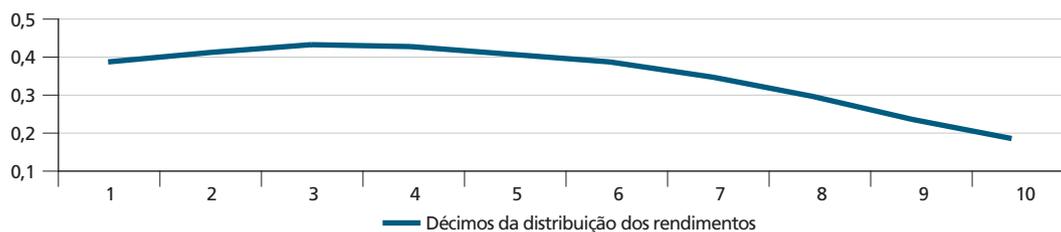
1A – Tarefas não rotineiras cognitivas



1B – Tarefas rotineiras



1C – Tarefas manuais



Elaboração do autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nota procurou descrever como os dados da CBO 2010 podem ser utilizados para caracterizar as ocupações no Brasil. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores em cada ocupação, de acordo com a CBO 2010, são associadas a um tipo de tarefa, permitindo que a ocupação seja representada, dessa forma, pela composição de diferentes tipos de tarefas. Além disso, usando a ocupação dos trabalhadores, essas informações podem ser combinadas com características individuais de pesquisas domiciliares.

Esse tipo de caracterização das ocupações pelo tipo de tarefa, por sua vez, pode ajudar no melhor entendimento de questões relevantes para ao mercado de trabalho brasileiro. Entre esses temas, podem ser citados alguns que já vêm sendo estudados nos países desenvolvidos, onde há maior disponibilidade de dados desse tipo, como aspectos relacionados com a desigualdade de rendimentos e as mudanças na estrutura ocupacional do emprego, os diferenciais de rendimentos entre grupos, a transferência de capital humano entre ocupações, além de vários outros.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, D.; AUTOR, D. Skills, tasks and technologies: implications for employment and earnings. *In*: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Eds.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: Elsevier, 2011.
- AUTOR, D.; LEVY, F.; MURNANE, R. The skill content of recent technological change: an empirical exploration. **Quarterly Journal of Economics**, v. 118, n. 4, p. 1279-1334, Nov. 2003.
- AUTOR, D.; KATZ, L; KEARNEY, M. Trends in U.S: wage inequality re-assessing the revisionists. **Review of Economics and Statistics**, v. 90, n. 2, p. 300-323, 2008.
- AUTOR, D. The “task approach” to labor markets. **Journal of Labour Market Research**, v. 46, n. 3, p. 185-199, 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília: MTE, 2010.
- FEDORETS, A.; *et al.* **Routine bias, changing tasks, and occupational mobility**. [s.l.]: [s.n.], 2014. Mimeografado.
- FIRPO, S.; FORTIN, N; LEMIEUX, T. **Occupational tasks and changes in the wage structure**. Bonn: IZA, 2011. (IZA Discussion Paper, n. 5542).
- GATHMANN, C.; SCHONBERG, U. How general is human capital? A task-based approach. **Journal of Labor Economics**, v. 28, p. 1-49, 2010.
- GOOS, M.; MANNING, A. Lousy and lovely jobs: the rising polarization of work in Britain. **Review of Economics and Statistics**, v. 89, n. 1, p 118-133, 2007.
- SPITZ-OENER, A. Technical change, job tasks, and rising educational demands: looking outside the wage structure. **Journal of Labor Economics** , v. 24, n. 2, p. 235-270, 2006.



POLÍTICA EM FOCO

EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Joana Simões de Melo Costa

Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa

Guilherme Hirata

PERFIL LABORAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NO BRASIL: INSUMOS PARA O PROGRAMA SEGURO DEFESO

André Gambier Campos

José Valente Chaves

EFEITOS DA AMPLIAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS¹

Joana Simões de Melo Costa²
Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa³
Guilherme Hirata⁴

1 INTRODUÇÃO

No contexto da ampliação dos direitos das empregadas domésticas por meio da Emenda Constitucional nº 72 (EC nº 72, de 2 de abril de 2013), este texto apresenta os principais resultados de um estudo sobre os possíveis efeitos da nova legislação sobre as condições de trabalho das empregadas domésticas. Cabe mencionar que nem todas as alterações contidas na nova legislação entraram em vigor imediatamente após a promulgação da emenda. Logo após o mês de abril de 2013, o único efeito prático dessa mudança legislativa foi a limitação da jornada de trabalho e a obrigação do pagamento de horas extras. Ainda assim, é possível analisar se essas mudanças surtiram efeito sobre a categoria. Em particular, procuramos investigar se a EC nº 72 gerou impactos na formalização, na jornada de trabalho e nos salários das empregadas domésticas. Além disso, buscamos identificar em que medida essa emenda afetou a probabilidade de uma mulher se tornar empregada doméstica, entre outros efeitos sobre a posição laboral do trabalho doméstico.

2 DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA

2.1 Dados

Na análise a seguir, a base de dados utilizada provém da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 2011 a 2013. Como a EC nº 72 foi publicada em abril de 2013, temos informações para dois períodos anteriores à regulamentação e um posterior. Como o mês de referência das Pnads é o mês de setembro de cada ano, as informações coletadas relacionam-se a seis e dezoito meses anteriores à publicação, e seis meses após a publicação. O universo de análise abrange somente as mulheres, de 18 anos de idade ou mais, residentes em áreas urbanas.

1. Os autores agradecem a excepcional assistência de Katcha Poloponsky no processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

2. Pesquisadora do Ipea. *E-mail*: <joana.costa@ipea.gov.br>.

3. Pesquisadora do Ipea. *E-mail*: <ana.barbosa@ipea.gov.br>.

4. Pesquisador do IDados – Instituto Alfa e Beto. *E-mail*: <guilherme.hirata@alfaebeto.org.br>.

A análise é feita tanto para as trabalhadoras domésticas em geral, como também para mensalistas e diaristas, separadamente.⁵ É importante fazer essa distinção porque o trabalho realizado pelas diaristas não constitui vínculo empregatício e, portanto, não está sujeito à legislação. A Lei nº 5.859/1972 define o empregado doméstico como “aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas”. Logo, a continuidade é um elemento fundamental para a caracterização do vínculo de emprego doméstico, e não está presente nos serviços prestados por uma diarista que comparece ao trabalho até duas vezes na semana.

Tendo em vista a definição de vínculo empregatício e as variáveis disponíveis na Pnad, foi considerado para separar os dois tipos de trabalhadoras domésticas: o número de domicílios e de dias em que se presta serviço durante a semana. Assim, se o trabalho for em apenas um domicílio e por três dias ou mais na semana, considera-se a trabalhadora como mensalista; caso contrário, supõe-se que é diarista. Para comparar a evolução das condições de trabalho das mensalistas, consideramos um grupo composto por trabalhadoras na condição de empregadas que estejam classificadas na categoria “trabalhadores dos serviços”, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar), uma adaptação da CBO do Ministério do Trabalho e Emprego (MTPS), para as pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).⁶

2.2 Emprego doméstico no Brasil ao longo dos anos 2000

O emprego doméstico continua sendo uma das principais ocupações das mulheres brasileiras.⁷ Em 2013, cerca de 15% das mulheres estavam empregadas como trabalhadoras domésticas (equivalente a aproximadamente seis milhões de mulheres). Apenas um pouco mais de um terço das trabalhadoras domésticas está inserida em uma relação de trabalho formalizada, com carteira de trabalho assinada. O gráfico 1 mostra que a proporção das empregadas domésticas mensalistas com carteira assinada apresentou um crescimento ao longo do período 2001-2013. Nota-se, em particular, um aumento significativo na formalização do emprego doméstico mensalista (7 pontos percentuais, (p.p.)) no último ano, de 2012-2013, justamente após a promulgação da EC nº 72. Esse quadro é ainda mais interessante quando se nota que o mesmo não ocorreu para as diaristas nem para as trabalhadoras que estão na condição de empregadas (neste último grupo não são consideradas as trabalhadoras domésticas).⁸

A jornada de trabalho semanal vem apresentando uma redução para as mensalistas desde o início do período analisado, mas permaneceu estável para as diaristas e as trabalhadoras na condição de empregadas (gráfico 2). Por sua vez, o rendimento do emprego doméstico (mensalista e diarista) acompanhou a elevação experimentada por

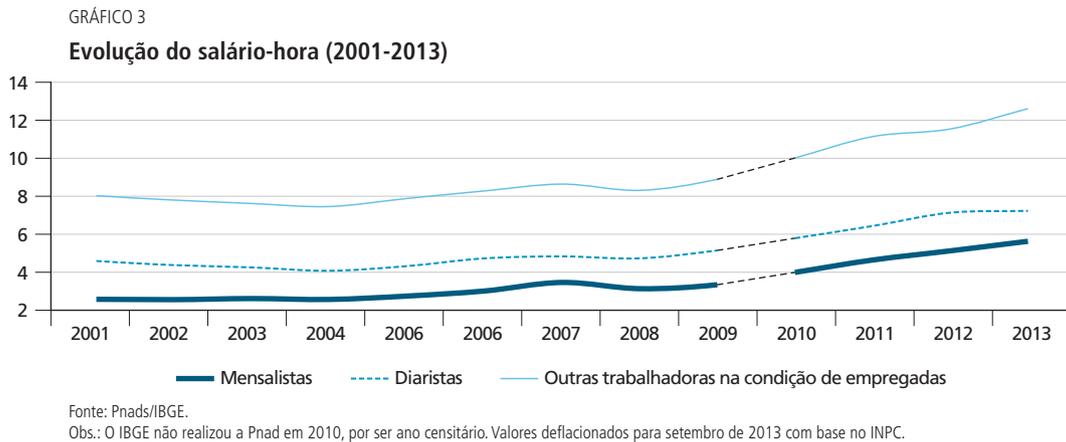
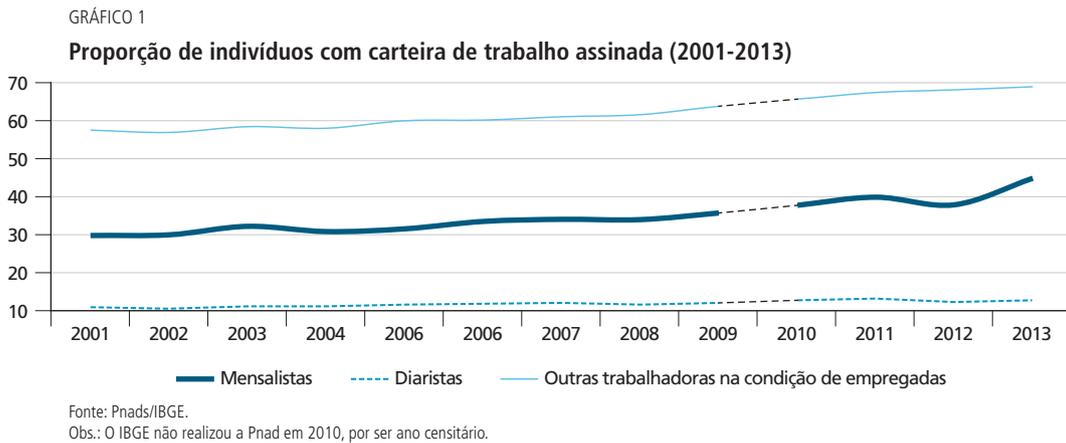
5. Embora a notação da posição ocupacional na Pnad seja dada por “empregadas domésticas”, optamos por usar o termo “trabalhadoras” em vez de “empregadas”, dada a definição de emprego doméstico da Lei nº 5.859/1972.

6. O grupo de comparação corresponde aos códigos 511 a 519, pois também foi excluída a categoria de supervisores entre as ocupações de serviços.

7. Definição segundo artigo 1º da Lei nº 5.859/1972.

8. Vale também ressaltar que no grupo das empregadas não são consideradas as empregadoras, as trabalhadoras por conta própria e as funcionárias públicas.

todas as empregadas ao longo do mesmo período (gráfico 3), com uma leve desaceleração para as mensalistas no último ano.



3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Uma análise do “antes” e “depois” da entrada em vigor da emenda fornece uma ideia geral do que ocorre com o grupo diretamente afetado pela regulamentação. No entanto, é bastante provável que os parâmetros estimados em uma análise desse tipo capturem outros efeitos que não o da introdução da regulamentação. Assim, é possível, por exemplo,

que a porcentagem de trabalhadoras domésticas com carteira assinada após a EC nº 72 tenha aumentado simplesmente porque a economia cresceu no mesmo período.

Para contornar esse problema, vamos utilizar grupos de controle e estimar o modelo de diferenças em diferenças (*Dif-Dif*) considerando três momentos do tempo. A ideia é utilizar outras categorias para analisar o que teria ocorrido com a categoria afetada caso não houvesse a introdução da regulamentação, ou seja, utilizá-las como um contrafactual. O modelo de diferenças em diferenças é estimado por meio da seguinte equação:

$$y_{it} = \alpha + \beta_1 D_{1,it} + \beta_2 D_{2,it} + \beta_3 T_{it} + \beta_4 D_{1,it} T_{it} + \beta_5 D_{2,it} T_{it} + X_{it} \gamma + \epsilon_{it}, \quad (1)$$

em que y_{it} é a variável de interesse para o indivíduo i no período t ; $D_{1,it}$ é uma *dummy* que assume valor 1, se $t = 2012$ (ou seja, antes da regulamentação); $D_{2,it}$ é uma *dummy* para $t = 2013$ (ou seja, depois da regulamentação); $T_{it} = 1$, se o indivíduo i é trabalhador doméstico no período t (o grupo de tratamento) e $T_{it} = 0$, caso contrário; e X_{it} são variáveis de controle (variáveis *dummies* para idade, educação, raça, estados e região metropolitana).

As variáveis de interesse são a posse de carteira de trabalho assinada, a jornada de trabalho semanal e o salário-hora. Os parâmetros β_4 e β_5 são chamados de estimadores de diferenças em diferenças. O principal interesse recai sobre o parâmetro β_5 , que representa o impacto da regulamentação, depois de sua introdução, sobre a categoria afetada.

A hipótese principal é a de que os grupos de controle não tenham sido afetados pela regulamentação introduzida pela EC nº 72.

O método *Dif-Dif* não requer que os grupos de controle apresentem exatamente as mesmas características que o grupo afetado pelo tratamento; a hipótese principal é a de que as trajetórias de ambos os grupos (tratamento e controle) sejam similares ao longo do tempo. No entanto, essa condição seria violada se, por exemplo, as diferenças que determinam a escolha da ocupação modificarem-se no tempo (por causa ou não da EC nº 72). Para minimizar esse problema potencial, utilizamos a metodologia de diferenças em diferenças combinada com a estratégia de Reponderação por Escore de Propensão (*Inverse Probability Weighting – IPW*), que consiste na utilização do escore de propensão para reponderar o grupo de controle com o intuito de torná-lo mais comparável ao grupo de tratamento (no nosso caso, os trabalhadores domésticos). Por escore de propensão (ps_i), entende-se a probabilidade estimada de o indivíduo pertencer ao grupo de tratamento. Formalmente, essa probabilidade é estimada por meio de um modelo *Probit*. O escore de propensão é estimado utilizando a amostra para o primeiro período da análise. Com base nos parâmetros estimados, pode-se calcular a probabilidade de ser tratado para os demais períodos. Com o procedimento IPW, a equação (1) é ponderada de tal forma que quanto maior a probabilidade de tratamento da unidade de controle, maior será o seu peso. Para os trabalhadores domésticos (grupo de tratamento), o peso é sempre igual a um.⁹ Ao utilizar essa reponderação, a estimação da equação (1) permite recuperar o efeito da EC nº 72 sobre os trabalhadores domésticos. Essa técnica

9. A rigor, como também estamos utilizando o peso amostral da Phad, o peso final de cada observação é o peso amostral multiplicado pelo peso oriundo do IPW.

está diretamente associada com o chamado efeito de tratamento sobre os tratados (Average Treatment Effect on the Treated – ATT).^{10,11}

4 RESULTADOS

Para avaliar o que teria acontecido com as empregadas domésticas na ausência da EC nº 72, consideramos a mudança observada no mesmo período para as trabalhadoras dos serviços com características similares às empregadas domésticas. Ou seja, verificamos em que medida a variação notada entre as empregadas domésticas foi diferente da ocorrida para o grupo de comparação. Em termos técnicos, estimamos um modelo de diferenças em diferenças considerando a amostra reponderada pelo escore de propensão a fim de estimar o efeito de tratamento médio entre os tratados. Os resultados deste modelo encontram-se na tabela 1. Cada coluna da tabela indica o grupo de tratamento e o grupo de comparação. Na coluna 1, por exemplo, o grupo de tratamento é composto por trabalhadoras domésticas mensalistas e o grupo de controle por todas as trabalhadoras dos serviços, exceto as supervisoras (grupos ocupacionais dos códigos 511 a 519 da CBO-Domiciliar).

As colunas 1 e 2 da tabela 1 reportam os resultados para a posse de carteira de trabalho assinada. Verifica-se que não há diferença significativa entre as trajetórias de formalização das trabalhadoras domésticas diaristas e das trabalhadoras dos serviços (coluna 2). Todavia, ao restringir a análise às mensalistas, é encontrado um aumento de quase 3 p.p. na probabilidade de ter carteira assinada. Isso representa um aumento de 7% na taxa de formalização das mensalistas (em 2011, 43% das mensalistas tinham carteira assinada).

Dado que a EC nº 72 não necessariamente tinha como objetivo incentivar a formalização, esse aumento é bastante significativo. O resultado corrobora a análise anterior de que a introdução desta emenda constitucional teria surtido efeito apenas entre as mensalistas já que as diaristas, por não possuírem vínculo empregatício, não deveriam ser afetadas diretamente por essa alteração constitucional.

As colunas 3 e 4 apresentam os resultados para a jornada semanal no trabalho principal. Como esperado, os resultados sugerem que a alteração legislativa teria reduzido em 0,5 hora a jornada das empregadas domésticas mensalistas e não teria surtido efeito entre as diaristas quando o grupo de comparação são as trabalhadoras nos serviços. A redução da jornada de trabalho seria um dos efeitos esperados da emenda constitucional tendo em vista que a regulamentação do pagamento de hora extra passou a vigorar imediatamente após à emenda. O resultado obtido, apesar de significativo, não possui magnitude elevada, o que pode ser consequência do fato de que, em uma pesquisa declaratória como a Pnad, as pessoas tendem a não declarar exatamente as horas trabalhadas durante a semana, mas, sim, um número inteiro próximo da jornada semanal, como quarenta.

Em relação ao salário-hora, as colunas 5 e 6 sugerem que não houve alteração de sua trajetória devido à introdução das novas regras. O efeito sobre o salário-hora pode ser interpretado como uma espécie de “síntese” da EC nº 72 sobre as condições

10. Ver: Hirano e Imbens (2001).

11. Para que esse método seja bem-sucedido, é importante que as características observáveis estejam balanceadas. Para testar essa condição, foram realizados testes de média entre os grupos para as variáveis utilizadas na estimação do escore de propensão.

de trabalho das empregadas domésticas. O aumento do salário-hora era esperado por meio de ao menos um de três mecanismos: *i*) diretamente, via pagamento de horas extras; e *ii*) indiretamente, via redução da jornada com manutenção do salário; e/ou *iii*) o respeito ao salário mínimo com a assinatura da carteira de trabalho.

Como a comparação das trajetórias das empregadas domésticas mensalistas com outros grupos similares indica que a EC nº 72 teria aumentado a probabilidade de ter carteira assinada e reduzido a jornada de trabalho, mas não teria tido efeitos sobre o salário-hora. Na próxima seção, vamos investigar a inserção dos trabalhadores, tentando capturar possíveis movimentos dentro do mercado de trabalho e que possam auxiliar na interpretação dos resultados encontrados.

TABELA 1

Análise Dif-Dif: efeitos da EC nº 72

	Probabilidade de ter carteira assinada		Jornada semanal de trabalho		Salário-hora	
	Mensalistas X outras trabalhadoras dos serviços (1)	Diaristas X outras trabalhadoras dos serviços (2)	Mensalistas X outras trabalhadoras dos serviços (3)	Diaristas X outras trabalhadoras dos serviços (4)	Mensalistas X outras trabalhadoras dos serviços (5)	Diaristas X outras trabalhadoras dos serviços (6)
2013 X (tratamento = 1)	0,027** (0,012)	-0,017 (0,011)	-0,525* (0,314)	0,059 (0,373)	0,134 (0,393)	-0,356 (0,414)
2012 X (tratamento = 1)	-0,013 (0,012)	-0,005 (0,011)	0,134 (0,312)	0,655* (0,373)	0,796** (0,390)	0,485 (0,413)
Tratamento = 1	-0,225*** (0,008)	-0,552*** (0,008)	-0,658*** (0,222)	-12,7*** (0,268)	-1,117*** (0,278)	0,698** (0,297)
Ano de 2013	0,021** (0,008)	0,014* (0,008)	-0,657*** (0,218)	-0,742*** (0,260)	0,841*** (0,272)	0,767*** (0,288)
Ano de 2012	-0,003 (0,008)	-0,004 (0,008)	-0,332 (0,216)	-0,366 (0,257)	-0,236 (0,270)	-0,032 (0,285)
Observações	35.579	29.205	35.579	29.205	34.836	28.605
R2	0.167	0.375	0.014	0.218	0.012	0.011

Elaboração dos autores.

Notas: * p<0,1.

** p<0,05.

*** p<0,01.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. Regressões estimadas por método dos mínimos quadrados ordinários (MQO).

3. Variável dependente: *dummy* para posse de carteira assinada. A *dummy* de tratamento refere-se ao grupo especificado no topo de cada coluna. Todas as regressões incluem *dummies* para período, variáveis de faixa etária, escolaridade, raça, região metropolitana e UFs.**5 DISCUSSÃO**

O aumento da formalização entre as empregadas domésticas mensalistas pode ter ocorrido por meio de diferentes mecanismos. É possível que as empregadas domésticas mensalistas informais antes da EC nº 72 tenham sido formalizadas após a mudança constitucional, mas também pode ser que elas tenham migrado para uma situação de desemprego ou para uma nova ocupação (por exemplo, diarista). Todas essas mudanças contribuiriam para elevar a formalização entre as mensalistas. Para entender o processo que levou a um maior nível de formalização entre as empregadas domésticas mensalistas, é importante compreender qual(is) mecanismo(s) seria(m) preponderante(s).

A tabela 2 investiga como a probabilidade de inserção em diversas posições e/ou ocupações no mercado de trabalho mudou no período analisado. Cada coluna representa uma regressão por método dos mínimos quadrados (MQO), em que a variável dependente é uma *dummy* indicando se o indivíduo está inserido na respectiva posição e/ou ocupação. Com exceção da coluna (8) explicada adiante, a amostra inclui as mulheres economicamente ativas. As linhas reportam os coeficientes associados às *dummies* de tempo, cujo período omitido foi 2012.

A tabela mostra que houve redução da probabilidade de inserção como trabalhadora doméstica entre 2011 e 2012 (colunas 1 a 3). Esse movimento de saída do emprego doméstico não foi acompanhado de queda no emprego (coluna 4) nem de saída da condição de empregado (coluna 5), mas foi seguido de um aumento em ocupações similares (coluna 6) e em ocupações de serviços (coluna 7). Isso sugere que as empregadas domésticas estavam em busca de diferentes condições de trabalho, talvez devido ao ainda aquecido mercado de trabalho na época, que proporcionava maior número de opções.

Por sua vez, de 2012 a 2013, ou seja, no período da regulamentação, houve apenas duas mudanças: aumento na probabilidade de inserção como diarista e redução da porcentagem de ocupados. O aumento na probabilidade de ser diarista poderia ser resultado da substituição da empregada mensalista por diarista. Também se observa um aumento da probabilidade de ser diarista entre as empregadas domésticas (coluna 8). Mas esse mecanismo não explicaria totalmente o aumento da formalização entre as mensalistas, porque deveríamos esperar uma redução na probabilidade de ser mensalista em 2013, ou seja, a substituição de mensalista por diarista passaria pela demissão da mensalista irregular (ou sua “transformação” em diarista). O coeficiente na coluna 2, porém, apesar de indicar a direção esperada, não é estatisticamente significativo; essa mudança teria ocorrido no período anterior.

TABELA 2

Probabilidade de inserção no mercado de trabalho, por tipo de ocupação

	Trabalhadora doméstica (1)	Mensalista (2)	Diarista (3)	Ocupada (4)	Ocupada na condição de empregada (5)	Empregada em ocupações similares (6)	Empregada em ocupações de serviços (7)	Diarista, dado que é trabalhadora doméstica (8)
Ano de 2013	0,001 (0,002)	-0,001 (0,001)	0,003** (0,001)	-0,005*** (0,002)	0,002 (0,003)	-0,002 (0,003)	-0,002 (0,002)	0,017*** (0,006)
Ano de 2011	0,007*** (0,002)	0,003** (0,001)	0,004*** (0,001)	-0,009*** (0,002)	-0,016*** (0,003)	-0,012*** (0,003)	-0,005*** (0,002)	0,003 (0,006)
Observações	196.405	196.405	196.405	196.405	196.405	196.405	196.405	35.040
R2	0.139	0.075	0.056	0.038	0.113	0.062	0.029	0.019

Elaboração dos autores.

Notas: * p<0,1.

** p<0,05.

*** p<0,01.

Obs.: 1. Erros-padrão entre parênteses.

2. Regressões estimadas por MQO.

3. Variáveis dependentes: *dummies* para a posição/ocupação/condição reportada em cada coluna. Os coeficientes reportados referem-se às *dummies* de período. Todas as regressões incluem *dummies*, faixa etária, escolaridade, raça, região metropolitana e UFs.

4. Nas colunas 1-7, a amostra inclui mulheres economicamente ativas, residentes em áreas urbanas. Na coluna 8, a amostra inclui apenas empregadas domésticas.

O aumento do desemprego em 2013 observado na coluna 4 pode estar associado a essa discussão. A alta do desemprego limita as opções do trabalhador, o que poderia resultar em alta da oferta de empregadas domésticas. Isso representaria uma força contrária às substituições por mensalistas e pode ser que os empregadores tenham regularizado a situação da mensalista irregular.

Dessa forma, tendo em vista que não houve uma redução na probabilidade de ser empregada doméstica mensalista, não é possível afirmar qual(is) o(s) mecanismo(s) preponderante(s) no aumento da formalização e da consequente redução da jornada de trabalho observados anteriormente.

Em suma, os resultados encontrados mostram que a legislação impactou de forma distinta as empregadas domésticas mensalistas e diaristas. Para as mensalistas, observa-se um aumento na formalização e na redução da jornada de trabalho. No entanto, não se encontra efeito sobre os salários. Para as diaristas, como esperado, não foi encontrado nenhum efeito. Além disso, observa-se um aumento na probabilidade de ser diarista, o que poderia estar associado à substituição da empregada mensalista por diarista.

Ainda que nem todas as alterações contidas na nova legislação entraram em vigor imediatamente após a promulgação da emenda, acreditamos ser possível avaliar se as mudanças previstas produziram alguma alteração nas condições de trabalho das empregadas domésticas. A emenda, que ficou conhecida como “PEC das domésticas” suscitou amplo debate na sociedade e as mudanças com relação aos direitos das empregadas domésticas foram bastante disseminadas na época. Ainda assim, é possível que essa emenda tenha tido um efeito retardado no tempo na medida em que empregados e empregadores precisassem de um prazo maior não só para adaptação, mas para informação completa das medidas. Faz-se necessário, portanto, uma análise em um horizonte intertemporal mais longo, que seja possível captar os efeitos dessas mudanças de forma mais precisa.

REFERÊNCIAS

- HIRANO, K.; IMBENS, G. W. Estimation of causal effects using propensity score weighting: an application to data on right heart characterization. **Health Services and Outcomes Research Methodology**, v. 2, n. 3-4, p. 1387-3741, 2001.
- MELO, H. **O serviço doméstico remunerado no Brasil**: de criadas a trabalhadoras. n. 565, Ipea: Rio de Janeiro, jun. 1998. (Texto para Discussão, n. 565).
- PINHEIRO, L.; GONZALEZ, R.; FONTOURA, N. **Expansão dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Ipea: Brasília, ago. 2012. (Nota Técnica, n. 10).
- SAITO, K.; SOUZA, A. A mobilidade ocupacional das trabalhadoras domésticas no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006.
- THEODORO, M. I.; SCORZAFAVE, L. G. Impacto da redução dos encargos trabalhistas sobre a formalização das empregadas domésticas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 65, n. 1, p. 93-109, jan.-mar. 2011.

PERFIL LABORAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NO BRASIL: INSUMOS PARA O PROGRAMA SEGURO DEFESO¹

André Gambier Campos²
José Valente Chaves³

1 INTRODUÇÃO

Quem são os pescadores artesanais que se encontram no cerne de diversas políticas públicas surgidas ao longo dos anos 1990 e 2000 no Brasil?

Com alguma frequência, essas políticas parecem ter pouca clareza sobre esses pescadores, pois elas desconhecem seu número atual, sua distribuição pelo território, os atributos de seu trabalho, as características de sua organização e assim por diante.

Como resultado dessa pouca clareza, tais políticas enfrentam problemas sérios – como, por exemplo, o programa Seguro Defeso (SD), que é marcado por várias dúvidas sobre o número de pescadores artesanais que podem ser por ele beneficiados (Campos e Chaves, 2014; Brasil, 2013; 2014).

Assim, a pergunta é: quem são os pescadores artesanais? Este artigo procura trazer algumas respostas, que estão longe de ser exaustivas e exclusivas, mas ao menos permitem que as políticas públicas acima mencionadas contem com um delineamento “empírico” de seu objeto de ação: os pescadores artesanais brasileiros.

2 METODOLOGIA

Neste artigo, realiza-se apenas uma análise descritiva das variáveis que delineiam um perfil laboral dos pescadores artesanais no Brasil. Dessa maneira, esse perfil será construído com medidas de posição típicas da estatística descritiva, como médias e proporções de variáveis.⁴

1. Este artigo é uma versão de um artigo mais amplo e detalhado, encontrado em Campos e Chaves (2015).

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <andre.campos@ipea.gov.br>.

3. Técnico de desenvolvimento e administração na Disoc do Ipea. *E-mail*: <jose.valente@ipea.gov.br>.

4. Ainda que sejam importantes para complementar o perfil laboral dos pescadores artesanais, medidas de dispersão também típicas da estatística descritiva (como variâncias, desvios-padrão e coeficientes de variação) não são analisadas neste artigo. Por conta disto, o leitor deve guardar algum cuidado com as estatísticas de posição (médias e proporções) aqui apresentadas, pois elas consistem apenas em estimativas pontuais dos atributos dos pescadores (ainda que, provavelmente, as melhores estimativas pontuais disponíveis).

As informações básicas deste artigo são oriundas da Pnad/IBGE, referente aos anos de 2003 e, principalmente, 2013. Tais informações estão disponíveis no formato de microdados, são oficiais e utilizadas por diversas instituições, bem como abrem possibilidades interessantes para a análise que se pretende desenvolver.

Mencione-se que as informações deste artigo são apresentadas de forma separada para diferentes tipos de pescadores. Por um lado, há os pescadores envolvidos com a atividade industrial (voltada para a geração de excedente direcionado ao mercado e, conseqüentemente, para a acumulação capitalista), que são os pescadores assalariados (empregados), com ou sem registro (carteira de trabalho), que podem ser observados no diagrama 1.

Por outro lado, há os pescadores envolvidos com a atividade artesanal (direcionada à sobrevivência de suas famílias – e não à geração de excedente para o mercado), que se subdividem em duas categorias de pescadores: *i*) os profissionais; e *ii*) os de subsistência. Os profissionais são aqueles que pescam para a subsistência de suas famílias, mas conseguem gerar excedentes que são comercializados no mercado (gerando rendimentos monetários). São os pescadores conta-própria, ajudados frequentemente por membros da família não remunerados. Por sua vez, os de subsistência são aqueles que pescam para a manutenção de suas famílias e que não conseguem gerar excedentes para o mercado (consumindo toda a sua pesca e não gerando rendimentos monetários). São os chamados pescadores dedicados à produção para o próprio consumo, que podem ser vistos no diagrama 1.

As informações deste artigo são apresentadas de forma separada para os dois tipos de pescadores artesanais (profissionais e de subsistência), até para permitir a comparação das várias diferenças existentes entre eles. Diferenças que surgem, inclusive, do fato dos primeiros terem (ao menos parte de) sua produção pesqueira monetizada no mercado, enquanto os segundos não conseguem realizar coisa semelhante (por consumirem toda sua produção pesqueira na sobrevivência de suas famílias).



Elaboração dos autores.

3 INFORMAÇÕES GERAIS

Mencione-se inicialmente que, em 2013, os pescadores artesanais (conta-própria, não remunerados e voltados à produção para o próprio consumo) correspondem à ampla maioria dos pescadores brasileiros (90,3% ou 440.266 trabalhadores). Já os pescadores industriais (assalariados com ou sem carteira de trabalho) equivalem à minoria (9,7% ou 47.884 trabalhadores).⁵ Em outros termos, no conjunto dos

5. Há ainda 5.013 empregadores envolvidos com a pesca industrial, que não são aqui analisados.

trabalhadores envolvidos com a atividade pesqueira no país, destacam-se aqueles da atividade artesanal (gráfico 1).

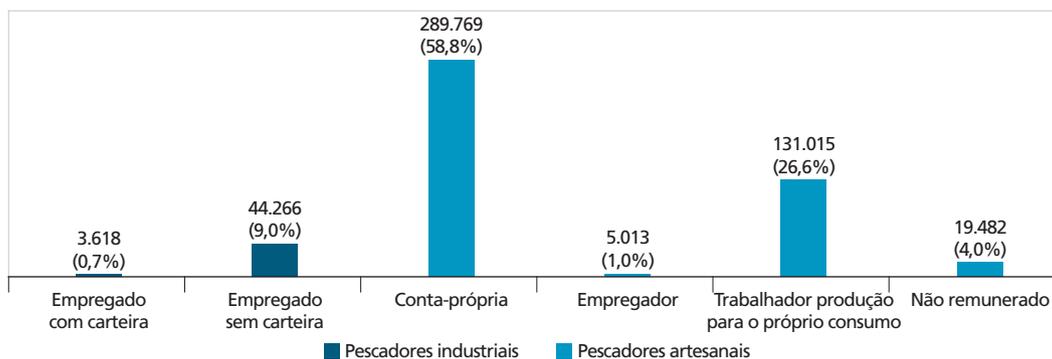
Por sua vez, em 2013, em meio aos pescadores artesanais, os profissionais (conta-própria e não remunerados) correspondem à larga maioria (70,2% ou 309.251 trabalhadores). Os de subsistência (voltados à produção para o próprio consumo) equivalem à minoria (29,8% ou 131.015 trabalhadores). Em outras palavras, no total de pescadores artesanais, têm destaque aqueles que pescam para a subsistência de suas famílias, mas que também conseguem gerar excedentes comercializáveis no mercado (gráfico 2).

No lapso entre 2003 e 2013, os pescadores artesanais aumentaram em número no país, destacando-se os de subsistência (89.023, em termos absolutos, ou 212,0%, em termos relativos). Os pescadores profissionais apresentaram uma dinâmica um pouco menos expressiva – se não em termos absolutos (88.636), ao menos em termos relativos (40,2%). Ou seja, os trabalhadores dedicados à pesca artesanal cresceram em número nos últimos dez anos, principalmente aqueles envolvidos com a pesca de subsistência (gráfico 3).

GRÁFICO 1

Distribuição dos tipos de pescadores em 2013

(Em nº e %)

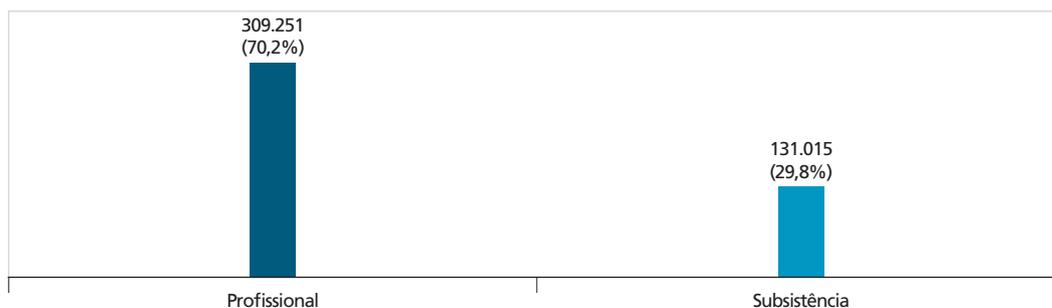


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2

Distribuição dos tipos de pescadores artesanais em 2013

(Em nº e %)

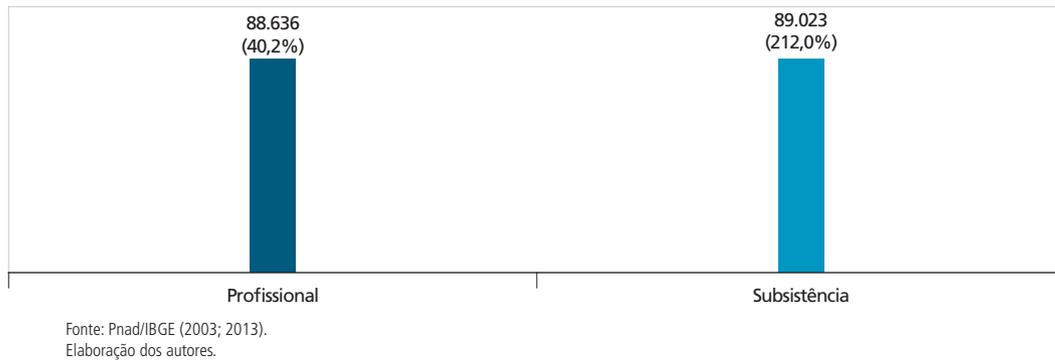


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 3

Varição dos tipos de pescadores artesanais entre 2003 e 2013

(Em nº e %)



Por fim, reitera-se que este artigo preocupa-se essencialmente com os pescadores artesanais no Brasil – e não com os beneficiários das políticas públicas que têm nestes últimos seu objeto, como o programa SD. Seja como for, é importante notar que, apesar de toda essa dinâmica dos pescadores artesanais entre os anos de 2003 e 2013, ela sequer aproximou-se da dinâmica observada em meio aos beneficiários do SD – que foi muito mais acelerada e acentuada, como pode ser visto em Campos e Chaves (2014), e Brasil (2013; 2014).

4 INFORMAÇÕES LABORAIS

Quanto à jornada semanal despendida no trabalho principal (ou único), percebe-se que há diferenças claras entre os pescadores profissionais e os de subsistência. Enquanto os primeiros despendem, em média, 34,4 horas por semana em sua atividade pesqueira, os segundos despendem quase metade: apenas 19,8 horas (gráfico 4).⁶

Quanto à previdência social, nota-se que a ampla maioria declara não contribuir para qualquer instituto previdenciário em 2013, ainda que com discrepâncias entre os pescadores profissionais e os de subsistência: 27,5% dos primeiros afirmam contribuir contra apenas 9,4% dos segundos (gráfico 5).⁷

Ainda neste ponto, é curioso que a ampla maioria desses pescadores declare não contribuir para a previdência, dado que o acesso a políticas como o SD depende, em certa medida, do recolhimento de contribuição previdenciária (na modalidade de segurado especial, como fração do valor da produção comercializada).

Quanto ao nº de anos no trabalho em 2013, os pescadores profissionais declaram exercer sua atividade pesqueira há 16,4 anos em média, ao passo que os de subsistência declaram exercer tal atividade há 14,7 anos (gráfico 6).

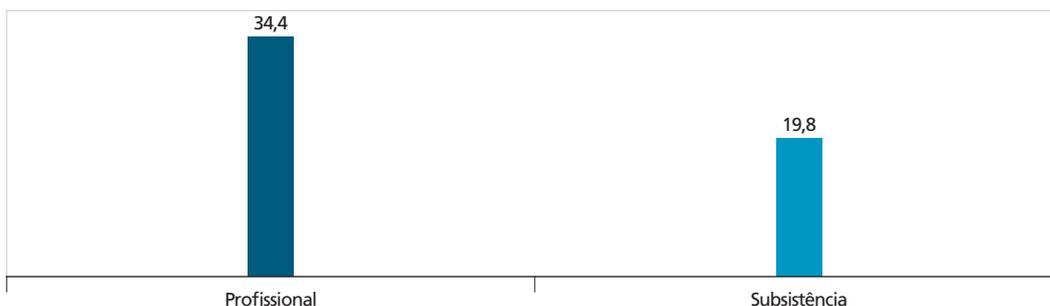
6. Considerando o período entre 2003 e 2013, constata-se que a jornada de trabalho encolheu junto aos pescadores profissionais (apesar deles ainda contarem com maior número de horas despendidas no trabalho em 2013), ao passo que essa jornada manteve-se praticamente estável junto aos pescadores de subsistência.

7. Levando em conta o lapso entre 2003 e 2013, verifica-se que a contribuição para a previdência avançou (apesar de ainda manter-se bastante reduzida em 2013). Acrescente-se que essa contribuição avançou mais em meio aos pescadores profissionais do que em meio aos de subsistência.

GRÁFICO 4

Número de horas trabalhadas por semana pelos pescadores artesanais em 2013

(Em nº horas)

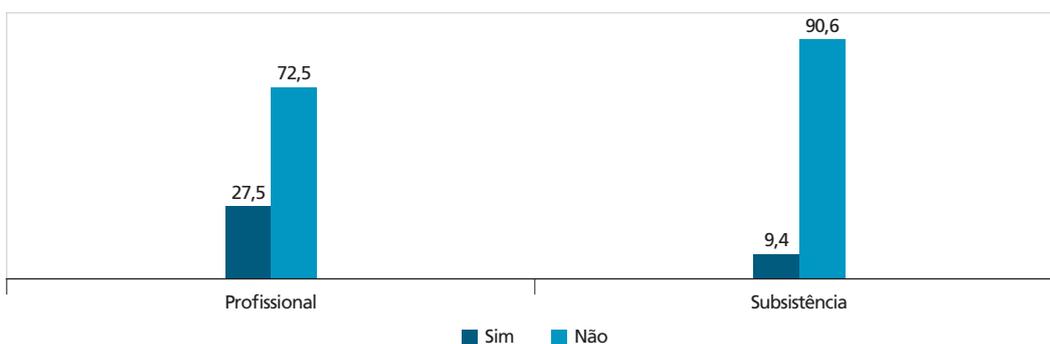


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 5

Distribuição dos pescadores artesanais – contribuição para previdência em 2013

(Em %)

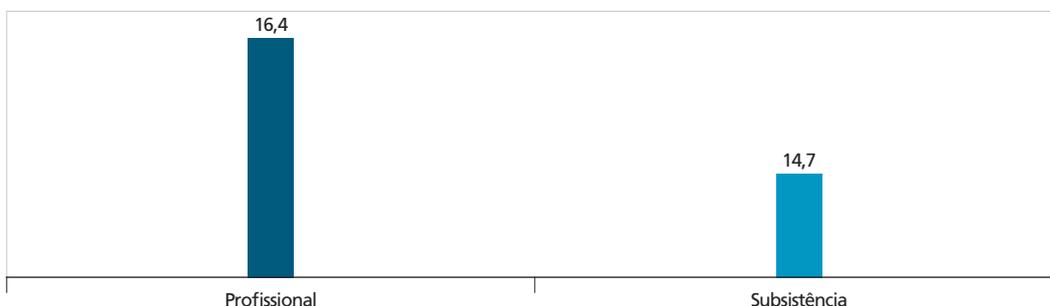


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 6

Número de anos no trabalho em 2013

(Em nº anos)

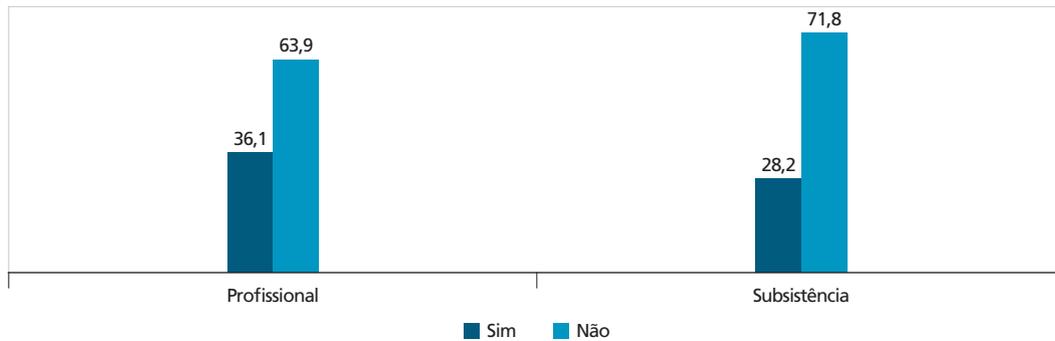


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 7

Distribuição dos pescadores artesanais por associação a sindicato em 2013

(Em %)



Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

Esses números são elevados, se considerada a entrada de trabalhadores na atividade pesqueira na década recente, como visto mais acima (especialmente no que se refere aos pescadores de subsistência). De toda forma, é possível que o nº de anos no trabalho tenha uma distribuição bastante heterogênea, principalmente junto aos pescadores de subsistência (com uma parte deles com pouca experiência e outra parte, com muita).

Quanto à associação a sindicato de trabalhadores, as diferenças entre os pescadores profissionais e os de subsistência não são acentuadas (ou, ao menos, não tanto quanto se poderia esperar). Enquanto 36,1% dos primeiros declaram-se vinculados a sindicato, 28,2% dos segundos também o fazem em 2013 (gráfico 7).⁸

Note-se que, em princípio, não se trata aqui de colônias (os mecanismos mais antigos de organização/mobilização coletiva dos pescadores artesanais no Brasil), mas sim de sindicatos (mecanismos com uma história bem mais recente e, por vezes, bastante conflituosa com a história das colônias).^{9,10}

5 INFORMAÇÕES DE RENDIMENTOS

Quanto aos rendimentos não relacionados ao trabalho (como transferências estatais – previdenciárias e assistenciais etc.), nota-se que eles são bastante relevantes junto aos pescadores de subsistência, ainda que não tanto em meio aos profissionais. Entre os primeiros, 20,2% recebem aposentadorias, bem como 26,3% recebem outras transferências estatais (em meio às quais se destaca o programa Bolsa Família). Por sua vez, entre os segundos, 15,8% recebem outras transferências estatais (com destaque para esse mesmo programa). Em outras palavras, em 2013, os rendimentos

8. Considerando o período entre 2003 e 2013, constata-se que a filiação a sindicatos ampliou-se de maneira semelhante junto aos pescadores profissionais e aos de subsistência.

9. A este respeito, ver Hellebrandt (2012); IDT (2011; 2013); Lourenço, Henkel e Maneschy (2006); Maia (2009); Mendonça e Pereira (2012); Moreira, Scherer e Soares (2010).

10. Apenas a título de hipótese, pode ser que esse percentual, razoavelmente elevado, de pescadores artesanais (e principalmente de subsistência) associados a sindicatos guarde relação com algum papel (de intermediação/facilitação, por exemplo) que estes últimos venham exercendo no acesso ao programa SD – em que pese a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal em 2008, de negar a necessidade de vinculação entre o trabalhador e a colônia/o sindicato para acessar o benefício desse programa – a este respeito, ver Brasil (2008).

não relacionados ao trabalho até têm algum peso para os pescadores profissionais, mas esse peso parece bem mais acentuado para os de subsistência (gráfico 8).¹¹

Quanto aos rendimentos relacionados ao trabalho, no que se refere aos pescadores profissionais, eles são percebidos basicamente em pecúnia (ou dinheiro). No trabalho único (ou principal), 92,0% desses pescadores recebem normalmente em dinheiro, ao passo que somente 1,7% recebem normalmente em produtos ou mercadorias (tabela 2).

Quanto a todos os tipos de rendimentos, relacionados ou não ao trabalho, há distintos aspectos a destacar em 2013. Em primeiro lugar, o rendimento do trabalho principal dos pescadores profissionais (trabalho que consiste na pesca) equivale a apenas 71,2% do valor do salário-mínimo nacional,¹² o que já indica a relevância de programas como o SD para esse grupo (cujos benefícios consistem em uma parcela mensal de valor igual ao salário-mínimo nacional) (gráfico 9).¹³

Em segundo lugar, reforçando o que foi visto na análise acima, o rendimento não oriundo do trabalho tem peso muito mais acentuado para os pescadores de subsistência do que para os profissionais. Enquanto os primeiros auferem R\$ 303,72 por mês (principalmente) com transferências previdenciárias e assistenciais, os segundos auferem apenas R\$ 98,26 (menos de um terço do valor) (gráfico 9).

Em terceiro lugar, em 2013, o rendimento domiciliar *per capita* dos pescadores de subsistência não chega a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo nacional (corresponde a 46,6% deste),¹⁴ ao passo que o dos profissionais ultrapassa apenas um pouco esse patamar (equivale a 59,3%).¹⁵ Ou seja, ambos os grupos constituem uma população que, grosso modo, encontra-se na base dos rendimentos domiciliares no país (gráfico 9).

Em quarto lugar, no lapso entre 2003 e 2013, percebe-se que todos os tipos de rendimentos dos pescadores artesanais, relacionados ou não ao trabalho, aumentaram substancialmente de valor (considerando o valor real, atualizado pelo IPCA-Geral/IBGE). No caso dos pescadores profissionais, o rendimento do trabalho principal aumentou 63,5%. O não oriundo do trabalho, 157,0%. E o domiciliar total, 82,8%. Já no caso dos pescadores de subsistência, o rendimento não oriundo do trabalho aumentou 123,7%. E o domiciliar total, 58,3% (gráfico 10 e tabela 3).

11. Levando em conta o lapso entre 2003 e 2013, verifica-se que o peso das transferências previdenciárias (aposentadorias), bem como o peso de outras transferências estatais (destacando-se o programa Bolsa Família) aumentou especialmente em meio aos pescadores de subsistência. Apesar disso, o peso dessas outras transferências também aumentou em meio aos pescadores profissionais (tabela 1).

12. Rendimento de R\$ 561,29 em moeda de agosto de 2015 (atualização pelo IPCA-Geral/IBGE), contra valor de R\$ 788,00 do salário-mínimo no mesmo mês.

13. Neste artigo não se realiza qualquer imputação da produção dos pescadores de subsistência como rendimento de seu trabalho, o que deve ser levado em conta na análise das informações dos rendimentos relacionados (ou não) ao trabalho desse grupo.

14. Apenas recordando, neste artigo, não se realiza qualquer imputação da produção dos pescadores de subsistência como rendimento de seu trabalho.

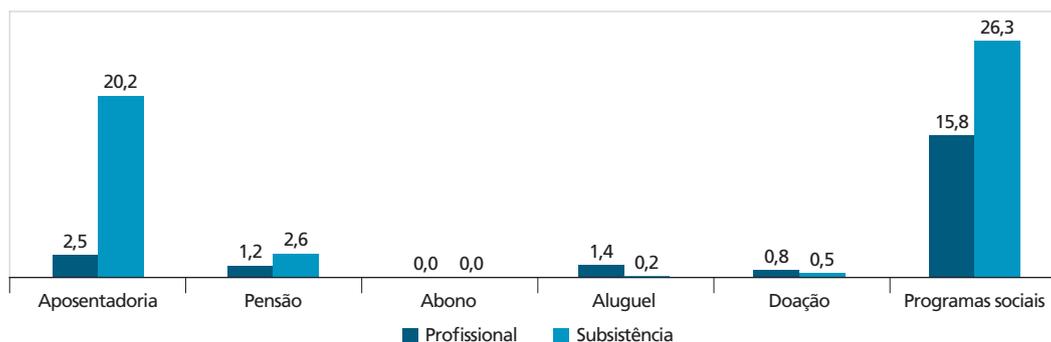
15. No caso dos pescadores de subsistência, trata-se de rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 367,16 em moeda de agosto de 2015 (atualização pelo IPCA-Geral/IBGE), contra valor de R\$ 788,00 do salário-mínimo no mesmo mês. Já no caso dos pescadores profissionais, trata-se de rendimento domiciliar *per capita* de R\$ 467,02 em moeda de agosto de 2015 (atualização pelo IPCA-Geral/IBGE).

Ou seja, os pescadores artesanais tiveram ganhos substanciais de rendimentos na década entre 2003 e 2013, seja por conta do trabalho, seja por conta de transferências previdenciárias e assistenciais. Se considerado o rendimento total dos domicílios dos pescadores, constata-se que esses ganhos foram particularmente acentuados em meio aos profissionais, tanto em termos absolutos (em R\$), quanto em termos relativos (em %).¹⁶

GRÁFICO 8

Distribuição dos pescadores artesanais por percepção de rendimentos não oriundos do trabalho em 2013

(Em %)



Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.

TABELA 1

Se os pescadores artesanais percebiam rendimentos não oriundos do trabalho em 2003 e 2013

(Em %)

Profissional	2003	2013	2013-2003	Subsistência	2003	2013	2013-2003
Aposentadoria	4,0	2,5	-1,5	Aposentadoria	13,3	20,2	6,9
Pensão	1,3	1,2	-0,1	Pensão	2,4	2,6	0,2
Abono de permanência	0,0	0,0	0,0	Abono de permanência	0,0	0,0	0,0
Aluguel	0,4	1,4	1,0	Aluguel	0,0	0,2	0,2
Doação de não morador	1,2	0,8	-0,4	Doação de não morador	2,0	0,5	-1,5
Programas sociais	5,3	15,8	10,5	Programas sociais	9,9	26,3	16,4

Fonte: Pnad/IBGE (2003; 2013).
Elaboração dos autores.

TABELA 2

Tipo do rendimento recebido pelos pescadores artesanais no trabalho único ou principal em 2003 e 2013

(Em %)

Profissional	2003	2013	2013-2003
Recebia normalmente rendimento em dinheiro	90,0	92,0	2,0
Recebia normalmente rendimento em produtos ou mercadorias	0,0	1,7	1,7

Fonte: Pnad/IBGE (2003; 2013).
Elaboração dos autores.

Obs.: Estas informações não são captadas para os pescadores de subsistência.

16. Para explicar esse aumento de rendimento domiciliar total dos pescadores artesanais, pode-se aventar as seguintes hipóteses (entre diversas outras): *i*) a possibilidade de um maior nº de membros dos domicílios ter se engajado em algum trabalho remunerado, dada a melhora verificada no mercado de trabalho no país entre 2003 e 2013; *ii*) a possibilidade de os preços da produção pesqueira terem avançado em termos reais, dada a melhora verificada na renda disponível para o consumo nos domicílios do país no mesmo período. Para algumas evidências empíricas a respeito dessas hipóteses, ver Campos (2015).

GRÁFICO 9

Média dos rendimentos oriundos do trabalho e não oriundos do trabalho dos pescadores artesanais em 2013

(Em R\$ 2015)

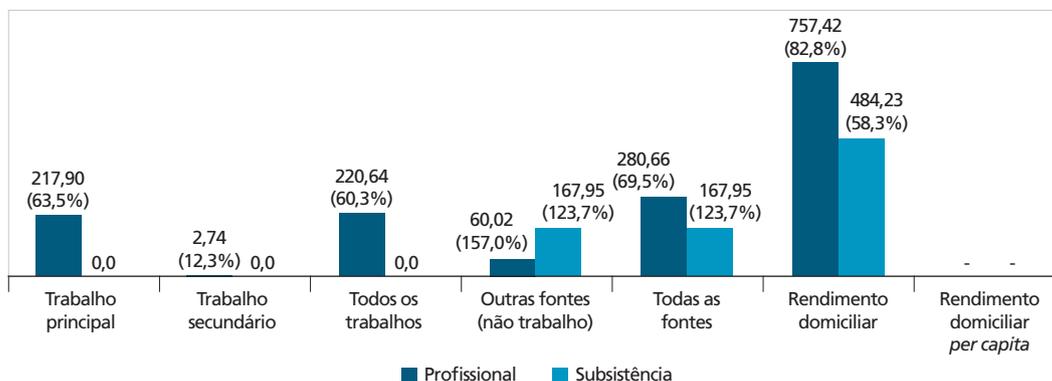


Fonte: Pnad/IBGE (2013).
Elaboração dos autores.
Obs.: Atualização para agosto de 2015 pelo IPCA-Geral/IBGE.

GRÁFICO 10

Varição da média dos rendimentos oriundos do trabalho e não oriundos do trabalho dos pescadores artesanais entre 2003 e 2013

(Em R\$ %)



Fonte: Pnad/IBGE (2003; 2013).
Elaboração dos autores.
Obs.: Atualização para agosto de 2015 pelo IPCA-Geral/IBGE.

TABELA 3

Média dos rendimentos dos pescadores artesanais, oriundos do trabalho e não oriundos do trabalho, em 2003 e 2013

(Em R\$)

	2003	2013	2013-2003		2003	2013	2013-2003
Profissional				Subsistência			
Rendimento domiciliar per capita	-	467,02	-	Rendimento domiciliar per capita	-	367,16	-
Rendimento domiciliar	915,17	1.672,58	757,42	Rendimento domiciliar	830,46	1.314,69	484,23
Todas as fontes	403,91	684,56	280,66	Todas as fontes	135,77	303,72	167,95
Outras fontes (não trabalho)	38,24	98,26	60,02	Outras fontes (não trabalho)	135,77	303,72	167,95
Todos os trabalhos	365,67	586,30	220,64	Todos os trabalhos	0,00	0,00	0,0
Trabalho secundário	22,28	25,01	2,74	Trabalho secundário	0,00	0,00	0,0
Trabalho principal	343,39	561,29	217,90	Trabalho principal	0,00	0,00	0,0

Fonte: Pnad/IBGE (2003; 2013).
Elaboração dos autores.
Obs.: Atualização para agosto de 2015 pelo IPCA-Geral/IBGE.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito dos pescadores artesanais, pode-se afirmar que, em 2013, eles correspondem à ampla maioria dos pescadores brasileiros (90,3%). Ademais, em meio aos artesanais, os pescadores profissionais (conta-própria e não remunerados) equivalem à maior parcela (70,2%), ao passo que os de subsistência (envolvidos com a produção para o próprio consumo) equivalem à menor (29,8%).

No intervalo entre os anos de 2003 e 2013, os pescadores artesanais aumentaram significativamente em número. Mas, nessa dinâmica, destacaram-se os de subsistência, que cresceram 212,0% em termos relativos. Ainda que os pescadores profissionais também tenham presenciado dinâmica semelhante, eles aumentaram em “apenas” 40,2% nesse mesmo período.

No que se refere às informações laborais, em 2013, a ampla maioria dos pescadores artesanais (tanto profissionais quanto de subsistência) declara possuir apenas um trabalho (o de pesca). Quanto à jornada laboral nesse trabalho único/principal, há diferenças claras entre os pescadores profissionais e os de subsistência: os primeiros despendem em média 34,4 horas por semana e, os segundos, somente 19,8 horas. Quanto à previdência, a ampla maioria declara não contribuir, ainda que com discrepâncias entre os pescadores profissionais e os de subsistência: 27,5% dos primeiros afirmam contribuir, contra apenas 9,4% dos segundos.

Quanto aos rendimentos, relacionados ou não ao trabalho, há distintos aspectos a destacar em 2013. Em primeiro lugar, os rendimentos não oriundos do trabalho (como as transferências estatais) têm peso muito mais acentuado para os pescadores de subsistência do que para os profissionais. Em segundo lugar, os rendimentos do trabalho principal dos pescadores profissionais (trabalho que consiste na pesca) equivalem a apenas 71,2% do valor do salário-mínimo nacional. Em terceiro lugar, em 2013, os rendimentos domiciliares *per capita* dos pescadores de subsistência não chegam a meio salário-mínimo nacional (correspondem a 46,6% deste), ao passo que os dos profissionais ultrapassam apenas um pouco esse patamar (equivalem a 59,3%). Em quarto lugar, no lapso entre 2003 e 2013, percebe-se que todos os tipos de rendimentos dos pescadores artesanais, relacionados ou não ao trabalho, aumentaram de valor (considerando o valor real). No caso dos pescadores profissionais, os rendimentos do trabalho principal aumentaram 63,5%. Aqueles não oriundos do trabalho, 157,0%. E, os domiciliares totais, 82,8%. Já no caso dos pescadores de subsistência, os rendimentos não oriundos do trabalho aumentaram 123,7%. E, os domiciliares totais, 58,3%. Ou seja, os pescadores artesanais tiveram ganhos substanciais de rendimentos na década entre 2003 e 2013, seja por conta do trabalho, seja por conta de transferências previdenciárias e assistenciais. Se considerados os rendimentos totais dos domicílios dos pescadores, constata-se que esses ganhos foram particularmente acentuados em meio aos profissionais, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.464-2/DF**. Brasília: STF, 2008.
- _____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 524/2013**. Brasília: TCU, 2013.
- _____. Controladoria-Geral da União. **Relatório de avaliação da execução de programas de governo nº 28**: gestão sustentável dos recursos pesqueiros. Brasília: CGU, 2014.
- CAMPOS, A. G. **Bem-estar social nos anos 1990 e 2000**: traços estilizados da história brasileira. Brasília: Ipea, 2015.
- CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. **Seguro defeso**: diagnóstico dos problemas enfrentados pelo programa. Brasília: Ipea, 2014.
- _____; _____. **Seguro defeso e pescadores artesanais no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- HELLEBRANDT, L. *et al.* Avaliação de políticas públicas aplicadas à pesca artesanal no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., Belém, 2012. **Anais...** Belém: Anppas, 2012.
- IDT – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO. **O pescador, o meio, o benefício**: aspectos de uma habilitação voltada à conjunção de forças para a moralização. Fortaleza: IDT; MPT; MPE, 2011.
- _____. **Seguro defeso**: as várias faces de um trabalho em parceria no estado do Ceará. Fortaleza: IDT, 2013.
- LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. A. E. S.; MANESCHY, M. C. A. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil**: estudo de caso no Pará. Chennai: ICSE, 2006.
- MAIA, M. B. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal**: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- MENDONÇA, J.; PEREIRA, A. Avaliação do seguro defeso concedido aos pescadores no estado da Paraíba. *In*: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E DO NORDESTE, 15., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI; UESPI, 2012.
- MOREIRA, H. L.; SCHERER, E. F.; SOARES, S. M. O seguro defeso do pescador artesanal: políticas públicas e o ritmo das águas na Amazônia. *In*: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: UFRPE, 2010.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FINANÇAS SOLIDÁRIAS COM BASE EM BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: EXPLORANDO OS DADOS DO DIAGNÓSTICO NO NORDESTE DO BRASIL

Leonardo Prates Leal
Ariadne Scalfoni Rigo
Richard Nogueira Andrade

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EMPREENDIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Sandro Pereira Silva
Leandro Marcondes Carneiro

OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO MAPEAMENTO DOS FUNDOS DE 2011-2012

Simaia Santos Barreto

FINANÇAS SOLIDÁRIAS COM BASE EM BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO: EXPLORANDO OS DADOS DO DIAGNÓSTICO NO NORDESTE DO BRASIL

Leonardo Prates Leal¹
Ariadne Scalfoni Rigo²
Richard Nogueira Andrade³

1 INTRODUÇÃO

Como é possível poupança, crédito, moeda, seguros e outros serviços financeiros serem governados coletivamente? Os recursos financeiros podem ser concebidos como bens comuns? Como fortalecer instituições coletivas para gerenciar a complexidade desses recursos e envolver atores em um território?

A leitura do cenário social, nas últimas décadas, tem tornado mais claras as relações entre desigualdade e exclusão financeira que incidem diretamente no empobrecimento das populações (Crocco, *et al.*, 2011; Dymiski, 2005; Gloukoviezzoff, 2004).

A exclusão financeira é o processo em que pessoas estão excluídas ou encontram dificuldades em suas práticas financeiras, de forma que estejam impedidos de usufruir os benefícios que essas práticas propiciam na vida cotidiana (Gloukoviezzoff, 2004). As consequências desse processo têm como resultado pessoas submetidas à condição de privação, de insuficiência ou de precariedade de acesso aos recursos financeiros.

Desse modo é imperativo refletirmos acerca da ausência de um sistema financeiro mais democrático que seja capaz de atender às necessidades das populações que vivem em condições de pobreza.

1. Mestre em administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em administração pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). Professor do curso de administração pública da Ufal – *Campus* Arapiraca. *E-mail*: <leonardo.leal@arapiraca.ufal.br>.

2. Doutora em administração pela UFBA. Mestre em administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduada em administração de cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora da Escola de Administração da UFBA. *E-mail*: <ariadnescaltoni@gmail.com>.

3. Graduando em administração pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), *Campus* Arapiraca. Bolsista de iniciação científica da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Ites) da Ufal. *E-mail*: <adm.richard.nog@gmail.com>.

Os dados são alarmantes, denunciando um processo de exclusão e evidenciando territórios marginalizados pelo sistema financeiro. A análise demonstra que 39,5% da população brasileira não possui conta bancária. Na região Norte, a exclusão é maior, já que 50% de seus moradores não têm vínculo algum com uma agência bancária. Na região Nordeste, o quadro é um pouco pior, 52,6%. Na região Sul, que é a menos excluída, esse percentual é de 30%, Ipea/Sips (2011).

Anjali Kumar (2004) realizou esforços notáveis no sentido de apresentar evidências desse fenômeno nas regiões metropolitanas do Brasil, mostrou que apenas 41% dos entrevistados possuíam conta-corrente e que, do total, 67% desses entrevistados gostariam de tê-la. Em relação ao acesso a crédito, 46% dos entrevistados possuíam algum tipo de crédito informal, considerando-se a procura por agiotas, empréstimos familiares ou entre amigos, ou mesmo compra “fiada” no comércio local.

Como resposta a essas condições, aparecem algumas alternativas que tentam democratizar o acesso aos recursos financeiros da sociedade, especialmente, para unidades econômicas de pequena escala, utilizando-se de uma multiplicidade de arranjos institucionais estabelecidos em relações de proximidade. Entre elas, está a iniciativa dos bancos comunitários de desenvolvimento, que utiliza diversas formas de serviços para atender às necessidades do público usuário; como microsseguros, linhas de microcrédito, moedas sociais, poupança coletiva, correspondência bancária, além de outros serviços não financeiros.

Os resultados apresentados neste trabalho referem-se, especialmente, a um tratamento de natureza mais descritiva dos dados levantados com a aplicação de um instrumento de coleta de dados nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) do Nordeste do Brasil. Tanto a construção do instrumento quanto o tratamento dos dados foram realizados com o apoio do *software* Sphinx2000.

O levantamento foi realizado em 26 dos 35 BCDs (74% do total em 2012) da região Nordeste do Brasil no período de julho a setembro de 2012. Especificamente, foram entrevistados: três BCDs na Bahia, dezenove no Ceará, um no Maranhão; um em Sergipe e dois no Piauí. Em 2012, os BCDs da Paraíba e do Rio Grande do Norte ainda não haviam sido inaugurados.

2 DO BANCO PALMAS À REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

De acordo com RIGO *et al.* (2015), *os BCDs surgem a partir da criação do Banco Palmas, em 1998, em Fortaleza, Ceará. Mas é a partir de 2003, com a criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, que o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, o envolvimento de outras Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e que a replicação da metodologia de criação de BCDs consolidam-se em todo o Brasil. Em 2004 foi fundado o segundo BCD no Brasil, também no Ceará; em 2009, eram 49 BCDs e, em maio de 2012, a rede brasileira constituía-se de 78 BCDs. No final de 2013, eram 103 BCDs localizados em vários estados. Nesse conjunto, 52 BCDs estão localizados no Nordeste, dezesseis na região Norte, seis na Centro-Oeste, 25 na região Sudeste e um BCD no Distrito Federal. O estado com maior número de BCDs é o Ceará (37), seguido de São Paulo (10) e da Bahia (8).*

2.1 Dinâmicas estruturais, políticas e gerenciais dos BCDs

As características dos territórios em que se localizam os BCDs na região Nordeste do Brasil possuem traços claramente marcados por condições de pobreza. Entre os BCDs visitados, a maior parte deles, 46,6%, estão situados em pequenos e médios municípios, com população de 10 a 30 mil habitantes. Em seguida, 26,9% encontram-se em bairros periféricos de grandes cidades. Há ainda BCDs em comunidades tradicionais de populações quilombolas e de pescadores.

A implantação e a continuidade dos BCDs em qualquer território pressupõem o apoio de organizações historicamente reconhecidas e consolidadas nesses lugares. A partir dos dados da tabela 1, apresentada a seguir, nota-se que 61,5% das parcerias com os BCDs constituem-se de órgãos públicos (prefeituras, secretarias etc.), seguidas de 61,5% de associações de bairro, 34,6% de ONGs, 34,6% de microempresas e 30,8% de sindicatos. Como podemos observar, as parcerias com os BCDs proveem de alianças estratégicas com entidades que possuem uma estreita relação com a comunidade e, no caso das microempresas, é possível inferir que o interesse surge pela geração de oportunidades de negócios provocada pela concessão dos créditos e pela circulação da moeda social, que visam ao desenvolvimento do território.

TABELA 1

Principais organizações parceiras dos BCDs

Organizações/instituições	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Sindicatos	8	9,0	30,8
Instituição religiosa	7	7,9	26,9
Associação de bairro	16	18,0	61,5
Associação de classe	2	2,2	7,7
ONGs	9	10,1	34,6
Movimento Social (MST, MSTs etc.)	4	4,5	15,4
Empresas (média e grande)	4	4,5	15,4
Empresas (micro e pequena)	9	10,1	34,6
Órgão público (prefeitura, secretarias etc.)	16	18,0	61,5
Grupos culturais	4	4,5	15,4
Empreendimentos de economia solidária	6	6,7	23,1
Outros	4	4,5	15,4
Total	89	100,0	342,3

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

O Conselho Gestor é o principal órgão de deliberação na estrutura de gestão da maior parte dos BCDs. Esse órgão é formado por indivíduos do território (representantes de segmentos sociais do território), por membros do BCD e por representantes de órgãos públicos locais ou ainda entidades parceiras, conforme tabela 2. Os dados da pesquisa mostram que as associações de bairro e as instituições religiosas (75% e 58,3%, respectivamente) são as organizações mais presentes na composição dos conselhos gestores. Em seguida, com participação significativa, aparecem os representantes de ONGs (50%), lideranças locais (41,7%), empreendimentos de economia solidária (41,7%) e ainda os órgãos públicos (prefeituras, secretarias, entre outros) com (41,7%) de presença.

TABELA 2

Composição do Conselho Gestor dos BCDs no Nordeste

Organizações/instituições	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Lideranças locais	5	9,8	41,7
Escolas	2	3,9	16,7
Sindicatos	3	5,9	25,0
Instituições religiosas	7	13,7	58,3
Associação de bairro	9	17,6	75,0
Associação de classe	3	5,9	25,0
ONGs	6	11,8	50,0
Movimento social (MST, MSTs, etc.)	1	2,0	8,3
Empresas (micro e pequenas)	3	5,9	25,0
Órgão público (prefeitura, secretarias etc.)	5	9,8	41,7
Empreendimentos de economia solidária	5	9,8	41,7
Outros	2	3,9	25,0
Total	51	100,0	425,0

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

Há ainda como espaço de decisão nos BCDs o Comitê de Análise de Crédito (CAC), que analisa e decide sobre as solicitações de crédito. Em geral sua composição é formada por agentes de crédito, representante da entidade de gestores e representante de organizações locais, que compõe o conselho gestor. Entre os BCDs estudados, 73,1% dos respondentes revelaram possuir o CAC em sua estrutura de gestão.

TABELA 3

Espaços de articulação política com participação dos BCDs do Nordeste

Espaços de articulação política	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Organização comunitária	16	15,2	61,5
Feiras	12	11,4	46,2
Eventos culturais	11	10,5	42,3
Fóruns	10	9,5	38,5
Poder legislativo (vereadores, deputados e senadores)	11	10,5	42,3
Governos (municipal, estadual e federal)	13	12,4	50,0
Partidos políticos	2	1,9	7,7
Conselho de políticas públicas	6	5,7	23,1
Redes	12	11,4	46,2
Movimento social	6	5,7	23,1
Outros	6	5,7	23,1
Total	105	100,0	403,8

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

A estratégia de participação em estrutura de organizações articuladas em rede locais e territoriais aparecem de forma bastante representativa entre os BCDs da região Nordeste, conforme tabela 3. As organizações comunitárias são os espaços mais citados (61,5%), seguidas dos espaços ligados aos órgãos de governos e feiras (50% e 46,2%, respectivamente). As redes representam 11,4%. Os eventos culturais, 10,5% dos BCDs e os eventos culturais locais, 42,3%. E 23,1%, movimentos sociais. Esses espaços servem para discussões conceituais e metodológicas, estratégia política e econômica, abertura de espaços para diálogo entre governo e BCDs.

2.2 Características e dinâmica de circulação da moeda social

As linhas de crédito ofertadas em Real e em moeda social constituem os principais serviços oferecidos pelos BCDs. Detalhadamente identificamos cinco linhas de crédito oferecidas em real e três em moeda social, conforme tabela 4.

O crédito Produtivo em Real é a principal linha de crédito dos BCDs na região Nordeste, ofertado em 100% dos casos. O crédito para consumo – linha ofertada, principalmente, em moeda social, ofertado em 46,2% dos casos.

TABELA 4

Linhas de crédito em real e em moeda social ofertadas pelos BCDs do Nordeste

	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Linhas crédito em reais			
Bolsa Família	7	14,9	26,9
Crédito produtivo	29	61,7	111,5
Crédito para consumo	2	4,3	7,7
Crédito empresarial	6	12,8	23,1
Crédito habitacional	3	6,4	11,5
Total	47	100,0	180,8
Linhas ofertadas em moeda social			
Crédito para consumo	12	63,2	46,2
Crédito produtivo	6	31,6	23,1
Crédito habitacional	1	5,3	3,8
Total	19	100,0	73,1

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

A metodologia de constituição e funcionamento de um BCD envolve um conjunto de ações para sua implementação e consolidação ao longo do tempo, especialmente para circulação da moeda social. Para implementar as moedas sociais no território, os BCDs – apoiados pelas entidades de apoio e fomento – realizam uma série de atividades educativas e sensibilizadoras com diferentes atores locais (moradores, produtores e comerciantes) no intuito de fortalecer uma rede de usuários da moeda social. Observa-se, de acordo com a tabela 5, que até o momento da pesquisa, 16% dos BCDs informaram que realizavam atividades específicas com comerciantes (reuniões, visitas); 20% usavam meios de comunicação local (carro de som, rádio comunitário etc.);

24% elaboravam materiais de comunicação diversos; 8% realizavam palestras. No entanto, 52% dos BCDs revelaram não realizar nenhuma atividade de estímulo e formação para circulação e consolidação dos sistemas de moeda social.

Desse modo, fica evidente que os BCDs falham na implementação de estratégias de comunicação no processo de consolidação do BCD e implementação da moeda social, no sentido de estabelecer laços de confiança entre o BCD e a comunidade.

TABELA 5

Ações de estímulo ao uso da moeda social utilizados no território atualmente

Ações/instrumentos utilizados	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Não existem	13	34,2	52,0
Palestra	2	5,3	8,0
Capacitações (oficinas, cursos e formações etc.)	1	2,6	4,0
Material de comunicação (cartaz/banner)	6	15,8	24,0
Meios de comunicação locais (sistema de som, boca a boca, rádio comunitária)	5	13,2	20,0
Eventos e feiras	4	10,5	16,0
Atividade específica com os comerciantes	4	10,5	16,0
Atividade nas escolas da comunidade	1	2,6	4,0
Outros	2	5,3	8,0
Total	38	100,0	152,0

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

2.3 Participação, mobilização, acesso e capacidade de promover serviços nos BCDs

A participação dos moradores dos respectivos territórios nas ações dos BCDs, seja no acesso aos serviços prestados, seja em reuniões ou eventos confere o nível de integração e de adesão que os BCDs da região Nordeste alcançaram em suas comunidades.

Consoante com os dados expostos na tabela 6 a seguir, podemos perceber que 19,2% dos entrevistados consideram como muito boa essa integração e essa participação, 57,7%, avaliam como boa, enquanto 19,2%, como ruim.

Para nós isso é um ótimo indicativo já que percebemos que os BCDs precisam de estratégias educacionais mais incisivas junto à comunidade. A alta participação nos eventos realizados pelos bancos possibilita uma maior facilidade na disseminação dos conhecimentos sobre finanças e contribui para estreitar e democratizar as relações com a comunidade nesses espaços em que as pessoas têm a oportunidade de aprenderem como gerir melhor sua renda, conscientizam-se de que os recursos do banco são coletivos e sensibilizam-se com os recursos que servem para atender situações realmente necessárias. Outro aspecto que merece nossa consideração são os encontros com a comunidade que realçam a solidariedade e a cooperação entre os sujeitos participantes, permitem a negociação de suas diferenças, hibridizam e consolidam sua identidade pautada na alteridade, na capacidade de ouvir e no reconhecimento sociológico de se reconhecer no outro.

TABELA 6

Participação dos moradores da comunidade em ações dos BCDs

Avaliação	Casos	Casos (%)	Válido (%)	Acumulado (%)
Muito ruim	1	3,8	3,8	3,8
Ruim	5	19,2	19,2	23,1
Boa	15	57,7	57,7	80,8
Muito boa	5	19,2	19,2	100,0
Total	26	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

Verifica-se que o número de pessoas atendidas por mês (exceto visitas externas) é bastante díspar entre os BCDs da região Nordeste, 40% atendem acima de trezentas pessoas; sendo que 36% atendem até quarenta pessoas, conforme tabela 7.

Essa discrepância nos números de atendimentos deve-se a dois tipos de situações, em alguns casos, os BCDs encontravam-se com serviços parcialmente comprometidos e em outros atuavam em comunidades com um contingente populacional pequeno, este último caso refere-se aos BCDs que atuam em comunidades tradicionais de quilombolas e pescadores.

Os BCDs que atendem mais de trezentas pessoas por mês estão em municípios maiores ou em bairros mais populosos, em geral periferia de grandes capitais. Cabe destacar que o número de atendimento está diretamente relacionado com a presença ou não de correspondentes bancários nos BCDs (apenas onze BCDs no Nordeste possuíam correspondente bancários em 2012).

TABELA 7

Quantidade média de pessoas atendidas mensalmente nos BCDs do Nordeste

Quantidade pessoas/clientes	Casos	Casos (%)	Válido (%)	Acumulado (%)
Até 40 pessoas	9	34,6	36,0	36,0
Entre 41 e 100 pessoas	1	3,8	4,0	40,0
Entre 101 e 200 pessoas	4	15,4	16,0	56,0
Entre 201 e 300 pessoas	1	3,8	4,0	60,0
Acima de 300 pessoas	10	38,5	40,0	100,0
Não informou	1	3,8	-	-
Total	26	100,0	100,0	-

Fonte: Pesquisa direta, Ites/UFBA (2012).

Por fim, a formação do fundo de crédito, refletindo a capacidade dos BCDs para ofertar os serviços financeiros nos territórios, constitui o principal dilema enfrentado pelos BCDs da região Nordeste.

Os dados revelam a natureza híbrida do fundo de crédito nos BCDs. Os dados apresentados na tabela 8 a seguir confirmam que a principal modalidade relaciona-se a recursos oriundos de programas de crédito governamental (prefeituras, estado, federal) (23,1%), seguido de doações da entidade gestora (23,1%) e doações de empresas privadas (19,2%). Os BCDs do estado do Ceará possuem uma peculiaridade: 42,3% dos recursos advém do Fundo Estadual de combate à pobreza (Fecop).

Essas informações revelam a estreita interação entre os BCDs e organizações locais, com destaque para o poder público municipal e estadual, na medida em que essas interações permitem constituir um dos elementos centrais que viabiliza a capacidade para ofertar os serviços financeiros, qual seja, a constituição das carteiras de ativos dos BCDs.

TABELA 8

Principais fontes de formação de fundo de crédito dos BCDs no Nordeste

Fontes de formação de fundo	Respostas		Casos (%)
	Ocorrências	(%)	
Doação de empresa	5	13,9	19,2
Programa de crédito governamental (prefeitura, estado, federal)	6	16,7	23,1
Programa de crédito de bancos (CEF, BB etc.)	3	8,3	11,5
Fecop – governo do estado	11	30,6	42,3
Doação da entidade gestora/conselho gestor	6	16,7	23,1
Doação de entidade de apoio à criação	2	5,6	7,7
ONGs de apoio – Pirambu/Fortaleza/Ceará	1	2,8	3,8
Captação por meio de eventos locais	1	2,8	3,8
Outros – recursos de rendimento do próprio banco	1	2,8	3,8
Total	36	100,0	138,5

Fonte: Pesquisa direta Instituto Palmas/Ites – UFBA, 2012.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar de maneira didática as condições gerais acerca da dinâmica de organização e funcionamento dos bancos comunitários de desenvolvimento da região Nordeste do Brasil, procurando destacar questões relacionadas à interação com o território, à circulação da moeda social, à estrutura econômica, à capacidade de atendimento e à gestão dos BCDs.

Essas questões também dizem respeito à relação entre os usuários e os BCDs, à utilização dos recursos e à participação. Assim, reafirma-se a centralidade da gestão coletiva para compreender a experiência e longevidade da experiência dos BCDs, no sentido de participar das soluções que avançam para ampliar o acesso aos recursos financeiros da sociedade.

O intuito é que a oferta dos serviços financeiros dos BCDs, fundados numa organização autogerida estabelecida em princípios de cooperação e solidariedade, aparece como uma contribuição à superação de dilemas básicos vivenciados nas comunidades, como o acesso precário a serviços financeiros e bancários.

No entanto, cabe apontar alguns desafios que estão postos à experiência dos BCDs nordestinos. Esses desafios estão relacionados a quatro aspectos: *i*) mobilização de recursos financeiros; *ii*) formação e capacitação dos membros e usuários; *iii*) articulação com outras organizações de finanças solidárias; e *iv*) reconhecimento institucional de suas ações.

A mobilização de recursos ainda permanece limitada entre os BCDs pesquisados, uma vez que os valores disponíveis são insuficientes para financiar de forma efetiva empreendimentos produtivos.

A formação e a capacitação dos membros e usuários devem voltar-se para uma mudança cultural em relação ao acesso aos serviços financeiros, visto que se supõe que seja uma relação diferente àquela das instituições convencionais de mercado. Nos BCDs, os serviços são auto-organizados e a participação dos usuários adquire um papel central na oferta do próprio serviço.

A articulação com outras organizações parece fundamental também para que haja conexão com entidades congêneres às finanças solidárias, no sentido de atuar por meio de arranjos na oferta dos serviços e na incidência sobre políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento do setor.

No que diz respeito ao reconhecimento institucional de sua prática, supõe-se um desafio ainda maior: o de buscar políticas públicas e um marco institucional jurídico que reconheça os BCDs enquanto instituições voltadas à superação da condição de exclusão financeira a qual vive parte significativa da população na região Nordeste.

Por fim, considera-se que as análises do presente trabalho podem contribuir para pesquisas acerca das finanças solidárias e de modelos alternativos de governança, com a finalidade de promover o acesso aos serviços financeiros e bancários.

REFERÊNCIAS

- CROCCO, M.; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. T. L. **Exclusão financeira no Brasil**: uma análise regional exploratória. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2011.
- DYMSKI, G. Banking strategy and financial exclusion: tracing the pathway to globalization. **Economia**, Curitiba, v. 31, n. 1, p. 107-143, jan.-jun. 2005.
- GLOUKOVIEZOFF, G. De la bancarisation de masse à l'exclusion bancaire puis sociale. **Revue Française des Affaires Sociales**, n. 3, p. 9-38, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/b0qwo3>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Sistema de Indicadores de Percepção Social (Sips)**. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/H52ObI>>. Acesso em: 10 mar. 2015
- KUMAR, A. (Org.). **Brasil**: acesso a serviços financeiros. Rio de Janeiro: Ipea; Banco Mundial, 2004.
- RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C.; LEAL, L. P. Bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. **Desenvolvimento em Questão**, ano 13, n. 31, p. 70-107, 2015.

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EMPREENHIMENTOS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

Sandro Pereira Silva¹
Leandro Marcondes Carneiro²

1 INTRODUÇÃO

Os dados auferidos junto aos empreendimentos coletivos para a consolidação do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), ocorridas entre 2009 e 2013, sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), pasta ligada ao, hoje, Ministério do Trabalho e Previdência Social, proporcionaram um manancial de grande valia para pesquisadores, analistas e gestores públicos interessados no tema. A pesquisa completa é conhecida como o segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária no Brasil, já que o primeiro havia sido realizado entre 2005 e 2007. Esses dados abrangem diferentes dimensões estruturais e a organização social, econômica e política dos empreendimentos de economia solidária (EES), bem como permitem uma caracterização geral de seus associados e suas motivações para o trabalho associado.

Conforme já apontado por Silva e Carneiro (2014), o mapeamento conseguiu entrevistar representantes de 19.708 EES, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, de todos os estados, situados em áreas rurais e urbanas. Neles, os associados organizam-se sob distintas estratégias de atividade econômica (produção, comercialização, consumo, trocas e finanças) e inserem-se nos mais diversos setores econômicos, às vezes com a formação de redes e cadeias produtivas, o que lhes confere uma considerável heterogeneidade estrutural. O formato organizacional desses EES também é variado, podendo se apresentar como cooperativas, associações, sociedades mercantis simples, ou mesmo como grupos informais, desde que mantenham, para fins de sua caracterização enquanto empreendimento de economia solidária de fato, a autogestão nas decisões administrativas e a posse compartilhada dos instrumentos de produção.

Este texto tem como objetivo analisar os dados de uma parcela específica de EES mapeados, no caso, aqueles identificados como empreendimentos sendo de “finanças solidárias”.

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

2. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da Disoc do Ipea.

Isto é, aqueles cuja resposta ao questionário do mapeamento foi a de que a principal atividade econômica realizada é de “poupança, crédito ou finanças solidárias”.

Os tipos mais comuns de empreendimentos caracterizados nessa categoria são: banco comunitário, cooperativa de crédito e fundo rotativo. Cada um deles possui distintas origens de formação e estrutura operacional. Os fundos rotativos podem ser considerados como embriões das experiências de finanças solidárias no Brasil, muito em função do apoio de setores da igreja católica, como as pastorais e a Cáritas, no fomento de “projetos alternativos comunitários” (PACs), sobretudo nos anos 1980. As cooperativas de crédito solidário surgem a partir das experiências dos fundos e possuem como marco a criação da Cresol em meados dos anos 1990 na região Sul, que é uma central de cooperativas de crédito solidário fundadas por agricultores familiares. Atualmente, o ramo do cooperativismo de crédito está bastante consolidado no campo da economia solidária, com outras centrais criadas desde então, recebendo inclusive o reconhecimento do Banco Central do Brasil. No caso dos bancos comunitários, estes surgem em geral de mobilizações populares em núcleos urbanos periféricos, com amplas necessidades estruturais e poucos serviços financeiros adequados a sua disposição. O primeiro banco comunitário criado e também até hoje considerado um caso de sucesso foi o Banco Palmas, em Fortaleza/CE. Atualmente, os bancos comunitários organizam-se em uma rede nacional, que congrega cerca de 120 organizações de todas as regiões do Brasil (à exceção do Sul).

Tais experiências são, de maneira geral, criadas no intuito de proporcionar linhas e canais de crédito produtivo mais simplificado, que levem em conta as características próprias desse tipo de organização socioeconômica e possibilite alternativas viáveis ao sistema de crédito oficial e de mercado. Com isso, esses EES visam dar um importante suporte financeiro para atividades produtivas diversas no campo da economia popular, para que novas experiências possam dispor de recursos iniciais para seu funcionamento, ou mesmo para que empreendimentos já em funcionamento possam dispor de crédito facilitado para realizar investimentos necessários para a continuação ou aprimoramento de seus negócios.

2 ANÁLISE DAS QUESTÕES REFERENTES AO MAPEAMENTO DO SIES

Como dito anteriormente, os quase vinte mil EES mapeados pelo Sies representam experiências coletivas de atividade econômica das mais diversas naturezas. Entre as atividades econômicas realizadas, a maior parte deles (56,2%) respondeu ter como principal a produção de bens e serviços. Das seis categorias levantadas pelo mapeamento, a de finanças solidárias corresponde à menor quantidade de EES, 328 ao todo, ou 1,7% do total pesquisado.

As análises a seguir tratam somente desses 328 empreendimentos de finanças solidárias mapeados – doravante denominadas pela sigla EFS.

Em termos de localização regional, a maioria deles está situada na região Nordeste, totalizando 177 EFS (53,9%). Desses, destaca-se o estado da Paraíba, com 121, o que corresponde a dois terços de todos os EFS mapeados da região. A região Sul também apresentou uma porção considerável dos empreendimentos mapeados nessa atividade, totalizando 98 (29,9%). Um detalhe é que os três estados da região Sul – Santa Catarina,

Rio Grande do Sul e Paraná – tiveram quantidades próximas de EFS mapeados: 35, 34 e 29, respectivamente. As demais regiões, em conjunto, representaram menos de 20% do total registrado no Sies: Sudeste com 25 (7,6%), Norte com vinte (6,1%) e Centro-Oeste com oito (2,4%). Não ocorreu registro de mapeamento de EFS nos estados: Acre, Amapá, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins.

Quanto à área de atuação do empreendimento, percebe-se que os EFS possuem uma inserção mais significativa no meio rural. De acordo com as respostas dos seus representantes, 205 (62,5%) deles possuem atuação somente no meio rural, 59 (17,9%) afirmaram possuir atuação em áreas rurais e urbanas e 64 (19,5%) disseram que são empreendimentos com atuação restrita a áreas urbanas. Esses números caracterizam mais uma vez a força da categoria social dos agricultores familiares no universo da economia solidária no Brasil, uma vez que, ao se considerar todo o conjunto dos empreendimentos mapeados no Sies – no caso, os 19.708 –, o meio rural também abriga a grande maioria, como demonstrado em Silva e Carneiro (2014).

Por sua vez, em termos de formato organizacional, a modalidade “cooperativa” foi a de maior abrangência, com 128 registros entre os EFS mapeados, o que representou 39,0% do total. O número de associações também foi bem próximo, com 120 (36,6%). Uma boa parte ainda encontra-se em funcionamento como grupo informal, totalizando 78 (23,3%) de EFS. Apenas dois deles declararam-se como sociedade mercantil. Ao fazer um cruzamento entre os formatos organizacionais dos EFS por região, nota-se que as cooperativas estão fortemente localizadas na região Sul, com 68,0% desses empreendimentos de finanças solidárias mapeados pelo Sies no Brasil. Esse resultado é explicado pela força do cooperativismo de crédito com interação solidária entre os estados da região, inclusive constituindo centrais importantes como a Cresol. Já as associações estão mais presentes na região Nordeste, que abriga 71,7% do total. A região Nordeste também abriga a maior parte dos EFS informais, com 79,5%. A tabela 1 a seguir apresenta esses números sobre as formas organizacionais dos EFS e sua distribuição por região. Outro detalhe digno de nota é que, enquanto as associações e grupos informais são predominantemente localizados no meio rural, as cooperativas estão mais equitativamente divididas entre áreas de atuação rurais e urbanas.

TABELA 1

EFS por formato organizacional

Forma de organização	Regiões					Total
	NE	SU	SE	NO	CO	
Cooperativa	28 (21,9%)	87 (68,0%)	9 (7,0%)	2 (1,6%)	2 (1,6%)	128 (100%)
Associação	86 (71,7%)	9 (7,5%)	5 (4,2%)	17 (14,2%)	3 (2,5%)	120 (100%)
Grupo informal	62 (79,5%)	2 (2,6%)	11 (14,1%)	1 (1,3%)	2 (2,5%)	78 (100%)
Sociedade mercantil	1 (50,0%)	0	0	0	1 (50,0%)	2 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Além da personalidade jurídica que caracteriza os empreendimentos de finanças solidárias (cooperativa, associação ou sociedade mercantil), ou mesma a ausência de personalidade

(grupo informal), esses empreendimentos organizam-se de diferentes tipos operacionais. Os mais comuns, como já indicado antes, são: banco comunitário, cooperativa de crédito e fundo rotativo.

No caso do conjunto dos EFS mapeados, o tipo mais encontrado foi o de fundos rotativos, com 150 casos, o que representa 45,7% do total. As cooperativas de crédito tiveram 128 registros, ou 39,0%. Já os bancos comunitários responderam com 29 EES (8,8%). Outros 21 (6,4%) afirmaram representar tipos distintos de empreendimentos de finanças. Ao cruzar essas informações por região, nota-se que os fundos rotativos estão em grande maioria registrados na região Nordeste, com 90% de todos eles. Esse resultado explica a maior proporção de associações e grupos informais nessa região, como visto anteriormente, já que essas são principais formas de organização desse tipo de empreendimento de finanças. A estratégia de fundos rotativos é tradicional nos estados do Nordeste, sobretudo em municípios pequenos do semiárido, e surgem em grande parte de iniciativas de fundos diocesanos administrados por pastorais de igrejas, no intuito de fomentar pequenos projetos produtivos para a geração de renda ou produção local de alimentos para a reprodução familiar de famílias em situação de vulnerabilidade social. Por outro lado, as cooperativas de crédito estão mais presentes na região Sul, o que ilustra a informação já mostrada na tabela anterior da predominância da forma de organização cooperativa entre os EFS dessa região. Esse resultado é explicado em grande parte devido ao fomento praticado pelos sindicatos de trabalhadores rurais no interior de seus estados para a criação de cooperativas de crédito da agricultura familiar, com o suporte de sistemas cooperativistas que atuam nos seus três estados. Os bancos comunitários constituem um tipo que vem apresentando uma relativa ascensão no universo da economia solidária no Brasil, tendo como exemplo os casos do Banco Palmas no Ceará e do Banco do Bem, no Espírito Santo. A tabela a seguir apresenta esses números sobre os tipos de EES de finanças e sua distribuição por região.

TABELA 2

EFS por tipo operacional

Tipo de EFS	Regiões					Total
	NE	SU	SE	NO	CO	
Fundo rotativo	135 (90,0%)	7 (4,7%)	7 (4,7%)	0	1 (0,7%)	150 (100%)
Cooperativa de crédito	28 (21,9%)	87 (68,0%)	9 (7,0%)	2 (1,6%)	2 (1,6%)	128 (100%)
Banco comunitário	9 (31,0%)	4 (13,8%)	9 (31,0%)	2 (6,9%)	5 (17,2%)	29 (100%)
Outros	5 (23,8%)	0	0	0	16 (76,2%)	21 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

A origem e a gestão dos recursos a serem operacionalizados em programas de microfinanças por esses empreendimentos são informações relevantes para se compreender melhor sua atuação. Os dados apontam que os EFS fazem uso de diferentes mecanismos para levantar recursos para suas operações. A tabela 3 mostra que mais da metade deles iniciou suas atividades com recursos dos próprios associados. Isso é observado em maior grau com as cooperativas de crédito, que são obrigadas a subscreverem um capital inicial a partir de quotas-partes de seus cooperados, por isso o alto índice nesse quesito (87,50%). As cooperativas de crédito também contam bastante com repasses reembolsáveis

de órgãos governamentais, fundamentalmente programas de crédito de agentes financeiros públicos, e também de recursos próprios dos empreendimentos, via reinvestimento de sobras, ambos respondendo por 53,90% do total. Entre os bancos comunitários, os itens mais apontados foram, respectivamente, via repasses não reembolsáveis de órgãos governamentais (34,50%) e doação ou repasse não reembolsável de organizações não governamentais – ONGs (31,0%). Já no caso dos fundos rotativos, a doação de ONGs foi a principal forma de acesso a recursos iniciais, com 50,70%. O acesso a bancos privados mostrou-se uma forma não muito usual para o levantamento de recursos iniciais aos EFS pesquisados, dadas as exigências para se concretizar o contrato e as taxas de juros mais elevadas que eles cobram.

TABELA 3

Origem dos recursos operados pelo EES

Origem	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Associados	7 (24,1%)	112 (87,5%)	48 (32,0%)	3 (14,3%)	170 (51,8%)
2. Órgãos governamentais (não reembolsáveis)	10 (34,5%)	33 (25,8%)	42 (28,0%)	14 (66,7%)	99 (30,2%)
3. ONG (doação ou repasse não reembolsável)	9 (31,0%)	9 (7,0%)	76 (50,7%)	2 (9,5%)	96 (29,3%)
4. Órgãos governamentais (repasses reembolsáveis)	8 (27,6%)	69 (53,9%)	17 (11,3%)	0	94 (28,7%)
5. Recursos do próprio empreendimento	6 (20,7%)	69 (53,9%)	7 (4,7%)	1 (4,7%)	83 (25,3%)
6. Empresas (bancos) privados	6 (20,7%)	33 (25,8%)	2 (1,3%)	1 (4,7%)	42 (12,8%)
7. Outra	12 (41,4%)	11 (8,6%)	9 (6,0%)	2 (9,5%)	34 (10,4%)
Total	28 (8,8%)	128 (39,0%)	150 (45,7%)	21 (6,4%)	328 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Os EFS, de maneira geral, estabelecem limites sobre valores mínimos e máximos a serem disponibilizados para empréstimo a seus associados. Após a contratação do empréstimo, são definidos os prazos e suas condições de devolução, que pode ser realizada de forma parcial, integral com remuneração (juros e correções), integral sem remuneração, ou ainda, em alguns casos bem específicos, não haver a necessidade de devolução. A tabela 4 ilustra essas possibilidades para cada natureza organizacional entre os EFS pesquisados.

TABELA 4

Acordos de devolução de recursos emprestados pelos EFS

Acordos de devolução	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Parcial	2 (6,9%)	42 (32,8%)	6 (4,0%)	1 (4,7%)	51 (15,6%)
2. Integral c/ remuneração (juros, correção)	21 (72,4%)	113 (88,3%)	99 (66,0%)	4 (19,0%)	237 (72,3%)
3. Integral sem remuneração	7 (24,1%)	3 (2,3%)	62 (41,3%)	1 (4,7%)	73 (22,3%)
4. Não há devolução	2 (6,9%)	2 (1,6%)	6 (4,0%)	15 (71,4%)	25 (7,6%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Já quanto à forma de devolução desses empréstimos, a principal delas é por meio de moeda corrente. Porém, como se pode ver pela tabela 5, outras formas de devolução também são utilizadas entre os EFS, o que os difere de agências tradicionais de crédito. As duas formas alternativas principais são via moeda social e equivalência produto. A primeira é mais comum entre os bancos comunitários, sendo inclusive uma das marcas registradas e definidoras da identidade de cada agência. Atualmente já existem, inclusive, experiências de “moeda social virtual”, como no caso do *e-dinheiro*, moeda virtual criada pelo Banco Palmas e adotadas por várias outras agências que integram a Rede Nacional de Bancos Comunitários. A segunda é mais comum nos fundos rotativos, como, por exemplo, a utilização de animais (cabras, vacas, aves), que são cedidos às famílias, em geral ainda filhotes, para serem tratados e, após sua reprodução, haver a devolução em espécie para que o fundo possa repassar para outras famílias.

TABELA 5

Formas de devolução de recursos emprestados pelos EFS

Formas de devolução	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
Moeda corrente	24 (85,7%)	127 (99,2%)	84 (56,0%)	5 (23,8%)	240 (73,2%)
Moeda Social	13 (46,4%)	2 (1,6%)	3 (2,0%)	0	18 (5,5%)
Equivalência produto (bens, serviços)	3 (10,7%)	5 (3,9%)	79 (52,7%)	1 (4,7%)	88 (26,8%)
Outras	0	0	3 (2,0%)	0	3 (0,9%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

No tocante à inadimplência, os dados do Sies apontam que ela varia da seguinte forma entre os tipos de EFS: *i*) 7,2% entre os bancos comunitários; *ii*) 7,9% entre as cooperativas de crédito; e *iii*) 12,2% entre os fundos rotativos. Para minimizar riscos sem comprometer o acesso do seu público-alvo, outra inovação muito usada no dia a dia das operações nos EFS é o aval solidário como mecanismo de garantia para empréstimos. Esse é um mecanismo frequentemente utilizado nas três modalidades principais de empreendimentos, como mostra a tabela 6. Em alguns casos, não há necessidade de garantia para efetuar a transação, algo que é mais comum de ocorrer nos fundos rotativos.

TABELA 6

Modalidades de garantia utilizadas pelos EFS

Modalidades	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
Aval solidário	20 (68,9%)	107 (83,6%)	31 (20,7%)	1 (4,7%)	159 (48,5%)
Comprovante de renda	8 (27,6%)	53 (41,4%)	1 (0,7%)	1 (4,7%)	63 (19,2%)
Garantias reais	4 (13,8%)	93 (72,7%)	1 (0,7%)	1 (4,7%)	99 (30,2%)
Outros	8 (27,6%)	11 (8,6%)	78 (52,0%)	2 (9,5%)	99 (30,2%)
Sem garantia	4 (13,8%)	1 (0,7%)	47 (31,3%)	17 (80,9%)	69 (21,0%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Os empreendimentos relataram ter, de maneira geral, dificuldades em efetuar investimentos em sua estrutura operativa. Segundo os dados do Sies, perto de 60% deles não conseguiram realizar investimentos durante os doze últimos meses referentes ao dia em que responderam à pesquisa. Porém, há diferenças marcantes quando se verificam as informações existentes para cada tipo. A predominância do “não” é explicada pela baixa capacidade de investimento dos fundos rotativos, que são a maioria entre os empreendimentos de finanças, e entre eles, 91,3% afirmaram não haver realizado nenhum investimento no período de referência. Em geral, essas iniciativas são simples e sediadas em estruturas já existentes, como em sedes pastorais e sindicais. As cooperativas de crédito apresentam um perfil totalmente inverso, já que 80,5% afirmaram haver realizado investimentos. Como são organizações mais complexas institucionalmente, sujeitas à forte regulação estatal e à concorrência no mercado financeiro, sua existência exige investimentos constantes em máquinas e equipamentos na melhoria e modernização de seus processos e produtos ofertados. Os bancos comunitários possuem um perfil menos definido, com pouco mais da metade deles afirmando ter efetuado algum investimento no período. Eles constituem-se em estruturas de complexidade intermediária e bastante heterogênea dentro do próprio grupo. Alguns deles possuem sede própria e uma estrutura bem moderna de atendimento de seus associados e/ou público beneficiário, enquanto outros ainda dependem de estruturas cedidas por igrejas, sindicatos, ONGs ou mesmo prefeituras para conseguirem funcionar. Outro detalhe é que todos os EFS na categoria “outros” também não realizaram investimento no período. Os dados da tabela 7 ilustram melhor essas informações aqui debatidas.

TABELA 7

Realização de investimentos nos EFS

Tipo de EFS	Realizou investimentos nos últimos doze meses		
	Não	Sim	Total
Fundo rotativo/solidário	137 (91,3%)	13 (8,7%)	150 (100%)
Cooperativa de crédito	25 (19,5%)	103 (80,5%)	128 (100%)
Banco comunitário	13 (44,8%)	16 (55,2%)	29 (100%)
Outros	21 (100%)	0	21 (100%)
Total	196 (59,8%)	132 (40,2%)	21 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Para melhor investigar a capacidade dos empreendimentos de finanças de realizar investimento, buscou-se avaliar a relação entre eles e os canais de crédito existentes. Da mesma forma que foi destacado no parágrafo anterior, há uma grande diferença de situações de acordo com o tipo de EFS avaliados. Ao serem questionados se haviam buscado crédito para investimento nos últimos doze meses, 240 EFS (73,2%) responderam não haver buscado crédito no período de referência. Esse valor foi muito influenciado pelo grupo dos fundos rotativos, que responderam por 60% desse total. Entre os 88 EFS restantes que afirmaram ter procurado crédito nesse período, 54 (16,5%) obtiveram, com as cooperativas de crédito representando 85,2% desse total, em função de sua necessidade constante de novos investimentos. Por outro lado,

34 EFS (10,4%) buscaram, mas não conseguiram obter. Segue tabela 8 para melhor visualização desses dados.

TABELA 8

Procura por crédito

Condição	Fundo rotativo/ solidário	Cooperativa de crédito	Banco comunitário	Outros	Total
Não buscou crédito ou financiamento	144 (60,0%)	71 (29,6%)	21 (8,8%)	4 (1,7%)	240 (73,2%)
Buscou e obteve	4 (7,4%)	46 (85,2%)	4 (7,4%)	0	54 (16,5%)
Buscou, mas não obteve	2 (5,9%)	11 (32,4%)	4 (11,8%)	17 (50%)	34 (10,4%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Por outro lado, 73 EFS (22,3%) afirmaram passar por dificuldades de obtenção de crédito/financiamento para investir em sua estrutura operativa. Seguindo a lógica organizacional já destacada anteriormente, quanto menor o grau de institucionalização do empreendimento – no caso dos grupos informais, das associações e de outras formas de organização grupal – maiores as dificuldades de se obter crédito. Já entre as cooperativas de crédito, as dificuldades de obtenção de crédito tendem a ser menores, dado seu maior grau de formalização e controle. No conjunto dos EFS, as principais dificuldades listadas para a obtenção de linhas de financiamento foram: *i)* burocracia exigida pelos agentes financeiros; *ii)* falta de linhas de crédito adequado às suas condições; *iii)* taxas de juros incompatíveis com sua capacidade; *iv)* falta de apoio para elaboração de projetos, entre outros.

TABELA 9

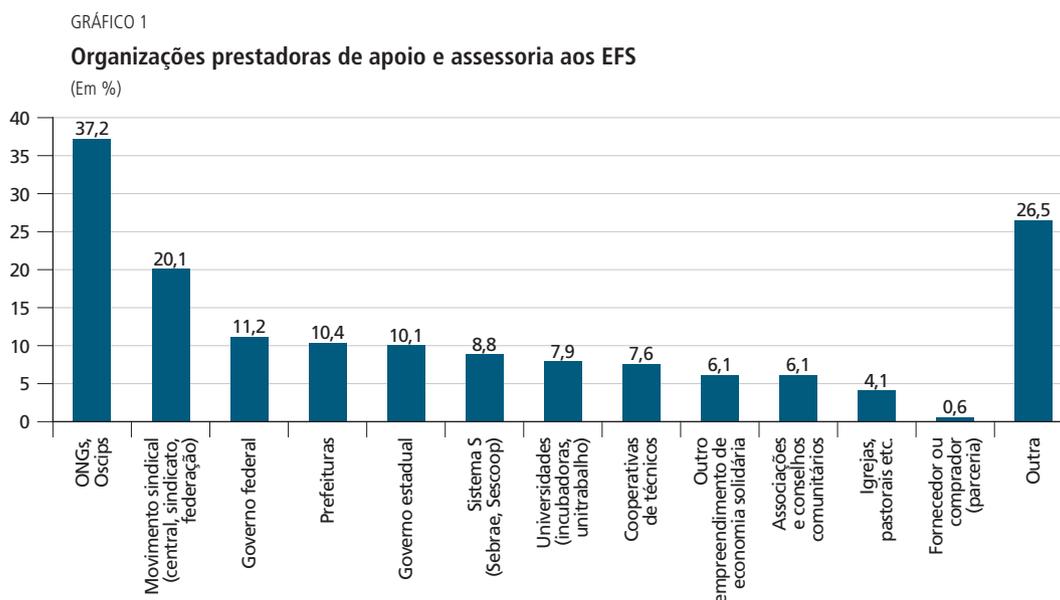
Tipos de apoio e assessoria recebidos pelos EFS

Tipos de apoio	Banco comunitário	Cooperativa de crédito	Fundo rotativo	Outra	Total
1. Assistência técnica e/ou gerencial	17 (58,6%)	66 (51,6%)	104 (69,3%)	2 (9,5%)	189 (57,6%)
2. Formação sociopolítica	17 (58,6%)	79 (61,7%)	90 (60,0%)	1 (4,8%)	187 (57,0%)
3. Qualificação profissional, técnica, gerencial	17 (58,6%)	86 (67,2%)	51 (34,0%)	1 (4,8%)	155 (47,3%)
4. Diagnóstico/planejamento	6 (20,6%)	72 (56,3%)	21 (14,0%)	1 (4,8%)	100 (30,5%)
5. Elaboração de projetos	10 (34,5%)	47 (36,7%)	13 (8,7%)	1 (4,8%)	71 (21,6%)
6. Assistência jurídica	10 (34,5%)	50 (39,1%)	4 (2,7%)	2 (9,5%)	66 (20,1%)
7. Assessoria em marketing e comercialização	7 (24,1%)	41 (32,0%)	10 (6,7%)	1 (4,8%)	59 (18,0%)
8. Assessoria na constituição/formalização	5 (17,2%)	31 (24,2%)	4 (2,7%)	1 (4,8%)	41 (12,5%)
9. Incubação	4 (13,8%)	3 (2,3%)	1 (0,6%)	0	8 (2,4%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Outro aspecto relevante na análise da realidade desses empreendimentos refere-se ao acesso a diferentes serviços de apoio, seja na forma de assessoria, assistência, seja na forma de capacitação. Nesse quesito, a maioria respondeu positivamente ao questionamento sobre se tiveram algum tipo de assessoria durante os doze meses anteriores à pesquisa: 272 (82,9%) responderam que sim e 56 (17,1%), não. Basicamente todos os tipos de

EFS apresentaram alta proporção (acima de 80%) entre os que responderam haver tido algum tipo de apoio, com destaque para as cooperativas de crédito, em que 92,2% delas responderam positivamente. Entre os principais tipos de apoio recebido por esses EFS estão: *i*) assistência técnica e/ou gerencial; *ii*) formação sociopolítica; *iii*) qualificação profissional; *iv*) entre outras listadas na tabela 9. No caso do tipo de entidade fornecedora desses serviços de apoio estão as ONGs ou OSCIPs, as entidades ligadas ao movimento de trabalhadores, como sindicatos e centrais e as entidades ligadas ao poder público, a exemplo da Emater, como mostra o gráfico 1. Importante frisar ainda que a ampla maioria dos EFS (70,7%) afirmou promover ao longo do ano eventos de formação e qualificação técnica e sociopolítica junto a seus associados, muitos deles em parcerias com as entidades de apoio.



Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Obs.: Essa questão admitia resposta múltipla.

Outro aspecto relevante na análise da realidade desses empreendimentos refere-se ao seu modelo de gestão. As iniciativas de economia solidária são caracterizadas pelo caráter coletivo na gestão do trabalho e dos meios de produção referentes à atividade executada. Por isso, são conhecidos como empreendimentos autogestionários, pelo fato de não existir a relação de hierarquia derivada da posse ou da participação acionária no negócio. Mesmo os cargos de direção são definidos por eleição, nos quais todos os associados têm igual direito de voto, independentemente de sua posição no empreendimento. O banco de dados do Sies permite analisar questões diretamente relacionadas à gestão coletiva dos empreendimentos mapeados, bem como no envolvimento deles com outras organizações representativas, redes e articulações diversas.

No que tange à gestão interna, um ponto importante, sempre ressaltado na literatura como um indicador do grau de autogestão das iniciativas de economia solidária, refere-se à participação do conjunto de associados de um empreendimento nos processos

de tomada de decisão. No caso específico dos EFS aqui analisados, foi questionado a eles quais as instâncias de direção e coordenação coletiva no exercício de suas atividades. A instância mais citada foi a assembleia geral, destacada por cerca de 95% dos entrevistados. A realização de assembleias gerais ou outras formas de reunião coletiva surge, portanto, como um instrumento fundamental para viabilizar essa participação social, além de ser uma oportunidade de publicização e debate sobre informações organizacionais e administrativas do empreendimento. Outras instâncias como conselho diretor, conselho fiscal e grupos de trabalho também foram indicados pelos EFS como instrumentos utilizados para a gestão coletiva da atividade cotidiana. Foi questionado também sobre quais os principais temas e questões são abertas à deliberação coletiva nas assembleias pelos associados. Prestação de contas, escolha da direção do empreendimento e admissão e exclusão de sócios estão entre as mais citadas.

Em termos da periodicidade na realização das assembleias nesses empreendimentos, nota-se que mais da metade deles (51,5%) realiza ao menos uma reunião ordinária dessa natureza mensalmente, enquanto para 13,7% essa reunião ocorre com frequência semestral e para 34,5%, ela é anual. Apenas um empreendimento – no caso, um banco comunitário – afirmou não haver deliberação interna sobre periodicidade na realização de assembleias ou reuniões coletivas gerais. Ao verificar as particularidades por tipo de EES, nota-se novamente o antagonismo entre a dinâmica administrativa dos fundos rotativos (menos institucionalizados) e das cooperativas de crédito, em função da complexidade organizacional de cada um deles. No primeiro caso, predominam reuniões com periodicidade mais curta (85,3% deles afirmaram realizar assembleias ao menos mensalmente); e, no segundo, periodicidade mais ampla (81,2% deles afirmaram realizar assembleia com periodicidade anual).³ Os bancos comunitários também apresentam periodicidade mais curta em suas assembleias. As particularidades de cada um podem ser apreciadas na tabela 10.

TABELA 10

Periodicidade da realização de assembleias gerais nos EFS

Tipo de EFS	Periodicidade				Total
	Mensal (mínimo)	Semestral	Anual	Não realiza	
Fundo rotativo	128 (85,3%)	15 (10,0%)	7 (4,7%)	0	150 (100%)
Cooperativa de crédito	17 (13,3%)	7(5,5%)	104 (81,2%)	0	128 (100%)
Banco comunitário	18 (62,1%)	9 (31,0%)	1 (3,4%)	1 (3,4%)	29 (100%)
Outros	6 (28,6%)	14 (66,7%)	1 (4,8%)	0	21 (100%)
Total	169 (51,5%)	45 (13,7%)	113 (34,5%)	1 (0,3%)	328 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Quanto à participação em fóruns ou redes envolvendo diferentes empreendimentos e organizações de apoio, diagnosticou-se a partir dos dados que a grande maioria participou

3. Destaca-se, sobre esse ponto, que as cooperativas de crédito são obrigadas por lei a realizarem uma assembleia geral ordinária anual (Pereira e Silva, 2012).

ou participa de alguma articulação para a ação coletiva: 73,5% afirmaram que sim, e 26,5%, que não.⁴ De maneira geral, todos os tipos organizacionais definidos apresentam alta proporção de participação, sendo os bancos comunitários com o maior percentual (82,8%) e os fundos rotativos o menor (69,3%), como se pode verificar na tabela 11.

TABELA 11

Participação em fóruns ou redes de articulação coletiva

Tipo de EFS	Participação		Total
	Não	Sim	
Fundo rotativo	46 (30,7%)	104 (69,3%)	150 (100%)
Cooperativa de crédito	26 (20,3%)	102 (79,7%)	128 (100%)
Banco comunitário	5 (17,2%)	24 (82,8%)	29 (100%)
Outros	10 (47,6%)	11 (52,4%)	21 (100%)
Total	87 (26,5%)	241 (73,5%)	328 (100%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Passa-se agora a verificar informações sobre os resultados da atividade econômica no último período apurado pelo empreendimento. Nesse caso, considera-se somente o resultado apurado da diferença entre custos e receitas dos serviços e produtos financeiros desenvolvidos, não entrando no cômputo as doações de recursos por ventura recebidos pelos EFS em questão. Para essa análise, primeiramente é importante ressaltar que 147 EFS (44,8%) disseram que essa questão não se aplica a sua atividade, sendo a grande maioria composta por fundos rotativos. No restante, 126 EFS (38,4%) afirmaram que seu resultado foi positivo, ou seja, deu para pagar as despesas e ter um excedente operacional. Já 37 deles (11,3%) afirmaram que o resultado possibilitou cobrir as despesas, mas não foi suficiente para obter excedente, e dezoito (5,5%) afirmaram que o último resultado operacional apurado não foi suficiente para cobrir as despesas. Um detalhe digno de nota é que, entre os tipos de EES, as cooperativas de crédito são aquelas em que o resultado operacional é mais necessário, pois estão sujeitas ao controle contábil mais rigoroso. Por isso, elas constituem a maioria dos EES que obtiveram resultado operacional positivo, conforme mostram os dados plotados na tabela a 12.

Os empreendimentos no campo da economia solidária, dada sua heterogeneidade já citada em termos de inserção no mundo do trabalho e nas distintas dinâmicas territoriais nas quais estão inseridos, são caracterizados pelas mais diversas motivações tanto para sua criação como para sua manutenção. No caso específico dos EFS analisados, ao serem questionados sobre tais motivações, três respostas foram mais comuns: desenvolvimento comunitário de capacidades/potencialidades (47,9%); condição para acesso a financiamento/apoios (27,4%); e obtenção de maiores ganhos em empreendimento associativo (25,3%).⁵

4. Os dados do Sies mostram ainda que os EES de finanças apresentam alto percentual de participação também em movimentos sociais e em ações sociais ou comunitárias.

5. A questão que gerou essas respostas também admitia respostas múltiplas.

TABELA 12

Resultados da atividade econômica no último período apurado

Condição	Fundo rotativo	Cooperativa de crédito	Banco comunitário	Outros	Total
Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente	13 (10,3%)	100 (79,4%)	10 (7,9%)	3 (2,4%)	126 (38,4%)
Pagar as despesas e não ter sobra/excedente	5 (13,5%)	13 (35,1%)	5 (13,5%)	14 (37,8%)	37 (11,3%)
Não deu para pagar as despesas	0	12 (66,7%)	4 (22,2%)	2 (11,1%)	18 (5,5%)
Não se aplica	132 (89,8%)	3 (2,0%)	10 (6,8%)	2 (1,4%)	147 (44,8%)

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Por fim, os representantes do EFS foram abordados sobre os principais fatores que eles percebem como sendo conquistas alcançadas com a organização coletiva de seus empreendimentos. As respostas mais apontadas por eles foram: *i*) integração coletiva do grupo (78,9%); *ii*) exercício da democracia autogestionária (72,2%); *iii*) comprometimento social dos sócios (64,6%); *iv*) conquista para a comunidade local (53,3%), entre outras. Como um empreendimento de finanças solidárias atua fundamentalmente no sentido de viabilizar recursos necessários para que outras atividades econômicas, geradoras de renda, possam se viabilizar, é natural que as conquistas mais salientadas sejam percepções subjetivas quanto ao fator organizacional e coletivo que eles fomentam, além de uma maior interação com as necessidades de desenvolvimento das comunidades em que estão envolvidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São inúmeras as publicações recentes que debatem a temática da economia solidária no Brasil, enfatizando suas mais diversas dimensões analíticas, tais como as características estruturais de suas iniciativas, as formações de redes e articulações, as formas de inserção em diferentes setores da economia, as condições sociais dos trabalhadores envolvidos, a relação com o desenvolvimento territorial, políticas públicas direcionadas aos atores envolvidos, entre outras. Em geral, são apontadas variáveis determinantes de sucesso ou fracasso dessas experiências, bem como possíveis cenários para a organização coletiva no mundo do trabalho. A pesquisa recente do Sies abriu um novo leque de possibilidades analíticas sob as realidades que circundam a economia solidária no Brasil, ao levantar uma ampla gama de informações sobre formas distintas de organização social de trabalhadores e lideranças populares na criação e manutenção de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda.

Neste texto buscou-se discutir as características gerais de um ramo específico da economia solidária, em que trabalhadores e entidades de apoio atuam no sentido de viabilizar experiências de finanças solidárias, a partir de diferentes formatos organizacionais. A quantidade de empreendimentos analisados pode ser considerada uma amostra relevante, ainda que não probabilística para os propósitos aqui levantados, dada a diversidade organizacional e regional que ela representa.

Os números tabulados e analisados mostram que os EFS encontram-se em diferentes estágios de institucionalização, e esse grau de institucionalização é uma variável importante que explica várias características estruturais que eles carregam, tais como concentração regional,

área de atuação, formato organizacional, acesso a recursos, arranjos institucionais envolvidos, práticas operacionais, grau de autogestão, entre outras.

Os fundos solidários são experiências mais frágeis institucionalmente, por outro lado, envolvem processos mais simples de constituição e gestão e estão voltados a necessidades mais imediatas, de públicos específicos. Por isso, possuem um caráter pedagógico essencial para a prática da solidariedade e da autogestão, bem como do sentido de comunidade entre o público envolvido. As cooperativas de crédito aparecem no lado oposto, dado maior grau de institucionalização em que são submetidas por lei, já que são constantemente controladas pelo sistema financeiro nacional, como qualquer outro agente financeiro. Essa normatividade exige uma capacidade instalada e conhecimento técnico bastante especializado para a viabilização desse tipo de instituição, o que limita seu potencial de expansão junto a comunidades periféricas. No entanto, o Brasil já possui sistemas bem consolidados que já atuam no sentido de prestar apoio e assessoramento para a difusão do cooperativismo de crédito solidário para outros estados que ainda não contam essas experiências. Por fim, os bancos comunitários surgem como inovações importantes, por proporcionarem oportunidades de organização social em torno do tema das finanças em comunidades periféricas urbanas. Desde a fundação do Banco Palmas, dezenas de outros grupos já se organizaram sobre a identidade de banco comunitário em todo o país, o que permitiu a formação de articulações nacionais de cooperação em torno do tema, tais como a Rede Nacional de Bancos Comunitários, formada em 2006 e que conta atualmente com mais de cem bancos comunitários associados, além de uma ampla rede de parcerias, e o Banco Nacional das Comunidades, fundado em 2015 durante o quarto Encontro Nacional da Rede.

Portanto, entre os EFS, assim como em todos os ramos de manifestação da economia solidária, possuem distintos exemplos de ações exitosas, assim como fatores estruturais de precariedade. O importante é criar ambientes de cooperação em escalas ampliadas para que o potencial existente nessas experiências sociais possa de fato ser melhor explorado, com a expansão de oportunidades para um número maior de comunidades e de famílias. Ao mesmo tempo, o trabalho de pesquisadores e organizações de apoio pode auxiliar na detecção de padrões de dificuldades e fatores limitantes à atuação e à viabilidade de determinadas formas organizacionais, no intuito de propor soluções viáveis para serem enfrentadas. Tais soluções, na forma de tecnologia social, precisam ser flexíveis para que se garanta sua replicabilidade em diferentes contextos econômicos, de forma a valorizar o trabalho coletivo como possibilidade real de organização para a classe trabalhadora no Brasil.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, C. M.; SILVA, S. P. A Nova Lei de Cooperativas de Trabalho no Brasil: novidades, controvérsias e interrogações. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 52, p. 65-74, 2012.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 57, p. 69-82, 2014.

OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO MAPEAMENTO DOS FUNDOS DE 2011-2012¹

Simaia Santos Barreto²

1 INTRODUÇÃO

Os bancos comunitários, as cooperativas de crédito solidário e os fundos rotativos solidários (FRS) compõem as finanças solidárias, cumprindo atividades designadas como microcrédito, fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário tradicional, o qual, por sua vez, faz parte das microfinanças, gama de serviços financeiros diversos (microcrédito, microsseguros, micropoupanças, entre outros) de pequena escala para negócios e famílias tradicionalmente mantidas à margem do sistema financeiro (cf. Neri, 2008). Os três segmentos possuem metodologia e trajetória próprias que atendem públicos específicos, os quais, porventura assemelham-se. A metodologia de fundo rotativo solidário mobiliza recursos monetários e não monetários por meio de um sistema de créditos e débitos alimentado e gerido de modo compartilhado pelos seus apoiadores, executores e beneficiários, em que compromissos devolutivos são flexíveis e acordados coletivamente.³ Nesse contexto, este escrito centrará esforço no intuito de descrever o cenário, modos de ação e alcance dos fundos rotativos solidários no Brasil a partir do mapeamento destes, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que ocorreu entre os anos de 2011 e 2012, no qual foram registradas 586 experiências de fundos solidários no Brasil (número que representa entidades gestoras e fomentadoras). Para melhor compreender o mapeamento realizado, é imperioso elucidar as categorias de classificação das experiências de fundos rotativos solidários, já que algumas perguntas eram direcionadas especificamente para algumas categorias. São três as tipologias: *i*) entidade de fomento quando as instituições incentivam grupos e/ou comunidades à autogestão ou à formação de iniciativas de pequenos fundos rotativos locais. O estímulo à formação pode ser com repasse de recurso financeiro ou apenas com atividades de formação e assessoria. Sendo que uma modalidade não inclui

1. Texto construído com base nos dados coletados durante o mapeamento dos fundos rotativos solidários no Brasil, financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, e disponibilizados no sistema de fundos solidários pela fundação Esquel Brasil.

2. Graduada em administração e mestranda em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica de finanças solidárias na Ites/UFBA. *E-mail*: <simaia21@gmail.com>.

3. Definição encontrada na publicação financiada pelo Banco do Nordeste e fruto da articulação dos movimentos sociais por uma política pública de fundos solidários, tal material visou relatar experiências de fundos rotativos solidários, sistematizá-las e relatar um pouco das discussões conceituais em torno dos FRS.

a outra; *ii*) as entidades gestoras realizam a gestão dos recursos do fundo rotativo e também oferecem formação e assistência técnica. Assim, diz-se que toda organização/instituição que detêm um fundo rotativo solidário constitui uma entidade gestora de recursos; *iii*) as entidades de apoio e fomento, que são as que realizam a gestão de um fundo rotativo, e, de modo natural ou proposital, acabam incentivando a criação de outros fundos rotativos. Assim, constituem entidades de fomento, uma vez que inspiram grupos e/ou comunidades na prática da metodologia.

Os recursos mobilizados nos FRS podem ser financeiros ou não quando um fundo dispõe de valores monetários para um indivíduo, ou família, que adquire máquinas, equipamentos ou insumos e, após um período de produção, realiza a devolução em dinheiro, diz-se que é um fundo financeiro. Já um fundo não monetário acontece de inúmeras maneiras. Algumas práticas destacam-se a exemplo da modalidade conhecida como casa de semente.⁴ Geralmente, um grupo de agricultores organiza-se para estocar coletivamente parte da colheita do período que possibilite aos mesmos ter sementes para o próximo plantio.⁵ O fundo rotativo de animais também é considerado uma modalidade de gestão não financeira e funciona, igualmente, com famílias agricultoras, que após a reprodução de caprinos, um reprodutor e uma cabra são repassados para outra família que pretende iniciar a criação.⁶

Outro fator preponderante para compreensão da metodologia, e dos dados aqui expostos, parte do entendimento da linguagem que permeia a prática. No campo dos bancos formais, um empréstimo é solicitado por um cliente que fará pagamentos, ajustados a taxas de juros do mercado, mediante um contrato e apresentação de garantias. Para além do acréscimo do valor a pagar por conta dos juros, uma grande consequência do não cumprimento desse acordo culmina com a inserção do indivíduo em listas negativas de crédito como o Sistema de Proteção ao Crédito (SPC). No contexto dos FRS, ocorrem financiamentos para um participante que fará a devolução voluntária do valor recebido mediante assinatura de um termo de compromisso.⁷ Esses são elementos centrais para a metodologia. O financiamento, em geral, é o investimento em alguma atividade produtiva e o termo de compromisso constitui o acordo no qual o indivíduo compromete-se com a devolução voluntária diante do grupo dos participantes. A não devolução do valor devido não implica penalidade burocrática com ações judiciais, mas a sanção do grupo quando há quebra proposital do compromisso assumido. Contudo, caso o não pagamento tenha sido fruto de situações adversas como doença, ou intempéries da ação produtiva, ocorre um processo de renegociação das devoluções que, em geral, não acarreta taxa de juros. Nesse cenário há certa autonomia dos indivíduos que historicamente possuíam dificuldades em acessar o crédito formal, assim, nas linhas seguintes, estará disposta parte dos dados que ilustram a dimensão das ações dos fundos rotativos solidários no Brasil.

4. Também conhecida como banco de sementes.

5. Desse modo, fica constituído um banco de sementes comunitário que garante as sementes criolas e a agrobiodiversidade de modo que o agricultor possua autonomia em relação ao programa de distribuição de sementes do governo, essa questão será aprofundada neste trabalho.

6. Modalidade de criação mais comum entre os fundos rotativos de animais.

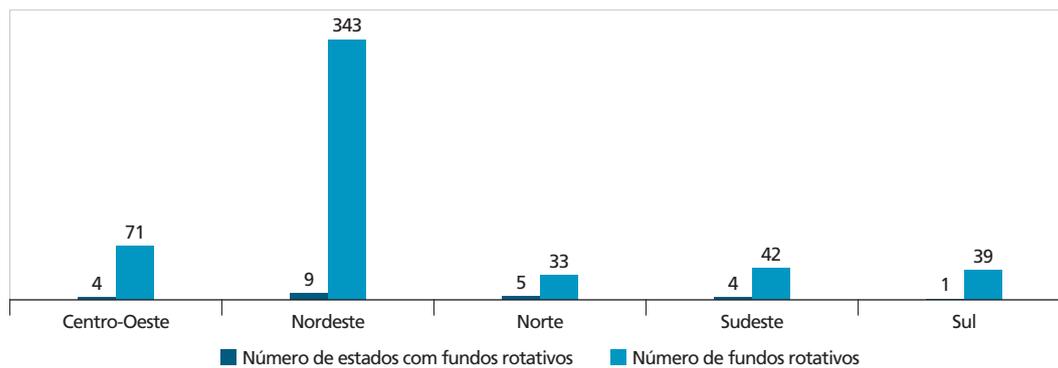
7. Este documento expõe que o participante compromete-se diante do grupo a devolver parte, ou o total, do valor financiado voluntariamente para que outras famílias sejam atendidas. Além desse, existem outros documentos de controle que serão explicados no escrito.

2 OS FUNDOS ROTATIVOS NO BRASIL

As diversidades das experiências de FRS espalham-se pelo Brasil. Entre as origens da metodologia, normalmente, está o atendimento de uma necessidade básica e emergencial como água e energia, além de outros fatores explicativos para expressividade do Nordeste brasileiro, que podem ser exploradas em outros trabalhos. O gráfico a seguir dispõe acerca da distribuição das experiências de FRS mapeadas no país entre 2011 e 2012, perfazendo um total de 584. Todavia, o mapeamento também identificou outras 613 iniciativas, que poderiam ser mapeadas, caso as ações de quatro projetos de mapeamento não tivessem “findado” em 2012.⁸ A amostra destacada inclui todas as tipologias elencadas nas linhas anteriores.

GRÁFICO 1

Distribuição dos fundos rotativos encontrados no Brasil (2011-2012)



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.
Elaboração da autora.

No gráfico vê-se a predominância de 64% das experiências no Nordeste, lugar extremamente caracterizado climaticamente, segundo dados da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e do Ministério da Integração Nacional destacados por Baptista e Campos (2013), 53% do Nordeste brasileiro abriga o semiárido. Uma característica desse clima é a aridez, para os autores, alguns fatores se favorecem disso: *i)* os modos humanos de explorar a terra; *ii)* o desmatamento; *iii)* a prática predatória para com os rios e a terra; *iv)* as queimadas; *v)* a contaminação dos solos com agrotóxicos etc. Entre os problemas enfrentados, um destaca-se em repercussão e enfrentamento: a escassez de chuvas. No entanto, as organizações que atuam no Nordeste defendem que no “Nordeste não falta água, falta justiça”, já que há concentração de chuvas em determinado período do ano e, ainda, segundo Baptista e Campos (2013), ocorre um ineficiente sistema de armazenamento da água que vem da chuva. É nesse cenário que muitas experiências de FRS emergem com a finalidade de oferecer tecnologia para enfrentamento da questão.

Ainda em relação a esse contexto, pode-se relacionar que das cinquenta experiências registradas no Sudeste 31 estão localizadas no estado de Minas Gerais, que também abrange parte do bioma da caatinga e do clima semiárido, sofrendo também grandes estiagens, de modo a conviver com parte dos problemas vividos no Nordeste.

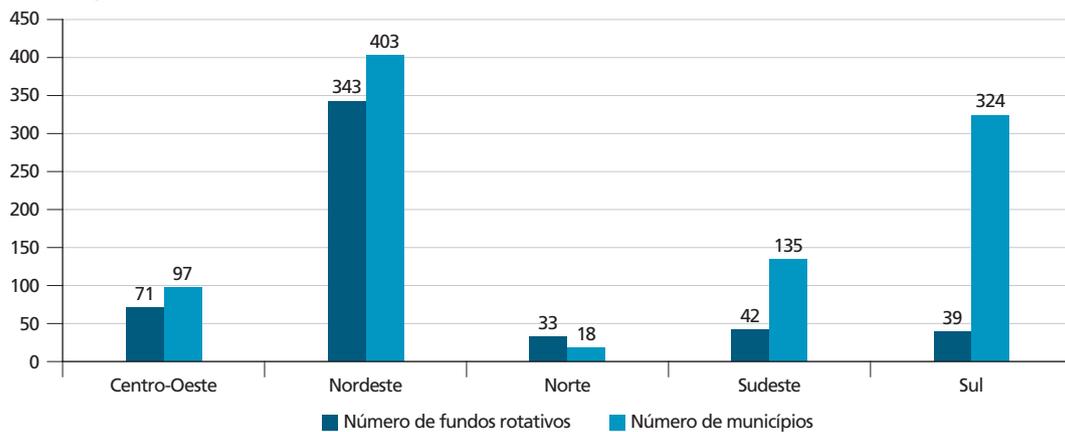
8. As organizações que realizaram o mapeamento defendem que ele poderia ser permanente. Destaque para o estado da Paraíba, com um número de quase trezentos fundos identificados que poderiam ainda ser mapeados. O mapeamento do Norte do Brasil terminou um pouco depois, já que houve demora no convênio da entidade responsável pela pesquisa na região.

Com a falta de água para consumo humano, há baixa ou nenhuma produção agrícola nos locais de estiagem e conseqüentemente há falta de alimentos que garantam a subsistência. Nesse cenário a metodologia de FRS é uma estratégia a ser considerada na medida em aponta possibilidades que possam solucionar a necessidade imanente, especialmente a ação de construção de cisternas, que leva a um salto na melhoria das condições de vida das pessoas do semiárido brasileiro. A tecnologia social da cisterna de placa permite a emancipação do indivíduo que historicamente se mostra dependente em situações de vulnerabilidade de ausência de água para consumo humano.

Outro dado significativo que a coleta dos dados traz é o alcance da metodologia, *a priori*, pode-se pensar que a realização de poupanças coletivas autogeridas restrinja-se à atuação de pequenas comunidades. No entanto, apesar de um FRS ter sede em determinado município, sua abrangência pode ultrapassar, inclusive, “barreiras” territoriais. Normalmente, os fundos têm como sede o local da instituição que executa a gestão do fundo, mas o atendimento das pessoas ocorre de acordo com a demanda, necessidade e interesse das comunidades acolhidas, bem como capacidade de atendimento. As experiências, principalmente no âmbito rural, demonstram uma alta capacidade de atendimento de lugares e pessoas. Na Bahia, por exemplo, existem fundos rotativos que abrangem mais de um território de identidade atendendo comunidades presentes em mais de dez municípios. O gráfico exibido a seguir demonstra a abrangência dos fundos no Brasil no que se refere ao número de municípios atendidos.

GRÁFICO 2

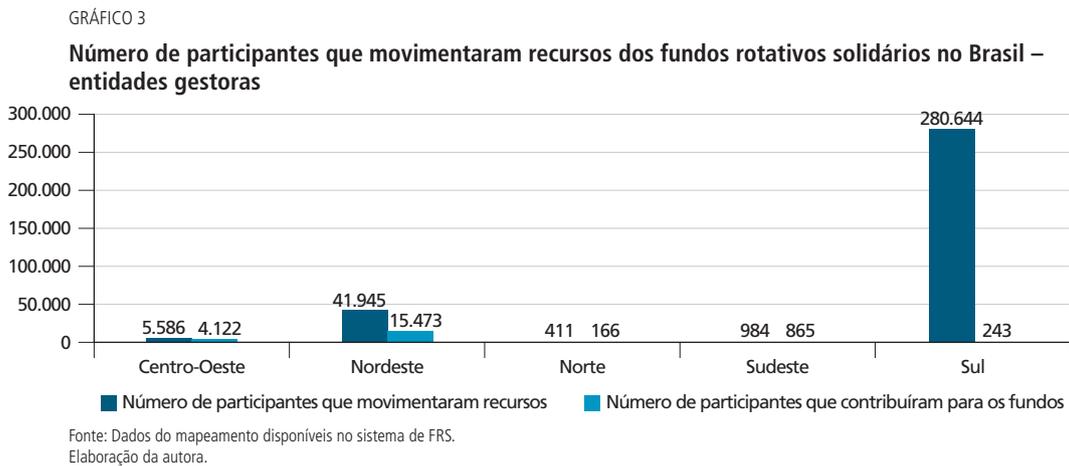
Abrangência dos FRS no Brasil e números de municípios de alcance da metodologia em cada região do país



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.
Elaboração da autora.

Para além da abrangência territorial, há também a habilidade de atender muitas famílias. A unidade familiar é o grande campo de atuação da metodologia, principalmente, porque a consolidação das experiências ocorre em meio rural, lugar que abriga grande parte das atividades agrícolas, contexto em que o trabalho familiar é natural e essencial para a atividade. Contudo, há sempre a preferência, mesmo em fundos que financiam atividades mais “urbanas”, em priorizar grupos de três famílias, ou uma unidade familiar em detrimento do financiamento de atividades

que envolvam apenas um indivíduo. Logo, foi constatado que os fundos no Brasil atenderam 329.570 pessoas. Para a contagem desse número, foi considerado que cada família atendida possuía de quatro a cinco integrantes, dependendo do lugar. Sobressai-se também que nem todas as organizações possuíam dados sistematizados sobre as famílias atendidas ao longo dos anos de funcionamento dos fundos. Desse modo, pode-se afirmar que as informações dispostas estão subestimadas. O gráfico⁹ expõe a movimentação de recursos dos fundos rotativos das entidades gestoras que evidencia o tipo de participação das pessoas atendidas no decorrer da existência dos fundos registrados. Enquanto alguns participantes receberam recursos em determinado ano para aplicar em suas atividades produtivas (como destacado na barra em azul), outros passam pelo processo de devolução voluntária de recursos ou contribuem livremente para a manutenção dos fundos rotativos solidários (barra vermelha). Isso porque, quando uma família recebe um financiamento, existe a prática do período de carência, que depende da atividade produtiva para então iniciar o processo de devolução. Situação ilustrada no gráfico 3, com o demonstrativo dos participantes que receberam recursos e os que vivenciam o processo de devolução/contribuição.

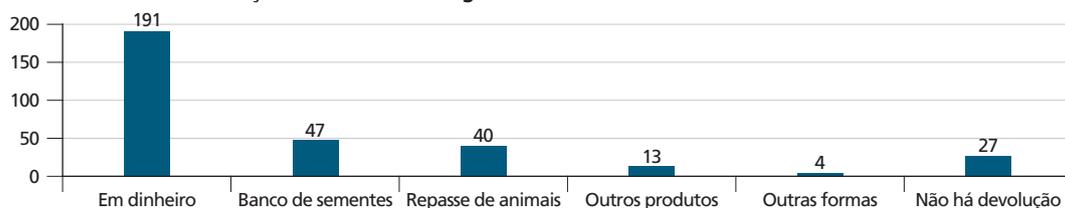


Um fator preponderante para a continuidade e consolidação de um FRS é a manutenção que está atrelada ao processo de devolução dos valores financiados por parte dos participantes. Muitas experiências no Nordeste afirmaram que nos anos iniciais de criação dos FRS a devolução ficava a critério do participante, ou seja, poderia ser devolvido o valor monetário ou a mercadoria fruto da sua atividade produtiva (correspondente ao valor devido). Contudo, as dificuldades na comercialização dos produtos recebidos no processo de devolução resultaram na predominância da prática monetária do fundo rotativo. O gráfico 4 expõe as formas de devolução mais usuais atualmente. Para efeito deste gráfico, foram utilizadas informações das entidades que praticam a gestão de fundos rotativos solidários, pois as entidades, exclusivamente de fomento, não recebem devoluções. Além dos números já evidenciados, cabe destacar que na modalidade de devolução não financeira há predominância dos bancos de sementes.

9. Para composição desse gráfico, apenas 406 fundos rotativos forneceram informações do número de participantes que receberam recursos em determinado ano e que devolveram recursos em outro.

GRÁFICO 4

Formas de devoluções encontradas na gestão dos FRS do Brasil

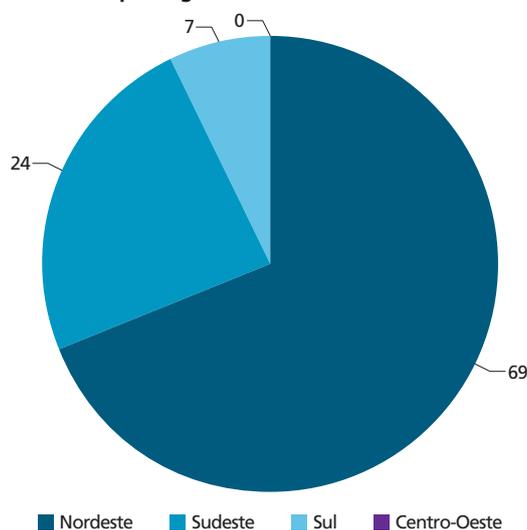


Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.
Elaboração da autora.

Um número expressivo dos entrevistados afirma que as devoluções ocorrem quase na sua totalidade, ou seja, a inadimplência é muito baixa, pois existe alto comprometimento dos envolvidos. Os relatos afirmam, também, que mesmo em momentos de dificuldade em quitar o valor financiado, os integrantes dos fundos realizam ações como bingos e rifas para arrecadar o valor devido e, então, realizar a devolução voluntária. Sabe-se que após o financiamento há um período de carência, no qual os empreendimentos possuem tempo para produzir e comercializar, podendo chegar, em alguns casos, até dois anos, dependendo do valor e da atividade financiada. A construção de uma unidade de beneficiamento de frutas, por exemplo, possui dois anos de carência em determinados fundos. Por sua vez, a produção de artesanatos consegue em média três meses de carência. Ainda sobre a devolução, em 2010, as organizações brasileiras receberam um montante da ordem de R\$ 2.174.499,68 milhões de reais. O gráfico a seguir¹⁰ exhibe os valores percentuais representativos de cada região referente ao montante mencionado.

GRÁFICO 5

Volume de recursos devolvidos por região em 2010

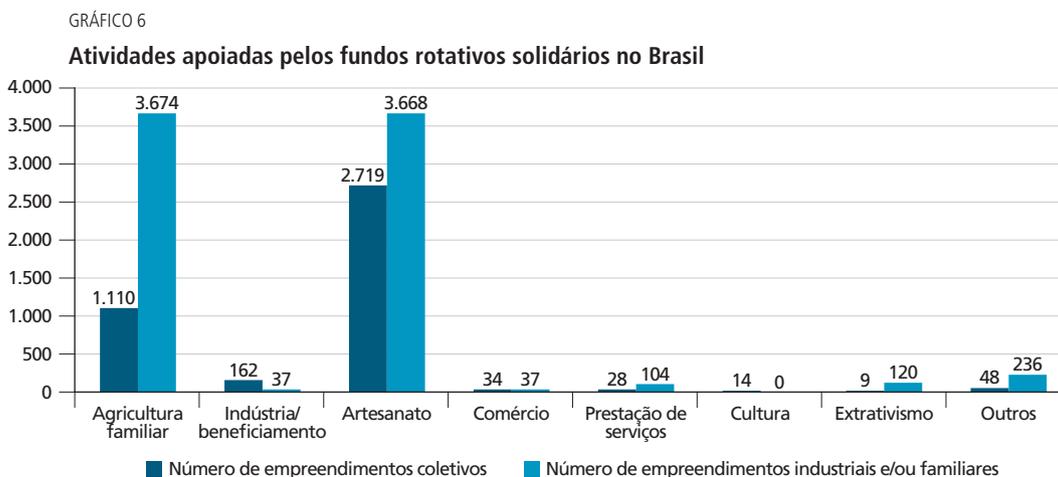


Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.
Elaboração da autora.

10. Foram 210 as entidades que forneceram o valor do montante devolvido em 2010 para composição desse gráfico.

Esse gráfico, apesar de expressivo pelo volume de recursos apresentado, constitui retrato de um momento, pois muitos participantes podem estar em processo de financiamento, outros de carência e ainda algumas entidades não dispunham desses dados no momento da entrevista. No caso de bancos de sementes e fundo de animais, a devolução dos produtos foi convertida em valor monetário para contabilizar o montante devolvido, assim, uma devolução de quatro caprinos para outra família foi convertida no valor dos caprinos no período determinado, a fim de contabilizar o valor do fundo não monetário no processo de devolução. Em muitos casos, os entrevistados já falavam o valor do item em sua região. O processo de devolução é inerente ao FRS que realiza gestão de recursos, assim, essa é uma questão exclusiva das entidades de gestão, não havendo respostas das entidades de fomento nesse sentido.

Diante desse contexto, a presença e a distribuição entre entidades de fomento e gestão no Brasil têm acompanhado os dados apresentados até o momento. Têm-se 56 experiências, exclusivamente de fomento, espalhadas em todo o país, sendo que 31 delas estão localizadas no Nordeste. Assim as outras 528 experiências são do âmbito da gestão dos fundos, que é realizada na maior diversidade de organizações, destas 343 estão no Nordeste. A tabela em seguida expõe a distribuição das tipologias das entidades que realizam a gestão de FRS no Brasil. Percebe-se uma predominância de associações, pastorais e entidades religiosas. Esse dado corrobora duas informações: a primeira ligada à origem dos FRS, pois a diversidade das pastorais esteve no âmago do surgimento de muitas experiências. No entanto, com o passar do tempo essas entidades redirecionaram a gestão dos fundos para outras organizações ou findaram seus trabalhos, mas ainda assim, são as entidades com maior número de participantes em virtude de sua maior capilaridade.



Fonte: Dados do mapeamento disponíveis no sistema de FRS.
Elaboração da autora.

No Brasil, de modo geral, o número de financiamentos de empreendimentos familiares é maior que o de empreendimentos coletivos, mas as atividades de núcleo familiar são, na sua grande maioria, no âmbito do rural, em que a família envolve-se com o processo de produção, seja de horticultura, seja de criação de animais etc. O artesanato encontra-se muito próximo em número de empreendimentos e, normalmente, pode estar tanto em

ambientes mais urbanos como rurais, pois são os mais diversos produtos produzidos. As casas de farinha, unidades de beneficiamento do leite, de frutas, de mel enquadram-se na categoria de indústria de beneficiamento. Todas elas com a comercialização muito ligada à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e agregam mais famílias em torno do Trabalho coletivo. O apoio às atividades de comércio, prestação de serviços e cultura é diminuto e, em grande parte, ocorre em contextos urbanos. Destaca-se a maior dificuldade dos empreendimentos com a comercialização, embora muitos a tenham melhorado a partir das políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, Pnae) e ações da Companhia Nacional de Abastecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dinâmica dos fundos rotativos solidários, percebe-se que o financiamento de atividades produtivas é priorizado, na medida em que potencializa o incremento e/ou geração de renda, condição que denota a maior fragilidade na realidade das famílias participantes. A pesquisa demonstra também que a realização de fundos não monetários e monetários requer estratégias de atuação desenhadas e construídas pelas comunidades e organizações, de forma que a metodologia de fundo rotativo solidário é uma tecnologia social livre, ou seja, qualquer grupo de pessoas e/ou comunidades pode implementar a partir da sua realidade e necessidade. O que foi exposto neste escrito possibilita situar a realidade dos fundos rotativos solidários no Brasil do ponto de vista de suas ações e estratégias até 2012. Outros estudos poderão explorar detalhes pouco aprofundados neste texto, a exemplo da predominância de financiamento das atividades rurais que em alguns estados podem indicar articulação direta com algumas políticas públicas como Pnae e PAA. Por fim, há indícios que permitem indicar que o FRS é, de fato, uma alavanca do desenvolvimento econômico local, visto que impulsiona e fomenta atividades propícias às regiões de seca, como a caprinocultura, as atividades extrativistas de frutas nativas como umbu, maracujá do mato, entre outras, que ocorrem primordialmente no sertão. Por fim, a metodologia de FRS demonstra a possibilidade de desenvolvimento sob a ótica e a ação de organizações comunitárias autônomas.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. Caracterização do semiárido brasileiro. *In*: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro**. Brasília: IABS, 2013.
- NERI, M. **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro: FGV.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Ipea

Revisão e Editoração

Editorar Multimídia

Capa e Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES – Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA